

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

FERNANDO FIGUEIREDO LINHARES PIVA DE ALBUQUERQUE SCHMIDT

**INFRAESTRUTURA PÚBLICA E DIREITOS DE AUTOR: SOLUÇÕES PARA O
PROBLEMA DA ALTERAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E
ENGENHARIA**

SÃO PAULO

2019

FERNANDO FIGUEIREDO LINHARES PIVA DE ALBUQUERQUE SCHMIDT

**INFRAESTRUTURA PÚBLICA E DIREITOS DE AUTOR: SOLUÇÕES PARA O
PROBLEMA DA ALTERAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E
ENGENHARIA**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de
São Paulo da Fundação Getulio Vargas, como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Direito

Área de concentração: Direito Público

Orientadora: Professora Dra. Mônica Steffen
Guise Rosina

SÃO PAULO

2019

Schmidt, Fernando Figueiredo Linhares Piva de Albuquerque.

Infraestrutura pública e direitos de autor : soluções para o problema da alteração de projetos de arquitetura e engenharia / Fernando Figueiredo Linhares Piva de Albuquerque Schmidt. - 2019.

152 f.

Orientador: Mônica Steffen Guise Rosina.

Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Propriedade intelectual. 2. Direitos autorais - Brasil - Legislação. 3. Obras públicas. 4. Contratos administrativos. 5. Arquitetura - Projetos e plantas. 6. Engenharia – Projetos. I. Rosina, Mônica Steffen Guise. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 347.77(81)

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O

Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

FERNANDO FIGUEIREDO LINHARES PIVA DE ALBUQUERQUE SCHMIDT

**INFRAESTRUTURA PÚBLICA E DIREITOS DE AUTOR: SOLUÇÕES PARA O
PROBLEMA DA ALTERAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E
ENGENHARIA**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de
São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Direito

Área de concentração: Direito Público

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora:

Profa. Dra. Mônica Steffen Guise Rosina
(orientadora)
FGV Direito SP

Profa. Dra. Mariana Giorgetti Valente
Convidada – Internet Lab

Profa. Dra. Vera Cristina Caspari Monteiro
FGV Direito SP

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, aos meus amigos queridos – especialmente ao amigo Paulo Henrique Macera, que me apresentou ao problema estudado neste trabalho –, à minha namorada e aos professores da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Agradeço à minha orientadora, Dra. Mônica Rosina, por todo apoio e confiança. Gostaria também de registrar meus agradecimentos especiais às professoras Fernanda Meirelles Ferreira, Juliana Bonacorsi de Palma e Vera Cristina Caspari Monteiro, bem como aos professores André Rosilho, Carlos Ari Sundfeld e Rubens Glezer. Por fim, agradeço às professoras que participaram da banca de qualificação deste trabalho, pelas reflexões e recomendações gentilmente compartilhadas.

RESUMO

A Administração Pública - ou seu parceiro privado - pode contratar projetos de arquitetura e de engenharia para subsidiar a construção das mais variadas obras (complexos hospitalares, aeroportos etc.). Projetos de arquitetura e de engenharia podem ser permeados por direitos morais de autor, que parecem permitir que o projetista assegure a integridade de sua criação, opondo-se a quaisquer modificações futuras. O trabalho busca revelar se é imprescindível obter autorização do projetista original, para que a construção possa ser validamente modificada por seu proprietário. Por meio do trabalho se pretende verificar também se o autor do projeto original deve ser diretamente contratado para projetar a alteração almejada pela Administração Pública ou se essa contratação deve ser celebrada mediante licitação. O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo compreende estudo das normas que consagram os direitos de autor, bem como das normas atinentes à transmissão dos direitos de autor para a Administração Pública. Igualmente no primeiro capítulo se observa se a proteção dos direitos de autor alcança apenas o projeto autoral ou se envolve também o respectivo suporte material, avaliando-se, ainda, se todos os projetos arquitetônicos e de engenharia são protegidos por direitos de autor, se essa categoria de direitos admite desapropriação e se o exercício do direito de repúdio impede a produção de dano moral ao autor. O segundo capítulo analisa uma série de julgados de interesse, selecionados com critério metodológico e prolatados pelo Tribunal de Contas da União, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada na pesquisa desses julgados é apresentada no início do segundo capítulo, que termina com uma descrição dos entendimentos encontrados. No terceiro capítulo são apresentadas sugestões preventivas (recomendações para a modelagem de contratos) e sugestões de comportamentos supervenientes, vocacionados a assegurar a alteração dos projetos de arquitetura e de engenharia. Ainda no terceiro capítulo se apresenta um fluxograma que pode ser adotado pela Administração Pública para que se viabilize a modificação de obras, analisando-se, por fim, a possibilidade de alterações pontuais aos modelos-padrão de contratos de engenharia.

Palavras-chave: Propriedade intelectual; Direitos de autor; Infraestrutura; Administração Pública; Contratação pública; Projetos de arquitetura e engenharia; Modificação.

ABSTRACT

The Public Administration - or its private partner - can contract architectural and engineering projects to build the most varied works (hospital complexes, airports etc.). Architectural and engineering projects can be permeated by author's moral rights, which seem to allow the designer to ensure the integrity of his creation, opposing any modifications. The work seeks to reveal if it is imperative to obtain authorization from the author of the architectural or engineering project, so that its owner can validly modify the construction. It is intended to observe what care can be taken by the building's owner to avoid that any changes violate author's rights. The purpose of this work is also to verify if the author of the original project must be directly contracted to design the alteration sought by the Public Administration or if this contract should be celebrated through a bidding process. The work was divided into three chapters. The first chapter comprises a study of the norms that enshrine author's rights, as well as norms related to the transmission of author's rights to the Public Administration. Also in the first chapter it is observed if the protection of author's rights reach only the project or if it involves the respective material support. Still in the first chapter, it is evaluated whether author's rights protect all architectural and engineering projects, if this category of rights can be expropriated and if the exercise of the right of repudiation prevents the production of moral damages to the author. The second chapter analyzes a series of judgments of interest, selected with methodological criteria and drawn up by the Federal Court of Audit, the Court of Audit of the State of São Paulo, the Superior Court of Justice and the Court of Justice of the State of São Paulo. The methodology used in the research of these trials is presented at the beginning of the second chapter, which ends with a description of the judgments. The third chapter presents preventive suggestions (recommendations for contract modeling) and suggestions designed to ensure the change of architectural and engineering projects. Still in the third chapter is presented a flow chart that can be adopted by the Public Administration so that the modification of projects can be made possible. Finally, the third chapter advocates the possibility of changes to the standard models of engineering contracts.

Key-words: Intellectual property; Author's rights; Infrastructure; Public administration; Public contracts; Architecture and engineering projects; Modification.

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Direitos de autor sobre projetos de arquitetura e de engenharia.....	19
1.1 Tratamento legal conferido aos direitos patrimoniais e aos direitos morais de autor sobre projetos de arquitetura e de engenharia	22
1.2 As normas infralegais editadas pelos Conselhos de Classe.....	32
1.3 Normas atinentes à transmissão dos direitos de autor para a Administração Pública.....	40
1.4 Projeto autoral e o respectivo suporte material: o que é protegido pelos direitos morais de autor?	42
1.5 Todos os projetos de arquitetura e engenharia são permeados por direitos de autor?.....	43
1.6 Direitos de autor podem ser desapropriados?	49
1.7 O exercício do direito de repúdio afasta o dano decorrente da alteração do projeto?	51
2. O que se pode extrair de julgados sobre a aplicação dos direitos autorais aos projetos de arquitetura e engenharia?	54
2.1 Entendimentos identificados nos julgados pesquisados	57
3. Soluções para o problema de pesquisa: alternativas para superação do problema.....	67
3.1 Sugestões para prevenção do problema: modelagem de contratos.....	67
3.2 Recomendações fundamentadas de condutas que podem ser adotadas na fase pós-contratual	76
3.3 Fluxograma sugerido para enfrentamento do problema	88
3.4 Modelos-padrão de contratos de engenharia e direitos de autor sobre projetos de arquitetura e engenharia.....	90
Conclusão	93
Referências	96
Anexo 1	104
Anexo 2	113
Anexo 3	118
Anexo 4	123
Anexo 5	126
Anexo 6	134
Anexo 7	142

Anexo 8 145

Anexo 9 148

Anexo 10 149

Anexo 11 152

Introdução

Para construir uma certa obra relevante (um complexo hospitalar, um aeroporto, a sede de um tribunal, uma ponte e assim sucessivamente), pode a Administração Pública - ou o parceiro privado - contratar projetos de arquitetura e de engenharia.

Dispõe o artigo 111 da Lei Federal n. 8.666/93 que contratação de projetos apenas pode ser levada a efeito se o autor ceder à Administração Pública os direitos patrimoniais que orbitam o projeto. Nesse sentido, Cláudio Sarian Altonian (2016, p. 161) pontua que os direitos patrimoniais relativos ao projeto básico devem ser cedidos à Administração Pública, em razão da norma contida no artigo 111 da Lei 8.666/93.

Surge então a seguinte questão: a cessão dos direitos de autor é suficiente para assegurar ao dono da obra a faculdade de alterá-la em momento futuro, mesmo diante da previsão legal¹ de que ao autor é dado assegurar a integridade de sua obra, opondo-se a quaisquer modificações?

Para Lie Uema do Carmo (2012, p. 87), os direitos autorais inviabilizam modificações em projetos de arquitetura e engenharia no âmbito dos contratos de empreitada, quando não coadjuvadas pela anuência do respectivo autor – salvo poucas exceções legais.

Caso esse entendimento seja acolhido e aplicado também ao ambiente da Administração Pública, os direitos de autor que permeiam os projetos de arquitetura e engenharia podem representar entraves à modificação da infraestrutura imobiliária do Estado. Explica-se: caso o autor do projeto original discorde da alteração pretendida pelo dono da obra (Administração Pública), não será possível implementar a modificação almejada e as características do bem permanecerão imutáveis.

Há casos em que o Estado toma o cuidado de colher a autorização do autor do projeto original do bem público, para só então efetuar eventual alteração pretendida.

Esse parece ter sido o caso do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, situado na cidade de São Paulo, que foi palco de tristes episódios de suicídio em tempos recentes².

Esses episódios de suicídio recomendaram a urgente realização de reformas tendentes a impedir novas mortes no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa. Constata-se que a concepção dessas reformas foi submetida à aprovação do autor do projeto original daquele prédio público³.

¹ Cf. artigo 24, inc. IV, da Lei Federal 9.610/1998.

² Confira-se reportagem disponível em <http://veja.abril.com.br/brasil/o-predio-do-trt-sp-um-suicidio-a-cada-seis-meses/>. Último acesso em 22.8.2017.

³ Informação disponível em <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/08/mais-uma-morte-no-predio-dos-suicidas-em-sao-paulo.html>. Último acesso em 18.8.2017. Essa informação também pode ser obtida no seguinte

Nesse ponto, cabe anotar que eventual alteração de projeto arquitetônico à revelia do autor pode repercutir sobre o patrimônio do agente que interferiu em sua concepção original⁴.

Além da potencial necessidade de concordância do autor do projeto original para que a alteração possa ser realizada de modo lícito, os direitos de autor ensejam também questionamento com relação à forma de contratação de eventual reforma do bem público. Nessa toada, deve o autor do projeto original ser diretamente contratado para projetar a alteração almejada pela Administração Pública (caso de inexigibilidade de licitação) ou essa contratação deve ser realizada mediante licitação? Haveria, neste ponto, colisão entre um suposto dever de licitar e os direitos morais de autor?

Suponha-se, por exemplo, que a Prefeitura de São Paula decida modificar a configuração da Ponte Estaiada Octávio Frias de Oliveira⁵, alterando os projetos de arquitetura e de engenharia que a conceberam originalmente.

Pode a Administração Pública simplesmente alterar esses projetos à revelia de seu autor original ou trata-se de providência limitada por normas de direito de autor?

Como deve a Administração Pública atuar, de modo a promover essa alteração - seja modificando projeto ainda não realizado, seja reformando ou de qualquer forma alterando a conformação de bem público pronto e acabado - sem desobedecer ao cipoal de normas que disciplinam seu comportamento?

O problema observado - qual seja, as limitações que os direitos de autor podem impor à alteração de projetos que conceberam infraestrutura pública - pode afetar a atuação da

sítio eletrônico oficial: <http://www.trtsp.jus.br/indice-noticias-em-destaque/20529-mensagem-da-presidencia>. Último Acesso em 18.8.2017.

⁴ Veja-se, por exemplo: “Indenização patrimonial - Direito autoral - Modificação de projeto arquitetônico do autor sem consentimento expresso deste - Procedência - Nulidades não verificadas - Juiz que não está adstrito ao laudo pericial - A não verificação de pedido específico de procedência da ação não implica em improcedência desta, cuidando-se de decorrência lógica do pedido - Pleito que se arrima em lei especial e no Código Civil - Prova técnica que comprova à saciedade ser a recorrida a autora do projeto arquitetônico, modificado sem sua expressa autorização - Alegações da recorrente que não se sustentam - Violação ao direito autoral da autora constatado - Dever de indenização por dano ao direito patrimonial - Dano moral não verificado - Recurso parcialmente provido.” (TJSP, Apelação n. 9068267-27.2007.8.26.0000, Relator: Fábio Quadros, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 05/08/2010).

⁵ Observe-se: “A ponte Octávio Frias de Oliveira é um marco na arquitetura nacional, pois foi construída com um formato único no mundo: duas pontes em curva formando um X e sustentadas por estais ligados a um único mastro. [...] Conforme o arquiteto João Valente, projetista da ponte estaiada, ‘a cor amarela dos estais foi escolhida por razões estéticas. A idéia foi montar uma espécie de ‘rede de luz’ no meio do céu’. [...] O projeto inicial traria um impacto urbanístico maior, além de ser mais caro. O arquiteto e urbanista João Valente Filho teve a idéia de fazer duas pontes menores, em forma de ‘X’, e sustentadas por estais ligados a um único mastro. Valente desenvolveu a idéia juntamente com o engenheiro Catão Ribeiro. O formato escolhido resolveu os problemas urbanístico e financeiro, pois a obra ficou menor e mais barata, afirma, em entrevista, João Valente.” (Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/obras_viarias/complexos_viarios/index.php?p=20026. Último acesso em 30.3.2017).

Administração Pública brasileira, dificultando alterações de projetos de arquitetura e engenharia que subsidiam ou subsidiaram a construção de bens públicos.

Esse problema é capaz de obstaculizar a realização de modificações reputadas necessárias ou convenientes ao interesse público, ou até mesmo ensejar prejuízos ao erário, em razão do pagamento de indenizações ou do desfazimento das alterações levadas a efeito contra a vontade do autor original do projeto.

Além disso, o problema proposto pode prejudicar o desenvolvimento da infraestrutura nacional, engessando a atuação da administração pública e tornando perene a morfologia de bens públicos.

Eventual imutabilidade dos bens imóveis derivados de projetos de arquitetura e de engenharia pode representar entrave à adaptação da infraestrutura pública às contingências que marcam o decorrer do tempo. Pode constituir causa de obsolescência da infraestrutura pública, capaz de causar perdas à coletividade e ao desenvolvimento nacional.

Impedir que as características da infraestrutura pública sejam ajustadas ao longo do tempo pode trazer prejuízos a direitos subjetivos consagrados sucessivamente no decurso da história. Veja-se, por exemplo, que com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal 13.146/2015), edificações públicas passaram a ter que garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços (artigo 57 do Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Como reformar edificações públicas, de modo a suprimir eventuais barreiras arquitetônicas previstas nos projetos originais, caso o respectivo autor discorde da alteração almejada pela Administração Pública? Eventual reforma de edificação pública vocacionada a assegurar a acessibilidade representará conduta ilícita? Gerará dever de indenizar o autor do projeto original?

A questão parece portar relevância social, dado que suposta perenidade da fisionomia dos bens públicos pode gerar desdobramentos deletérios à coletividade, vulnerando, inclusive, direitos individuais.

O decurso do tempo permite que novos direitos individuais sejam reconhecidos (como é o caso do direito à acessibilidade, previsto no artigo 8º do Estatuto da Pessoa com Deficiência). Além disso, a passagem do tempo acolhe também uma variedade de inovações que merecem permear a atividade da Administração Pública.

Imagine-se o caso de uma ferrovia construída no passado e que deva ser atualizada, de modo a suportar a operação mais barata de trens modernos, movidos por outras fontes de energia. Impedir que essa ferrovia seja modificada inviabilizaria o aprimoramento dos serviços

públicos dela dependentes (transporte de pessoas e cargas etc.), gerando desdobramentos negativos para o desenvolvimento do país.

Esse quadro parece revelar que o problema representado pela potencial imutabilidade da infraestrutura pública em razão de direitos de autor sobre projetos de arquitetura e engenharia é também relevante de ponto de vista econômico. Nesse passo, eventual inalterabilidade desses projetos pode causar obsolescência da infraestrutura, impedindo a implementação de novas soluções capazes de promover desenvolvimento econômico.

Diante desse contexto, tem-se que a questão jurídica observada merece ser enfrentada, dado que ela é capaz de repercutir não apenas em direitos individuais, como também na prestação de serviços públicos e, portanto, no próprio desenvolvimento nacional.

Em resumo, o problema que constitui o objeto central do trabalho é este: pode o proprietário do bem (ente público, concessionária de serviços públicos etc.) modificar livremente projetos de arquitetura e engenharia que conceberam infraestrutura pública?

Será examinada a interferência dos direitos de autor em eventuais modificações de projeto pretendidas pela Administração Pública ou por quem fizer suas vezes, de modo a se avaliar se o autor do projeto original pode obstaculizar alterações futuras em trabalho de sua autoria.

Outros problemas secundários orbitam essa questão e serão também enfrentados ao longo do trabalho. A seguir serão enunciados os principais problemas secundários que serão endereçados neste trabalho.

A Administração Pública deve consultar o autor do projeto original antes de alterá-lo?

O autor original deve ser contratado para conceber eventual modificação de projeto ou outro profissional poderá fazê-lo validamente?

É lícito alterar projeto de arquitetura e de engenharia contra a vontade do respectivo autor?

Alteração promovida contra a vontade do autor gera dano moral?

Pretende-se observar qual é o regime jurídico que disciplina a modificação dos projetos de arquitetura e de engenharia que conceberam infraestrutura pública, com vistas a se propor modelagens contratuais e soluções jurídicas que assegurem a modificação de projetos arquitetônicos e de engenharia protegidos por direitos de autor.

Avaliar se todos os projetos de arquitetura e de engenharia são permeados por direitos de autor é também um dos objetivos perseguidos por meio deste trabalho, de maneira que essa questão será especificamente abordada nesta dissertação.

O problema em comento parece não ter sido abordado de modo suficiente pela doutrina jurídica ou mesmo pelo Poder Judiciário e pelos Tribunais de Contas brasileiros.

As decisões sobre o tema são esparsas e as normas jurídicas que disciplinam o assunto compõem também diplomas legais dispersos; muitas delas não tratam especificamente da Administração Pública e regulam a questão de modo fragmentado, usualmente apenas sob o ponto de vista dos direitos de autor.

O trabalho proposto parece ser capaz de abordar o assunto com rigor metodológico, debruçando-se sobre questão relevante, pouco enfrentada pelo pensamento jurídico brasileiro e de indiscutível aplicação prática.

Por meio desse trabalho se pretende formular soluções para os questionamentos suscitados e produzir, com ineditismo, sugestões fundamentadas de comportamentos e padrões de conduta que podem ser adotados pela Administração Pública para enfrentar e superar os problemas examinados.

As questões enunciadas são pertinentes não apenas ao âmbito das contratações públicas, como também à seara da infraestrutura, dos bens públicos e dos direitos de autor.

A expressão infraestrutura pública será empregada neste trabalho como sinônimo de bens públicos imóveis, reunidos em conjunto ou considerados individualmente, e que sirvam de suporte material à prestação de serviços públicos ou sociais. Thiago Marrara parece propor noção semelhante de infraestrutura, embora não a limite aos bens imóveis⁶.

Desse modo, para os fins deste trabalho será adotado um conceito estipulativo de infraestrutura pública que, como dito, representa os bens públicos imóveis vinculados à prestação de serviços públicos ou sociais.

Já a noção de bens públicos seguirá o critério funcionalista, que enfatiza a função cumprida pelo bem, em detrimento da titularidade do domínio⁷. Em outras palavras, serão tratados como bens públicos todos aqueles engajados em utilidades de interesse geral, seja qual for a pessoa titular do domínio.

Portanto, não será adotado o critério da civilista (ou subjetivo), que define o bem a partir da relação de propriedade⁸.

⁶ Cf. MARRARA (2007. p. 182).

⁷ Quanto ao critério funcionalista, ver MARQUES NETO (2014. p. 117).

⁸ Cf. CRETELLA JÚNIOR (1984. pp. 17-19).

Oportuno também esclarecer que o conceito de serviços públicos será empregado neste trabalho, de modo a representar o conjunto de utilidades que podem ser apreciadas de maneira individual pelos particulares, em domínios de titularidade estatal⁹.

No âmbito deste trabalho as expressões “projeto de engenharia” e “projeto de arquitetura” correspondem a qualquer uma das etapas relacionadas com o desenvolvimento do projeto de edificações (vide ABNT NBR 16636-1:2017 e ABNT NBR 16636-2:2017), tais como, por exemplo, levantamentos (fases de obtenção de informações para elaboração e desenvolvimento do projeto), programas de necessidades (conjuntos de necessidades humanas, sociais, ambientais e funcionais do contratante/dono da obra), estudos de viabilidade, estudos preliminares (dimensionamentos preliminares dos conceitos dos projetos arquitetônicos e da edificação), anteprojetos (etapas de concepção e representação das informações iniciais do projeto), projeto legal ou para licenciamento (fase de representação das informações necessárias à aprovação do projeto pelas autoridades competentes), projeto básico (conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço, elaborado com base em estudos técnicos preliminares, que possibilita avaliação do custo da obra, definição dos métodos e do prazo de execução), projetos executivos ou para execução (representação final e completa das informações técnicas do projeto, suficiente à execução da obra) e projeto completo.

Tem-se que essas etapas de desenvolvimento de projetos de edificações se ajustam às normas contidas nos incisos IX e X do artigo 6º da Lei Federal 8.666/93, bem como à Decisão Normativa 106/2015 do CONFEA e derivam de conceituação proposta pela ABNT (ABNT NBR 16636-1:2017 e ABNT NBR 16636-2:2017), que pode ser validamente aplicada às obras públicas.

Veja-se que essa conceituação pode ser manejada no plano federal e também na esfera do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 1º da Lei Federal 4.150/1962, do artigo 10, VII, da Lei Estadual 6.544/1989 e do artigo 6º, inciso X, da Lei Federal 8.666/1993.

Em síntese, o trabalho proposto tem três objetivos principais: a) revelar dificuldades que podem ser enfrentadas pela Administração Pública ou por seu parceiro privado ao modificar projetos de arquitetura e engenharia que conceberam bens públicos; b) estudar o problema da alteração de projetos de arquitetura e engenharia pela Administração Pública ou pelo parceiro privado à luz das normas de proteção aos direitos de autor, bem como a forma de contratação dessa modificação, tomando em conta as normas pertinentes, bem como argumentos

⁹ Ver, por todos, SUNDFELD (2008. p. 82).

doutrinários e jurisprudenciais; c) propor, de forma juridicamente fundamentada, alternativas de comportamentos aptos a solucionar o problema estudado.

A dissertação se vale das seguintes fontes de pesquisa: legislação, literatura jurídica (notadamente doutrina e artigos científicos), decisões judiciais e de tribunais de contas, editais e contratos administrativos.

No que diz respeito ao método de investigação, partiu-se de estudo da estrutura jurídica dos direitos autorais no Brasil atual, compreendendo-se os contornos desses direitos e aferindo-se sua extensão e a correspectiva forma de proteção. Esse estudo se voltou a esclarecer de que forma os direitos de autor atinentes aos projetos de arquitetura e engenharia são objeto de proteção pelo sistema jurídico brasileiro.

O primeiro capítulo abarca estudo das normas legais que tutelam os direitos de autor, bem como das normas infralegais editadas pelos Conselhos de Classe e das normas atinentes à transmissão dos direitos de autor para a Administração Pública.

Ainda no primeiro capítulo se buscou observar se a proteção dos direitos de autor abarca apenas o projeto autoral ou se alcança também o respectivo suporte material. Buscou-se aferir, também no bojo do primeiro capítulo, se todos os projetos arquitetônicos e de engenharia são permeados por direitos de autor, se esses direitos podem ser desapropriados e se o exercício do direito de repúdio afasta eventual dano derivado de alteração do projeto pelo dono da obra.

O segundo capítulo revela entendimentos que foram extraídos de julgados de interesse, prolatados pelo Tribunal de Contas da União, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A metodologia adotada para a pesquisa desses julgados foi apresentada logo no início do segundo capítulo.

No terceiro capítulo da dissertação foram apresentadas sugestões para superação do problema de pesquisa. Essas sugestões foram formuladas com fundamento no quadro normativo examinado e nos julgados estudados. Essas sugestões se desdobram em duas classes distintas: sugestões preventivas (recomendações relacionadas com a modelagem de contratos) e sugestões de comportamentos supervenientes, tendentes a assegurar a alteração dos projetos de arquitetura e de engenharia. Foi proposto um fluxograma para enfrentamento do problema pela Administração Pública, ou seja, para que se viabilize a alteração das obras, sem que sejam violados direitos de autor ou normas atinentes às contratações públicas.

O terceiro capítulo foi encerrado com reflexões sobre os modelos-padrão de contratos de engenharia, sustentando-se a possibilidade de que eles sejam excepcionalmente

reformulados, ainda que pontualmente, para que os direitos de autor possam ser contratualmente disciplinados.

Na conclusão da dissertação se sustenta entendimento favorável à possibilidade de alteração de projetos arquitetônicos e de engenharia pelo dono da obra, considerando-se que a tensão entre os direitos de propriedade e os direitos morais de autor é solucionada pelo direito de repúdio. Assim, reputa-se que ao proprietário da construção é assegurado alterá-la livremente e, em contrapartida, ao projetista original é dado exercer o direito de repúdio sobre obra modificada sem seu consentimento. Com fundamento nesse entendimento se apresentou sugestão de conduta passível de ser adotada pelo gestor público para assegurar a modificação de projetos de arquitetura e engenharia.

1. Direitos de autor sobre projetos de arquitetura e de engenharia

A Constituição Federal de 1988 prevê que a expressão da atividade intelectual é livre (artigo 5º, inc. IX, da CRFB/88) e assegura aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, que será transmissível a seus herdeiros pelo prazo que a lei estabelecer (artigo 5º, inc. XXVII, da CRFB/88).

Além disso, a Constituição Federal estabelece que a lei deverá conferir proteção às criações industriais e assegurar aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização (artigo 5º, inc. XXIX, da CRFB/88).

Nota-se, portanto, que a Constituição Federal protege a propriedade intelectual de maneiras diferentes.

Autores detêm direito exclusivo de utilização, publicação e reprodução de suas obras, mas parece existir previsão constitucional de um regime próprio de proteção aos autores de inventos industriais.

Considera-se importante verificar os âmbitos de aplicação dos regimes legais de proteção à propriedade intelectual, ou seja, observar quais criações derivadas da atividade intelectual humana são salvaguardadas pelo regime de proteção à propriedade industrial e quais são abarcadas pelo regime de tutela dos direitos de autor.

Entende-se que essa avaliação se mostra pertinente, pois permite compreender qual regime jurídico de proteção à propriedade intelectual é aplicável aos projetos arquitetônicos e aos projetos ou planos de engenharia.

Em síntese, é relevante compreender de que maneira a propriedade intelectual é protegida no Brasil, para que se possa identificar quais regras são aplicáveis aos projetos de arquitetura e de engenharia.

De modo objetivo, tem-se que a propriedade intelectual pode ser protegida de acordo com dois regimes jurídicos distintos.

O primeiro regime é aplicável à chamada propriedade industrial e é disciplinado principalmente pela Lei Federal 9.279/1996. Esse regime abrange criações intelectuais impessoais, destinadas a solucionar problemas técnicos e de aplicação industrial¹⁰.

¹⁰ Veja-se: “Tanto os autores como os inventores exercem atividade intelectual. Os autores criam obras resultantes de sua atividade intelectual. O inventor não cria obra, cria uma técnica. Dá uma solução a um problema técnico. A obra do autor é expressão de sua personalidade. [...] Uma solução técnica pode ser desenvolvida tanto por A como por B. Não há a vinculação pessoal e íntima como entre o autor e sua obra.” (HAMMES, 2002. pp. 279-280).

Confira-se, também: “Uma das características da propriedade intelectual é a clássica divisão entre os institutos da propriedade industrial, que regula a proteção das criações técnicas e utilitárias, e o Direito de Autor, que disciplina

A propriedade industrial é protegida por meio da concessão de patentes de invenção e modelos de utilidade (inciso I do artigo 2º da Lei Federal 9.279/1996), da concessão de registro de desenho industrial (inciso II do artigo 2º da Lei Federal 9.279/1996), da concessão de registro de marca (inciso III do artigo 2º da Lei Federal 9.279/1996), da repressão às falsas indicações geográficas (inciso IV do artigo 2º da Lei Federal 9.279/1996), e da repressão à concorrência desleal (inciso V do artigo 2º da Lei Federal 9.279/1996).

O regime de proteção jurídica à propriedade industrial não é aplicável aos projetos arquitetônicos, em razão de expressa previsão legal (artigo 10, inciso IV, da Lei Federal 9.279/1996).

Tem-se que esse regime jurídico também não é aplicável aos projetos de engenharia, seja porque esses projetos não propiciam aplicação industrial, seja em razão de expressa disposição legal (artigo 7º, inc. X, da Lei Federal 9.610/1998).

O segundo regime de proteção à propriedade intelectual corresponde ao sistema dos direitos de autor, regulamentado principalmente pela Lei Federal 9.610/1998.

Esse regime jurídico alberga as chamadas criações de espírito (artigo 7º da Lei Federal 9.610/1998), ou seja, as obras intelectuais que derivam da criatividade humana e que não são vocacionadas à aplicação industrial.

Os direitos de autor são disciplinados de modo central pela Lei Federal 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Essa lei, comumente chamada de Lei de Direitos Autorais, é coadjuvada por outras tantas regras pulverizadas por leis esparsas.

Parece razoável afirmar que os direitos de autor estão previstos em uma constelação de normas que interagem e regulamentam, de modo sistemático, a proteção de certas criações intelectuais.

Veja-se, por exemplo, que há normas sobre direitos autorais em leis específicas que disciplinam o exercício de profissões - esse é o caso da Lei Federal 12.378/2010, que regulamenta a profissão de arquiteto e urbanista -, bem como em leis que regem contratações de obras, serviços e compras, tal como é o caso da Lei Federal 8.666/1993. Importante ainda mencionar que a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal 75.699/1975, também conforma o regime jurídico dos direitos de autor.

a tutela das criações estéticas e de natureza cultural. Essa separação conceitual não é genericamente estabelecida pela legislação, embora a Lei de Propriedade Industrial ("LPI") exclua de seu objeto, de forma pontual, as criações meramente estéticas." (JABUR; SANTOS, 2014. pp. 217-218).

Este é o primeiro problema enfrentado por quem pretende observar a extensão das limitações impostas pelos direitos de autor aos projetos de arquitetura e de engenharia: o quadro de fragmentação normativa, marcado pela coexistência de diversas leis que tratam, todas elas, do mesmo tema, acaba por gerar um primeiro desafio consistente em identificar todas as regras legais vigentes sobre o assunto, conhecê-las, interpretá-las e articulá-las de modo sistemático.

Há uma espécie de colcha de retalhos formada por uma série de leis diferentes e que deverá ser observada pelo estudioso em sua totalidade, para que só então ele possa entender quais são os direitos espalhados por essas normas e de que modo eles merecem ser interpretados e conjugados.

Veja-se reflexão que ilustra a existência dessa verdadeira colcha de retalhos, formada por diversas normas que protegem os direitos de autor relativos a projetos de arquitetura:

[...] os direitos morais do autor da obra arquitetônica têm uma disciplina decorrente da conjugação entre o art. 18 (da Lei Federal nº 5.194/66), o art. 26 da Lei de Direitos Autorais (Lei Federal nº 9.610/98) e o art. 621 do Código Civil de 2002. Com efeito, enquanto o art. 18 da Lei Federal nº 5.194/66 assegura ao arquiteto a titularidade originária dos direitos morais de autor – e inclusive a faculdade exclusiva de alterar o projeto concebido, à exceção da hipótese constante do parágrafo único do referido dispositivo – em um momento jurídico anterior à violação dos direitos morais de autor já perpetrada, o art. 26 da Lei de Direitos Autorais enseja ao arquiteto prejudicado pela alteração desautorizada o repúdio à obra contrafeita, a qual não poderá ser atribuída sua autoria, rompendo-se o vínculo de paternidade que une a criação a seu autor; no que toca, especificamente, ao contrato de empreitada, o art. 621 do Código Civil em vigor referenda prática usual em mercado por meio da qual a execução da obra produzida pelo arquiteto é confiada pelo proprietário da obra a terceiro; o qual deverá respeitar o projeto arquitetônico concebido pelo autor – ressalvadas as alterações decorrentes de fatores supervenientes ou de imperativos de ordem técnica que visem superar a inconveniência ou a excessiva onerosidade do projeto tal qual inicialmente concebido (SILVEIRA, 2006, pp. 153-154).

Cumpra apenas observar que as questões atinentes a arquitetos e urbanistas constantes da Lei Federal 5.194/1966 passaram a ser disciplinadas pela Lei Federal 12.378/2010, nos termos de seu artigo 66.

Para os fins deste trabalho é pertinente examinar as normas sobre direitos de autor que incidem especificamente sobre projetos de arquitetura e engenharia que conceberam bens públicos imóveis.

Com isso será possível observar de que modo o patrimônio público imobiliário se sujeita a restrições em virtude da legislação autoral.

O ponto de partida desse estudo é a Lei Federal 9.610/1998, que regula os direitos de autor de modo geral, ou seja, que estabelece o regime jurídico geral dos direitos de autor no âmbito brasileiro.

A partir dessa lei é possível reconhecer que os direitos de autor protegem projetos de arquitetura e engenharia (artigo 7º, inc. X, da Lei Federal 9.610/1998).

Dito de outro modo, essa lei estabelece, de modo expresse, que projetos de arquitetura e de engenharia são obras intelectuais protegidas pelos direitos de autor.

Também as Leis Federais 5.194/1996 e 12.378/2010 estipulam que projetos de arquitetura e de engenharia são abrangidos pelos direitos autorais.

Nesse sentido, o artigo 17 da Lei Federal 5.194/1996 estabelece que os direitos de autor sobre planos ou projetos de engenharia são do profissional que os elaborar, observadas as relações contratuais celebradas entre o autor e outros interessados.

Já o artigo 12 da Lei Federal 12.378/2010 estipula que o profissional arquiteto e urbanista é proprietário do acervo técnico, que é integrado por todas as atividades por ele desenvolvidas, resguardando-se a legislação do Direito Autoral. Além disso, o artigo 16 dessa lei prevê que trabalhos de autoria de arquiteto e urbanista apenas poderão ser modificados mediante consentimento por escrito da pessoa natural titular dos direitos autorais, salvo pactuação em contrário.

Portanto, tem-se que projetos de arquitetura e de engenharia são criações humanas protegidas pelos direitos de autor.

1.1 Tratamento legal conferido aos direitos patrimoniais e aos direitos morais de autor sobre projetos de arquitetura e de engenharia

Superado esse primeiro ponto, ou seja, visto que projetos de arquitetura e de engenharia são protegidos por direitos de autor, calha verificar qual é o regime jurídico dessa proteção.

É importante enxergar de que modo a Lei Federal 9.610/1998 protege os projetos de arquitetura e de engenharia, bem como avaliar se há alguma outra norma jurídica em outra lei e capaz de interferir nesse regime de proteção aos direitos autorais.

Os direitos autorais de que trata a Lei Federal 9.610/1998 possuem duas facetas: uma patrimonial e outra moral. Observe-se:

A legislação brasileira em vigor, a exemplo da Lei 5.988/73, embora não defina especificamente o termo “direitos de autor”, adotou, conforme pode se avaliar tendo em vista o seu conjunto de orientação normativa, a concepção

dualista, ou seja, nos direitos de autor coexistem, distintamente (embora interdependentes), direitos morais e direitos patrimoniais, sendo que o primeiro prevaleceria sobre o segundo [...]. Assim, é inegável a efetiva absorção – pelo direito brasileiro – da noção de “existência paralela” de dois direitos de natureza diversa: um pessoal (intransferível e irrenunciável) e outro patrimonial (negociável) que nascem, simultaneamente, de um mesmo bem (a obra intelectual) – o que acarretaria a “hibridez” do direito de autor – e se tornou consagrada, em definitivo, com o advento da Lei 5.988, de 14/12/1973, que regulou os direitos autorais no Brasil, princípio reeditado pela Lei 9.610, de 19/2/1998 (COSTA NETTO, 2008, pp. 78-79).

De modo objetivo, os direitos de utilizar, fruir e dispor da obra protegida são direitos de natureza patrimonial (artigo 28 da Lei Federal 9.610/1998). Esses direitos podem ser transferidos a terceiros, dado que direitos patrimoniais são disponíveis. Há, inclusive, regra legal que autoriza essa transferência (artigo 49 da Lei Federal 9.610/1998).

De outro lado, são direitos morais de autor os de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra (inciso I do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998), o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra (inciso II do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998), o de conservar a obra inédita (inciso III do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998), o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra (inciso IV do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998), o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada (inciso V do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998), o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem (inciso VI do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998), o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado (inciso VII do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998).

Para os propósitos deste trabalho, afigura-se pertinente examinar os contornos jurídicos de dois direitos morais específicos, quais sejam, os de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra (inciso IV do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998) e o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada (inciso V do artigo 24 da Lei Federal 9.610/1998).

É preciso avaliar se esses dois direitos representam uma espécie de barreira à modificação da obra protegida, autorizando que apenas seu autor possa alterá-la.

Tendo em vista que projetos de arquitetura e de engenharia constituem obras intelectuais protegidas pelos direitos autorais (artigo 7º, inc. X, da Lei Federal 9.610/1998), potencial imutabilidade desses projetos pode representar uma espécie de perenização forçada da morfologia de bens imóveis assinados (assim entendidos, para os objetivos deste trabalho, aqueles concebidos por projetos protegidos por direitos autorais).

Há também uma circunstância que agrava esse cenário: os direitos morais de autor não podem ser alienados e não são passíveis de renúncia (artigo 27 da Lei Federal 9.610/1998).

Entretanto, é possível notar que a própria Lei Federal 9.610/1998 consagra outras regras que parecem mitigar a intensidade dessas restrições.

Nessa toada, a Lei de Direitos Autorais equilibra os direitos morais de autor e os direitos de propriedade detidos pelo dono da obra. Tem-se que esse equilíbrio é conservado pelo direito de repúdio, que consiste na possibilidade de o autor do projeto original rejeitar a autoria do projeto alterado sem o seu consentimento (artigo 26, “caput”, da Lei Federal 9.610/1998).

A Lei de Direitos Autorais admite que projetos por ela protegidos sejam modificados pelos proprietários das obras (detentores do direito de propriedade), mesmo contra a vontade dos autores dos projetos que as conceberam (titulares dos direitos de autor). O dono da obra apenas responde pelos danos causados ao autor do projeto modificado, caso continue a atribuir a ele a autoria da obra intelectual, mesmo depois de exercido o direito de repúdio (artigo 26, parágrafo único, da Lei Federal 9.610/1998).

Destaca-se, neste ponto, a existência de discussões sobre a correta interpretação dos direitos de assegurar a integridade da obra e de modificá-la, bem como quanto às consequências jurídicas do exercício do direito de repúdio. Também os contornos da responsabilização do proprietário da construção são objeto de debate.

Para Leandro Vanderlei Nascimento Flôres, esses questionamentos constituem as maiores dúvidas sobre os direitos autorais de engenheiros e arquitetos na atualidade¹¹.

¹¹ Veja-se: “A alteração de projeto arquitetônico ou de engenharia sem o consentimento do autor é uma violação aos direitos deste, passível de indenização e, se possível, de reversão da alteração? Mais especificamente, se o dono da construção quiser executar a edificação com alterações no projeto arquitetônico originalmente aceito e contratar outro profissional para efetuar tais modificações (em fase anterior à conclusão das obras ou em reforma posterior), terá que indenizar o autor do projeto inicial (que, em consulta prévia não concordou com as mesmas e repudiou a paternidade da concepção da obra modificada), ainda que o dono não mais divulgue o projeto como sendo concebido pelo autor do projeto inicial? [...] Não são perguntas fáceis de serem respondidas atualmente. São, com certeza, as maiores dúvidas sobre os direitos autorais dos engenheiros e arquitetos e, provavelmente, a alteração de projeto sem o consentimento do autor é situação mais ocorrida dentre as possíveis violações aos seus direitos no dia a dia de suas profissões.” (FLÔRES, 2013, p. 161).

Luciana Freire Rangel sintetiza o regramento estrangeiro sobre o assunto da seguinte maneira:

Resumidamente o posicionamento internacional sobre o tema é o seguinte: a) o arquiteto está impedido de se opor às modificações que o proprietário venha a fazer sobre sua obra, durante ou após a finalização, entretanto, é concedida ao arquiteto a possibilidade de acompanhar a execução de tais modificações. Caso não haja um consenso, o autor poderá impedir que o proprietário anuncie seu nome como sendo o do autor do projeto (Venezuela, El Salvador); b) o proprietário pode modificar a obra, mas ao autor fica assegurado o direito de exigir que seu nome seja retirado (Colômbia, Chile e República Dominicana); c) o autor tem o direito de vigiar o processo de construção e exigir indenização e proibir o uso de seu nome caso não seja consultado (Portugal); d) o proprietário pode modificar a obra sem consentimento do arquiteto quando, por razões de ordem técnica ou de utilidade, isso se fizer necessário (Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega), e e) o proprietário pode modificar a obra (Estados Unidos da América). (RANGEL, 1998, p. 105).

Não bastasse a discussão sobre os direitos morais assegurados pela Lei Federal 9.610/1998, é possível observar que outras leis disciplinam esses mesmos direitos de modo ainda mais rigoroso.

Note-se que a Lei Federal 5.194/1966 - diploma legal que disciplinava tanto as profissões de arquiteto, quanto de engenheiro e de agrônomos, mas que com a superveniência da Lei Federal 12.378/2010 (Lei dos Arquitetos e Urbanistas), passou a regulamentar apenas o exercício da engenharia e da agronomia (cf. artigo 66 da Lei Federal 12.378/2010) - disciplina também os direitos autorais sobre projetos de engenharia.

No tocante ao direito de modificar, com exclusividade, o projeto de engenharia original, o artigo 18 da Lei Federal 5.194/1966 prevê regra semelhante àquela contida na Lei dos Direitos Autorais.

O “caput” desse artigo estabelece que as “[...] alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado”.

Neste ponto, importante interpretar os direitos de autor consagrados pela Lei Federal 5.194/1966 de modo conjugado com o direito constitucional de propriedade (artigo 5º, inc. XXII, da CRFB/88), notadamente de modo a se preservar o direito de construir¹².

¹² Segundo Hely Lopes Meirelles, “o fundamento do direito de construir está no direito de propriedade. Desde que se reconhece ao proprietário o poder legal de usar, gozar e dispor dos seus bens (Código Civil, art. 1.228), reconhecido está o direito de construir, visto que no uso, gozo e disponibilidade da coisa se compreende a faculdade de transformá-la, edificá-la, beneficiá-la, enfim, com todas as obras que lhe favoreçam a utilização ou lhe aumentem o valor econômico.” (MEIRELLES, 2011, p. 30).

A limitação prevista no artigo 18 da Lei Federal 5.194/1966 apenas se aplica caso o dono da obra pretenda conservar a autoria original.

Em outras palavras, o projetista original deverá obrigatoriamente ser contratado para alterar o projeto, caso o dono da edificação pretenda manter a autoria da criação originária.

Caso o dono da obra não tenha como objetivo manter a autoria original, outro profissional poderá ser livremente contratado pelo titular do direito de construir (proprietário), assegurado ao criador do projeto inicial eventual exercício do direito de repúdio. Com isso, não se inviabiliza o exercício do direito de construir e, ao mesmo tempo, se preserva a imagem do projetista original que teve sua criação modificada.

Em conclusão, as Leis Federais 5.194/1966 e 9.610/1998 não impedem que projetos de engenharia sejam alterados, mesmo que seu autor rejeite a modificação.

De acordo com a Lei de Direitos Autorais, caberá apenas ao autor do projeto original o direito de repudiar a autoria do projeto modificado, sendo devida indenização caso o dono da obra continue a atribuir sua paternidade ao autor do projeto original, mesmo depois de exercido o direito de repúdio.

A mesma lógica permeia a Lei Federal 5.194/1966, inferindo-se que apenas o criador do projeto original poderá alterá-lo, caso se pretenda manter a autoria inicial. De outro lado, se o dono da obra não desejar preservar a autoria original, a construção poderá ser modificada livremente, assegurando-se ao projetista primevo o direito de se desvincular da obra modificada, por meio do repúdio.

Oportuno anotar também que a Lei Federal 5.194/1966 permite expressamente que os direitos de autoria relativos a projetos de engenharia sejam disciplinados por meio de contrato (artigo 17 da Lei Federal 5.194/1966).

Cumprindo então analisar o regime de proteção aos direitos autorais gravado na Lei Federal 12.378/2010 (Lei dos Arquitetos e Urbanistas).

A Lei Federal 12.378/2010 também reserva ao autor do projeto - neste caso, projeto de arquitetura e urbanismo - o direito de alterá-lo.

Essa lei vai além, pois determina que tanto o projeto quanto a obra dele resultante apenas poderão ser modificados com consentimento por escrito da pessoa física titular dos direitos autorais (artigo 16, “caput”, da Lei Federal 12.378/2010).

Assim como a Lei dos Engenheiros (Lei Federal 5.194/1966), a Lei dos Arquitetos e Urbanistas admite pactuação em contrário sobre o direito de modificar o projeto e a obra dele derivada (parte final do “caput” do artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010).

A Lei Federal 12.378/2010 exige ainda que todos os autores concordem com a modificação pretendida, em caso de coautoria (artigo 16, §1º).

Essa lei estabelece também que o projeto original poderá ser livremente modificado por outro profissional habilitado - indivíduo que assumirá a responsabilidade pelo projeto alterado -, em caso de falecimento ou incapacidade civil do respectivo autor (artigo 16, §2º).

Sem dizê-lo expressamente, o §4º do artigo 16 dessa lei consagrou o direito de repúdio, de modo similar à sistemática prevista na Lei de Direitos Autorais.

Isso porque esse dispositivo determina que se a alteração do projeto de arquitetura não tiver sido concebida pelo autor do projeto original, o resultado final terá como coautores o autor do projeto original e o autor do projeto de alteração, exceto decisão expressa em contrário do autor do projeto original (exercício do direito de repúdio), caso em que a autoria da obra passa a ser apenas do autor das alterações.

O regramento da Lei Federal 12.378/2010 também deve ser interpretado de modo a preservar o direito de construir, inerente ao direito constitucional de propriedade.

É possível harmonizar o direito de autor sobre o projeto de arquitetura com o direito de propriedade, restringindo-se a aplicação do artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010 ao caso em que o dono da construção pretende conservar a autoria do projeto original.

Se o dono da obra não desejar preservar a autoria original, lhe será dado alterá-la livremente e, em contrapartida, ao projetista inicial será assegurado exercer o direito de repúdio.

Por fim, também o artigo 621 do Código Civil (dispositivo inserido no Capítulo que trata do contrato de empreitada) admite pactuação sobre o direito de modificar o projeto.

Nesse sentido, o mencionado dispositivo prevê expressamente a possibilidade de o respectivo autor anuir com eventuais modificações - admite, portanto, que o autor concorde com modificações por meio de contrato.

Segundo o regime previsto pelo artigo 621 do Código Civil, sem anuência do autor do projeto é defeso ao dono da obra alterá-lo. Entende-se, todavia, que essa vedação está limitada ao âmbito dos contratos de empreitada, tendo em vista o posicionamento desse dispositivo no Capítulo relativo à empreitada (critério topográfico).

Além disso, também essa restrição deve ser interpretada de modo compatível com o direito de construir. Dessa maneira, se reserva ao projetista original o direito de modificar a obra, apenas caso o proprietário pretenda preservar a autoria original.

Note-se que esse dispositivo prevê ainda algumas exceções¹³.

¹³ Vejam-se reflexões sobre a extensão dessas exceções: “O Código Civil vigente traz novas reflexões sobre o tema, por meio do disposto nos arts. 621 e 622, que aludem à execução do projeto, embora, no nosso modo de ver,

Nesse passo, o artigo 621 do Código Civil admite alterações de projeto sem anuência do respectivo autor se, por motivos posteriores ou em virtude de razões de natureza técnica, se comprovar a inconveniência ou a excessiva onerosidade de execução do projeto originalmente concebido. Permite também a alteração de pouca monta, desde que preservada a unidade estética da obra projetada (parágrafo único do artigo 621 do Código Civil).

Tendo se observado que as quatro leis abordadas neste capítulo (Leis Federais 5.194/1966, 9.610/1998, 12.378/2010 e 10.406/2002) incorporaram os direitos morais de autor consistentes em modificar projetos autorais e de assegurar sua integridade, torna-se possível apresentar alguns achados importantes.

Em primeiro lugar, três dessas leis acolhem o direito de repúdio, transferindo a responsabilidade pelo projeto modificado ao autor das alterações realizadas (artigo 18, parágrafo único, da Lei Federal 5.194/1966, artigo 26, “caput”, da Lei Federal 9.610/1998 e artigo 16, §4º, da Lei Federal 12.378/2010). O direito de repúdio apenas não está previsto de modo expresso no Capítulo do Código Civil que disciplina o contrato de empreitada (artigos 610 a 626 do Código Civil).

Virtual atrito entre o direito de propriedade e o direito moral de autor é solucionado pelo sistema jurídico por meio do direito de repúdio – direito que, como observado, está presente na Lei dos Direitos Autorais e também na legislação que regula as profissões de arquiteto e de engenheiro. Esse direito desfaz a relação de autoria entre o autor original e o projeto modificado sem seu consentimento, preservando o direito de construir e resguardando também a reputação do projetista original.

Note-se que o exercício do direito de repúdio pode ocasionar a desvalorização do bem modificado, justamente por deixar de considerá-lo produto da criatividade de certo profissional. O exercício desse direito rompe a ligação entre o autor do projeto original e o bem modificado contra a sua vontade, podendo, por isso mesmo, gerar depreciação econômica daquele bem.

possam alcançar as alterações posteriores. Permite o parágrafo único do art. 621 que apenas “alterações de pouca monta” sejam feitas no projeto, sem autorização do autor, “ressalvada sempre a unidade estética da obra projetada”. Sendo esse um conceito indeterminado, só poderá ser aquilatado em cada caso concreto, dada a subjetividade de preservação da unidade estética, nem sempre fácil de ser configurada. A mistura de estilos parece-nos caracterizar quebra dessa unidade. As demais alterações não poderão ser feitas sem a anuência do autor do projeto, compatibilizando-se com o disposto no art. 26 da Lei n. 9.610/98. Quanto à execução originária do projeto – hipótese prevista expressamente pelo Código Civil -, poderá o proprietário da obra introduzir modificações em duas hipóteses, sem a anuência do autor do projeto, mas certamente com a intervenção de outro profissional credenciado para tanto: por motivos supervenientes ou por razões de ordem técnica que acarretem inconveniência ou excessiva onerosidade. Vê-se que, embora seja possível a alteração do projeto arquitetônico em sua implantação ou para modificação ulterior, deve ser justificada, cabendo ao proprietário notificar o autor do projeto para se precaver quanto a eventual pedido de indenização. É importante sopesar tanto o direito de propriedade, que não pode ser esvaziado em seu conteúdo, como o direito moral do autor do projeto de arquitetura.” (CHINELLATO, 2008, pp. 198-200).

O direito de repúdio complementa a lógica marcada pela vedação às alterações de projeto contra a vontade do autor; representa regra que excepciona aquela vedação geral e que, em contrapartida, confere ao autor o direito de se desvincular de projeto modificado contra sua vontade.

Além disso, o direito de repúdio constitui exceção legal à nota da irrenunciabilidade dos direitos morais de autor. Nesse sentido, o caráter irrenunciável dos direitos morais de autor e o direito de repúdio (direito de renunciar à autoria, em caso de alteração da obra sem o consentimento do autor original) estão previstos em norma de mesma estatura (vide artigos 26 e 27, ambos da Lei Federal 9.610/1998). Assim, o direito de repúdio traduz uma exceção legalmente prevista à regra da irrenunciabilidade.

Cumprе também reiterar que as regras que determinam que os autores originais é que deverão alterar projetos por eles concebidos devem ser interpretadas de modo a não eliminar o direito de construir, que orbita o direito constitucional de propriedade.

Assim, aquelas regras limitadoras apenas devem ser aplicadas às hipóteses em que o proprietário do bem deseja manter a autoria original. Se não se pretende preservar a autoria original, a obra poderá ser livremente alterada, reservando-se ao projetista inicial o direito de repúdio.

Cabe ainda observar que a previsão expressa do direito de repúdio no Capítulo do Código Civil que disciplina o contrato de empreitada era mesmo dispensável, pois não há necessidade de se reiterar a mesma norma em diversas leis diferentes. Caso houvesse essa necessidade, cada nova lei teria que incorporar todas as normas previstas em diplomas anteriormente editados.

Se a alteração de projetos coadjuvada pelo exercício do direito de repúdio já é autorizada pelo sistema jurídico (vide artigo 26 da Lei Federal 9.610/1998 e artigo 18, parágrafo único, da Lei Federal 5.194/1966) e o Código Civil não revogou tal possibilidade, tem-se que ela continua em pleno vigor. É, portanto, aplicável também no contexto dos contratos de empreitada.

Note-se que não há incompatibilidade entre o artigo 621 do Código Civil e a alteração de projetos acompanhada de repúdio do autor original¹⁴. Não se diagnostica, pois, revogação tácita desse direito (artigo 2º, §2º, da LINDB).

¹⁴ Entende-se que o artigo 621 do Código Civil assegura ao dono da obra o direito de modificá-la nas hipóteses nele previstas. Caso o autor do projeto discorde dessas alterações, a ele será dado exercer o direito de repúdio, mas não obstar a modificação da construção. Veja-se, a propósito: “Assim, o Código Civil de 2002 só veio complementar as normas anteriores ao estabelecer que, sem anuência de seu autor, não pode o proprietário da obra introduzir modificações no projeto por ele aprovado, ainda que a execução seja confiada a terceiros (art. 621). Inovou, contudo, ao contemplar algumas exceções à regra geral: a) alterações de pouca monta não são atingidas pela proibição, desde que ressalvada a unidade estética da obra projetada; b) razões de ordem técnica ou fatos

Veja-se que também as Leis Federais 9.610/1998 (artigo 24, inc. IV), 5.194/1966 (artigo 18, “caput” e parágrafo único) e 12.378/2010 (artigo 16, “caput” e §4º) vedam alterações a projeto, sem anuência de seu autor.

Entretanto, essas mesmas leis estipulam que eventual alteração contra a vontade do autor autorizará o exercício do direito de repúdio, a demonstrar que não há incompatibilidade entre a vedação às alterações sem consentimento do autor e a modificação contra sua vontade, combinada com o direito de repúdio.

É possível que alguém discorde das razões apresentadas acima, por entender que o artigo 621 do Código Civil é absolutamente incompatível com alterações de projeto contra a vontade do autor, ainda que acompanhada pelo direito de repúdio.

Nesse caso, tem-se que o artigo 621 do Código Civil deve ser tido como tacitamente revogado, ao menos quanto a esse ponto. Isso porque a Lei Federal 12.378/2010 é posterior ao Código Civil, de modo que eventual incompatibilidade entre eles revela revogação tácita do dispositivo legal mais antigo (artigo 2º, §1º, da LINDB).

Além disso, outro achado parece relevante. Tanto a lei que disciplina o exercício da engenharia, quanto o Código Civil e a lei que regulamenta a atuação dos arquitetos e urbanistas admitem pactuação entre autor e dono da obra sobre o regime jurídico que será aplicável às futuras modificações de projeto (artigo 17, “caput”, da Lei Federal 5.194/1966, artigo 621 do Código Civil e artigo 16, “caput”, da Lei Federal 12.378/2010).

Isso quer dizer que o dono da obra e o autor do projeto podem estabelecer, de comum acordo e por intermédio de contrato, se o projeto poderá ser alterado futuramente e quais regras orientarão eventuais modificações.

Embora se entenda que ao dono da obra é assegurado alterá-la livremente, cabendo ao projetista o exercício do direito de repúdio, a possibilidade de disciplinar a questão em âmbito contratual pode incrementar o grau de segurança jurídica sobre a questão – o contrato passa a funcionar como uma espécie de salvaguarda que interdita eventual linha de interpretação tendente a restringir o direito de propriedade em detrimento dos direitos de autor.

Tem-se que essa medida não representa renúncia ao direito moral de assegurar a integridade da obra, mas sim aceitação prévia de eventuais modificações.

supervenientes podem aconselhar a modificação do projeto, uma vez comprovadas a inconveniência ou a excessiva onerosidade da execução do projeto original. [...] Claro está que em todas essas situações o autor do projeto deverá ser cientificado, para que estude e realize as modificações do projeto original. Se não concordar, o empreitador incumbirá outro profissional de realiza-las. Neste caso, não poderá o autor se opor. Restar-lhe-á, se assim entender, repudiar a autoria do projeto construído.” (MEIRELLES, 2011, p. 257- 258).

O que se está a ajustar é a maneira de exercer o direito de concordar ou não com as modificações. Podem as partes desejar prever essa concordância de forma abrangente por meio de contrato, por considerar que essa providência é a que melhor atende a seus interesses.

Se é dado ao autor do projeto original aceitar as alterações em um momento futuro, por ocasião de eventual iniciativa concreta do dono da obra voltada a introduzir determinados ajustes ao projeto, não se vislumbra razão para impedir que essa anuência seja dada de antemão pelo autor e de modo abrangente.

Não há regra legal que obrigue o autor do projeto original a aguardar eventual iniciativa concreta de alteração de sua obra intelectual, para que só então possa externar sua anuência.

O modo como o direito de concordar com as alterações será exercido parece ser passível de disposição contratual.

É possível que o autor prefira exercer esse direito de maneira mais ou menos abrangente. É também possível que o autor opte por exercer esse direito em variados momentos. Em outras palavras, pode ser que o autor escolha exercer esse direito na celebração do primeiro contrato - instrumento que viabilizou a contratação do projeto original -, ou que prefira aguardar cada uma das iniciativas concretas de alteração de projeto, para só então avaliar se é caso de concordar com as modificações de projeto.

O titular de um direito indisponível pode escolher o modo de exercê-lo e isso parece permitir que cláusulas contratuais sejam formuladas, com vistas a endereçar o problema preventivamente.

O instrumento contratual passa a ser relevante para afirmar, de modo categórico, que esse projeto poderá ser futuramente alterado. Esse instrumento pode também disciplinar os cuidados que deverão ser observados pelo dono da obra antes de introduzir alterações e em quais circunstâncias isso poderá ocorrer.

Tanto a Lei dos Engenheiros, quanto a Lei dos Arquitetos e Urbanistas e o próprio Código Civil admitem que as partes disponham contratualmente sobre a maneira de se exercer o direito moral de autor representado pela possibilidade de concordar com alterações de projeto (artigo 17, “caput”, da Lei Federal 5.194/1966, artigo 16, “caput”, da Lei Federal 12.378/2010 e artigo 621 do Código Civil).

Assim, o contrato pode funcionar como salvaguarda suplementar do direito de modificar a obra, mesmo contra a vontade do projetista original – embora, repita-se, esse direito já decorra do sistema jurídico e, em verdade, independa de previsão contratual.

Em resumo, a despeito de se entender que esse direito já decorre da legislação de regência, considerando-se que seu exercício autoriza apenas o repúdio à autoria original,

eventual modelagem contratual pode funcionar como uma espécie de cautela adicional que incrementa o nível de segurança jurídica – a modelagem contratual pode obstruir eventual iniciativa do projetista original de se fiar em uma interpretação ampliativa dos direitos de autor para se opor a modificações de projeto.

1.2 As normas infralegais editadas pelos Conselhos de Classe

A Lei Federal 5.194/1966 disciplina as profissões de engenheiro e engenheiro-agrônomo, tendo conferido especial atenção aos direitos de autor desses profissionais.

O artigo 17 dessa lei assegura que os engenheiros e agrônomos têm direitos de autoria sobre os planos ou projetos que elaborarem, respeitadas as relações contratuais travadas entre eles e outros interessados.

A norma acomodada no artigo 18 da Lei Federal 5.194/1966 reserva ao engenheiro e ao agrônomo o direito de alterar os projetos ou planos que tenham produzido. Já se observou que essa norma apenas deve ser aplicada caso o dono da construção pretenda conservar a autoria original. Do contrário, a obra poderá ser livremente modificada, reservado ao projetista original o direito de repúdio.

A regulamentação das regras previstas na Lei Federal 5.194/1966 compete ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CONFEA), nos termos do artigo 27, alínea “F”, dessa lei.

A Resolução 1.029, de 17 de dezembro de 2010, estabelece normas sobre registro de propriedade intelectual no âmbito do CONFEA e pouco esclarece quanto à extensão dessa proteção.

Também o Código de Ética Profissional da Engenharia pouco contribui com o esclarecimento da extensão do direito de autor conferido ao engenheiro. Note-se que esse Código de Ética Profissional reconhece o direito à proteção da propriedade intelectual sobre a criação dos engenheiros (artigo 12, alínea “i”, do Código de Ética dos Engenheiros), mas não esclarece qual é o conteúdo desse direito.

Revelar a extensão dos direitos de autor sobre projetos de engenharia pressupõe ainda a superação de outro desafio. É preciso saber se o projeto ou plano concebido pelo engenheiro constitui obra intelectual protegida, ou seja, se há direito de autor sobre essa criação.

Embora projetos, esboços e obras plásticas concernentes à engenharia sejam reconhecidos como obra intelectual protegida pelo inciso X do artigo 7º da Lei Federal

9.610/1998, não é qualquer projeto ou plano de engenharia que enseja essa proteção. Nem todo projeto ou plano de engenharia será protegido por direitos de autor.

Meras soluções técnicas ou mesmo projetos ou planos que não consagram minimamente um exercício concreto da criatividade humana não despertam a proteção dos direitos de autor.

A Resolução 1.029/2010 do CONFEA não determina quais elementos o trabalho de engenharia deve conter para que seja considerado uma obra intelectual protegida pelos direitos de autor, nos termos do artigo 17 da Lei Federal 5.194/1966.

Note-se que esse diploma reconhece que “autores de estudos; anteprojetos; projetos; esboços; obras plásticas e outras formas de expressão e representação visual, concernentes à Engenharia [...] poderão efetuar o seu registro no Confea, para efeito de segurança de seus direitos” (artigo 1º da Resolução 1.029/2010, editada pelo CONFEA).

Essa mesma Resolução reconhece, em seu artigo 3º, que o registro dos anteprojetos, projetos, esboços, obras plásticas e outras formas de expressão relativos à engenharia não representa um ato constitutivo de direito de autor, pois apenas funciona como declaração de registro para fins de comprovação de anterioridade diante de outras criações com características similares.

De todo modo, tendo em vista que a avaliação da obra intelectual de engenharia parece se inserir em campo específico do conhecimento humano (terreno da engenharia), tem-se que apenas um profissional habilitado na esfera da engenharia é capaz de aferir se o projeto ou plano dessa área é resultado de um esforço criativo e representa um produto original, de modo a ser permeado por direitos de autor.

Em resumo, as normas infralegais editadas pelo CONFEA não regulamentam o direito moral de autor. Os direitos morais de autor sobre planos e projetos de engenharia são disciplinados apenas no plano legal.

Cabe então observar de que maneira os direitos de autor relacionados com projetos de arquitetura são tratados no âmbito infralegal.

Ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) é dado disciplinar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

Essa atribuição está expressamente gravada no §1º do artigo 24 da Lei Federal 12.378/2010, que é justamente a lei que criou aquele Conselho.

Não se encontra, na Lei Federal 12.378/2010, fundamento de validade para as regras sobre direitos autorais consignadas na Resolução 67/2013, editada pelo CAU/BR.

Não há, no rol contido no artigo 28 da Lei Federal 12.378/2010 (dispositivo que consagra a competência do CAU), atribuição para disciplinar, em âmbito infralegal, direitos autorais, direitos de propriedade ou direitos de personalidade.

Entende-se que a atribuição conferida ao CAU se limita às questões relativas à rotina da profissão dos arquitetos e urbanistas e não pode ser exercida de modo a disciplinar o direito de propriedade do dono da obra – que possivelmente nem sequer é arquiteto –, reduzindo sua extensão ou de qualquer forma limitando seu exercício.

Tampouco é dado ao CAU inovar em matéria de direitos de autor – ainda que esse autor seja arquiteto e urbanista –, notadamente direitos morais de autor, que estão inseridos no universo dos direitos de personalidade.

Caso assim não fosse, seria dado ao CAU criar direitos atinentes ao ramo do Direito Civil, que é expressamente cometido à competência legislativa privativa da União (artigo 22, inc. I, da CRFB/88).

O CAU é autarquia e, portanto, integra a administração pública indireta (artigo 24 da Lei Federal 12.378/2010); não se confunde com a União e não detém a competência legislativa prevista no artigo 22 da Constituição Federal.

Considera-se que a Resolução 67/2013 do CAU/BR inova na ordem jurídica em setor que apenas pode ser disciplinado pela União (Direito Civil)¹⁵.

Ainda mais grave é a constatação de que a Resolução 67/2013, produzida pelo CAU/BR, tende a restringir o direito de propriedade do dono da obra de modo contrário às regras que estão estampadas nas Leis Federais 9.610/98 e 12.378/2010.

Um primeiro olhar indica que essa Resolução não prevê a possibilidade de alteração do projeto arquitetônico sem a concordância de seu autor, tal como fez a Lei Federal 12.378/2010, em seu artigo 16, §4º, bem como a Lei de Direitos Autorais (artigo 26 da Lei Federal 9.610/98).

¹⁵ Veja-se: “Não sendo um ramo especial, o Direito de Autor não pode ser um direito privado especial. É Direito comum, ou civil. Que posição ocupa, dentro do Direito Civil? Representa um novo ramo de Direito Civil, a juntar àqueles que foram delimitados por Savigny. [...] O Direito de Autor regula pois um setor diferenciado da vida dos particulares. Tem assegurada a sua autonomia como ramo de Direito Civil. [...] A conclusão a que chegámos quanto à natureza deste ramo do direito tem desde logo implicações quanto às fontes admissíveis. Se o Direito Autoral é Direito Civil, caberá à União legislar sobre ele, por força do art. 22 I da Constituição. E a forma adotada para esse efeito deve ser a de lei em sentido formal. Não pode ser a de decreto, ou de qualquer outra fonte regulamentar. [...] As Resoluções do C.N.D.A. [Conselho Nacional de Direito Autoral] não suscitam nenhuma objeção quando se referem a matérias verdadeiramente executivas ou à estruturação dos serviços. É então nítida a sua natureza regulamentar. Se se destinarem porém a demarcar a situação jurídica dos particulares, fixando a estes direitos e deveres, exorbitam do seu domínio e têm de ser consideradas inconstitucionais.” (ASCENSÃO, 1997, pp. 20-22).

Note-se que o artigo 26 da Lei Federal 9.610/98 prevê que eventual alteração da obra sem o consentimento do autor permitirá que ele exerça o direito de repúdio, ou seja, autorizará que ele negue a autoria da obra modificada sem sua concordância.

O parágrafo único complementa o regime do direito de repúdio sobre obra alterada sem o consentimento de seu autor, ao estabelecer que o proprietário do bem responde pelos danos que causar ao autor, caso ignore o repúdio por ele exercido. Em outras palavras, essa regra indica que o proprietário do bem modificado responderá por danos causados ao autor, desde que continue a atribuir a ele a autoria do projeto repudiado.

Constata-se que o artigo 26 da Lei Federal 9.610/98 admite alteração de projeto arquitetônico sem consentimento do autor, mas confere a ele o direito de repudiar a autoria, preservando sua reputação profissional, caso discorde das modificações implementadas.

A Lei Federal 12.378/2010 também admite modificações aos projetos arquitetônicos sem consentimento de seus autores, ainda que de modo mais discreto do que a Lei Federal 9.610/98.

Isso porque a Lei Federal 12.378/2010 prevê regra que veda a alteração de projetos de arquitetura sem consentimento por escrito de seu autor (artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010) e se limita a determinar que se a alteração não for concebida pelo autor do projeto original, o resultado final terá como coautores o autor do projeto original e também o responsável pelas modificações, salvo decisão expressa em contrário do autor do projeto original, hipótese em que a autoria da obra passa a ser apenas do profissional que efetuou as modificações (artigo 16, §4º, da Lei Federal 12.378/2010).

A regra prevista no artigo 16, §4º, da Lei Federal 12.378/2010 parece confusa, mas deve ser interpretada como uma espécie de direito de repúdio à autoria da obra (linha de interpretação que preserva o direito de contruir que orbita o direito constitucional de propriedade). Nesse sentido, essa regra pode ser vista como uma autorização legal para que o arquiteto se desvencilhe da autoria da obra, negando sua paternidade em razão das modificações realizadas por outro profissional.

Entretanto, é possível que se interprete que essa regra não dispensa que o autor do projeto original concorde expressamente com as modificações, como parece fazer crer o “caput” do dispositivo.

Não se concorda com essa interpretação por uma razão bastante simples: se o autor rejeitará a autoria da obra, ele não contará mais com direitos de autor. Ele deixará de ser autor e, portanto, abdicará dos direitos de autoria.

Não será dado ao autor original questionar as modificações realizadas sem sua concordância, pois ele terá renunciado aos direitos de autor (o direito de repúdio representa uma exceção legal à regra da irrenunciabilidade dos direitos morais de autor). Não será mais titular de direitos de autor sobre a obra modificada. Será considerado autor apenas o arquiteto que concebeu as modificações.

A regra prevista no §4º do artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010 tem o condão de afastar a autoria da obra em caso de rejeição das modificações.

Dessa maneira, essa regra não impede que modificações não desejadas pelo autor do projeto original sejam realizadas; apenas permite que o autor abdique da autoria, preservando sua imagem e reputação profissional.

De qualquer modo, é possível que se sustente que a regra prevista no artigo 16, §4º, da Lei Federal 12.378/2010 não impõe ao autor original um suposto dever de repudiar a autoria.

Para essa possível corrente de pensamento, essa regra permitiria ao autor preservar a autoria e questionar as modificações não autorizadas – e possivelmente exigir o desfazimento dessas alterações – ou, a seu critério, exercer o direito de rejeitar a autoria do projeto.

A mera possibilidade de interpretações dissonantes preserva um ambiente de insegurança jurídica que merece ser enfrentado.

Esse quadro de insegurança é agravado pelos contornos da Resolução 67/2013 do CAU/BR, que parece revelar que a autorização do autor original é invariavelmente imprescindível para que se possa alterar projeto ou obra de arquitetura.

Neste ponto, cabe acrescentar que a Resolução 67/2013 do CAU/BR recomenda, de modo expresso, patamares de indenização passíveis de aplicação pelo Poder Judiciário, para o caso de modificação do projeto ou da obra, sem anuência formal do autor.

Colhe-se do artigo 29 dessa Resolução que eventuais alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, seja em projeto, seja em obra dele decorrente, sem o consentimento escrito do autor, causará ao responsável pelo ilícito (possivelmente o dono da obra), a condenação ao pagamento, em favor do titular do correspondente direito autoral, de indenização por violação aos direitos autorais morais e patrimoniais.

Essa indenização é tarifada pela Resolução 67/2013, do CAU/BR. Deverá ser de no mínimo duas vezes o valor dos honorários profissionais referentes à elaboração da alteração da obra intelectual, em razão da violação aos direitos morais de autor, e de no mínimo uma vez o valor dos honorários profissionais referentes à elaboração da alteração da obra intelectual, em virtude do desrespeito aos direitos patrimoniais de autor (artigo 29, incisos I e II, da Resolução 67/2013, do CAU/BR).

Embora se considere a restrição à alteração de projetos e obras aparentemente presente na Resolução 67/2013 do CAU/BR inconstitucional por usurpar competência legislativa da União, bem como ilegal, por contrariar a sistemática de modificação de projetos e obras prevista nas Leis Federais 9.610/98 e 12.378/2010 – diplomas que não obstruem a alteração de projetos e obras sem a anuência do autor original –, é importante verificar quais alternativas podem ser validamente adotadas pelo dono da obra para alterá-la, sem violar sobredita Resolução.

Dizendo em outros termos, feita a análise da Resolução 67/2013 do CAU/BR, passa a ser relevante observar quais medidas podem ser implementadas pelo proprietário da obra para assegurar que ela possa ser futuramente alterada.

Imagina-se que a insegurança jurídica pertinente à impossibilidade de alteração de projeto arquitetônico ou mesmo da obra dele decorrente pode coibir a realização de relevantes projetos de infraestrutura, impedir aprimoramentos do patrimônio público imobiliário e, em última análise, afetar o desempenho dos serviços públicos.

Basta mencionar a hipótese de um projeto arquitetônico relativo a uma usina de geração de energia elétrica, que precisa ser alterado em virtude do surgimento de novas tecnologias capazes de incrementar o grau de eficiência do processo produtivo.

Se essa modificação não puder ser efetuada apenas em razão de discordância do arquiteto autor do projeto original, não apenas a qualidade do serviço público de geração de energia será comprometida, como também novos investimentos em setores de infraestrutura serão afetados, em razão do cenário de insegurança jurídica.

Embora não configurem tombamento, os direitos morais de autor teriam praticamente a mesma robustez, caso se entenda que o dono da obra não pode modificá-la sem consentimento de seu criador.

Veja-se que, para certos estudiosos, apenas alterações extremamente necessárias ou devidas por razões técnicas é que poderiam ser realizadas pelo proprietário da obra. Observe-se, por exemplo:

Pela defesa que apresentamos pela classificação da arquitetura como modalidade de obra intelectual protegida pelo direito de autor, entendemos que devem ser mínimas as limitações aos direitos de seus autores. Reconhecemos por outro lado que o proprietário possa ter o direito de fazer modificações desde que estas sejam extremamente necessárias ou tenham que ser realizadas por determinação técnica. Não pode haver sob qualquer hipótese, descaracterização do projeto inicial, o que não justificaria a necessidade do arquiteto se negar a se declarar autor do projeto (RANGEL, 1998, p. 106).

Conquanto não se vislumbre regra jurídica que impeça que outro instituto tenha efeitos similares aos do tombamento, tem-se que os direitos de autor não devem ser erigidos ao mesmo patamar de proteção jurídica que é próprio do tombamento. Isso porque o tombamento visa prestigiar interesses que pertencem a toda a coletividade (conservação do patrimônio histórico etc.). Já os direitos morais de autor, embora sejam direitos de personalidade, são assegurados em benefício de indivíduos determinados. Não parece razoável que o interesse de um único indivíduo mereça ser protegido de modo idêntico ao interesse de toda a coletividade.

Interpretar os direitos morais de autor como sucedâneo de tombamento pode gerar consequências graves e capazes de fossilizar o perfil dos imóveis erigidos em solo brasileiro.

Não é possível desconsiderar a insegurança jurídica gerada pela Resolução 67/2013 do CAU/BR, que pode ser interpretada no sentido de submeter qualquer modificação futura a projeto arquitetônico ou a obra dele oriunda à vontade de um único personagem privado, qual seja, o arquiteto e urbanista autor do projeto original.

Como então construir alternativas que possam ser validamente adotadas pelo dono da obra para atender à Resolução 67/2013 do CAU/BR, sem perpetuar o ambiente de insegurança jurídica?

Reputa-se que o desenvolvimento dessas alternativas será útil apenas se elas respeitarem as regras previstas nesse complexo universo de normas composto pelas Leis Federais 9.610/98 e 12.378/2010, bem como pela Resolução 67/2013 do CAU/BR.

Consignadas essas reflexões sobre o possível caráter inconstitucional e ilegal da Resolução 67/2013 do CAU/BR, cumpre então verificar se há algum caminho que pode ser trilhado pelo dono da obra para alterar o projeto de arquitetura, sem violar as normas acomodadas naquele diploma infralegal.

De modo objetivo, tem-se que o remédio para o problema apresentado reside na interpretação sistemática das normas sobre os direitos de autor.

Nesse sentido, caso o autor do projeto original discorde da modificação pretendida pelo dono da obra, o artigo 16 deverá ser interpretado de modo conjugado com o parágrafo único do artigo 18, ambos da Resolução 67/2013 - CAU/BR.

Nessa ordem de ideias, o artigo 16 da mencionada Resolução pode ser visto como uma regra aplicável ao caso em que o dono da obra continua a atribuir a autoria ao criador do projeto original. Nessa hipótese, não será possível alterar o projeto sem o consentimento do autor do projeto original, o que parece razoável, dado que seu nome permanecerá vinculado à obra, de modo que há necessidade de preservar sua dignidade profissional.

De outro lado, o parágrafo único do artigo 18 dessa Resolução será empregado no caso em que o autor original discorda da alteração. Nessa última hipótese, poderá o dono da obra modificá-la, mas, tendo o autor original discordado da alteração, a autoria do projeto não poderá mais ser a ele atribuída (lógica do repúdio à autoria do projeto arquitetônico modificado).

Por meio dessa linha de interpretação é possível preservar o direito de construir, sem que se imponha sacrifício à imagem do projetista original.

Além disso, a modelagem da contratação do projeto de arquitetura pode ser concebida como uma salvaguarda adicional ao direito de construir.

Nesse sentido, o artigo 16 da Resolução 67/2013 abre a possibilidade de pactuação prévia sobre o direito de modificar a obra, sinalizando para a importância da modelagem contratual.

Esse dispositivo determina que as alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, tanto em projeto como em obra dele oriunda, somente poderão ser realizadas mediante consentimento por escrito do autor original.

Contudo, tal dispositivo não limita o momento em que esse consentimento deverá ser dado pelo autor; apenas estabelece que deverá ser apresentado por escrito.

Assim, é possível que o consentimento seja prestado pelo autor, por escrito, de antemão, ou seja, no bojo do instrumento por meio do qual se contratou o projeto arquitetônico.

Esse raciocínio se ajusta à regra prevista no “caput” do artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010, que admite expressamente pactuação sobre o assunto.

Dessa maneira, é possível adotar medida preventiva capaz de assegurar eventual modificação futura do projeto ou da obra dele decorrente, evitando-se eventual embate sobre diferentes interpretações dos direitos morais de autor.

Essa medida preventiva corresponde à elaboração de cláusulas contratuais que permitam, de modo expreso e claro, a modificação do projeto e da obra por seu proprietário.

Com essa providência é possível incrementar o nível de segurança jurídica sobre a possibilidade de modificar o projeto e a obra dele derivada.

Nessa linha de pensamento, cláusulas contratuais atendem aos requisitos estipulados pelo artigo 16 da Resolução 67/2013 do CAU/BR.

Cláusulas contratuais representam meio de comprovação, por escrito, do consentimento do autor do projeto original. Não há norma jurídica que situe esse consentimento no tempo, impedindo, por exemplo, que ele seja dado logo na contratação inicial do projeto.

1.3 Normas atinentes à transmissão dos direitos de autor para a Administração Pública

Possível afirmar, com amparo na norma retratada no “caput” do artigo 111 da Lei Federal 8.666/93, que a Administração Pública apenas pode contratar, remunerar e receber projetos ou serviços técnicos especializados se o autor ceder os respectivos direitos patrimoniais.

Com isso, a regra estampada na Lei das Licitações consagra que a contratação pública de certo projeto ou serviço especializado depende da cessão dos direitos patrimoniais de autor.

Intuitivo, portanto, que a contratação de qualquer projeto de arquitetura ou engenharia pela Administração Pública acarreta necessariamente a cessão dos direitos patrimoniais de autor a ele pertinentes¹⁶.

Se a norma observada estabelece que a Administração Pública só poderá contratar - e efetuar o respectivo pagamento - se o autor ceder os direitos autorais patrimoniais de sua obra, a contratação parece ser vedada caso o autor do projeto ou do serviço técnico especializado não o faça.

O Estatuto jurídico da empresa pública (Lei Federal 13.303/2016) foi ainda mais claro ao prever que a contratação de projetos ou serviços técnicos especializados por empresas públicas enseja a transmissão da propriedade sobre os direitos patrimoniais e autorais que os permeiam.

Inferre-se que essa transmissão de propriedade decorre de disposição legal e acompanha toda contratação de projetos ou serviços técnicos especializados por empresas públicas; a transmissão se dá como efeito legal decorrente dessa contratação.

A despeito da clareza dessas duas normas, a transmissão (ou cessão) dos direitos de autor à Administração Pública não é assunto assim tão simples.

¹⁶ Oportuno mencionar que a Administração Pública pode promover a construção de obras públicas de diferentes maneiras. Veja-se: “A Administração valer-se-á de três processos para que a obra pública chegue a bom termo, que são: a) execução direta ou execução por administração, quando o Estado executar a obra pública construindo-a ou reparando-a sob sua responsabilidade, utilizando-se de seu pessoal e de seus próprios recursos, dispensando a colaboração de particulares. Assim sendo, a obra pública realizar-se-á mediante o desempenho de agentes públicos e operários contratados por dia, sob a direção e supervisão da Administração. A Administração adquirirá, com seus recursos, o material necessário e recrutará mão-de-obra, mediante contrato de fornecimento, locação de serviço e contrato de trabalho; b) execução indireta ou execução por empreitada, se a obra pública for executada por pessoa alheia à Administração, que celebra com o Estado contrato de empreitada, recebendo uma remuneração pela realização da obra ou proporcional ao trabalho efetuado, respondendo pela execução integral do serviço contratado; c) execução mediante concessão ou concessão de obra pública, se a Administração entregar a execução da obra a uma pessoa que ficará com o dever de gerir o serviço público, que decorrerá da obra, recebendo dos futuros usuários uma tarifa como remuneração, em vez de receber do Estado uma retribuição ao término da obra.” (DINIZ, 2006, v. 5: p. 519).

De partida, o artigo 111 da Lei Federal 8.666/93 prevê que a contratação de projetos pela Administração Pública apenas é permitida se os direitos patrimoniais que os envolvem forem cedidos ao ente público contratante.

A cessão de direitos patrimoniais não afasta os direitos morais do patrimônio jurídico do autor - e os direitos morais de autor são extremamente relevantes, conforme se examinará mais adiante.

Como visto, os direitos de autor se dividem em duas categorias, a saber: direitos patrimoniais e direitos morais.

Observe-se que a norma encartada no artigo 111 da Lei Federal 8.666/93 estabelece a cessão dos direitos patrimoniais; essa norma permanece silente quanto aos direitos morais.

Além disso, é possível identificar linha de entendimento segundo a qual mesmo a cessão dos direitos patrimoniais de autor à Administração Pública não opera de modo necessário e automático (por simples força de lei).

Nessa toada, ao menos um Ministro do Tribunal de Contas da União (Ministro Guilherme Palmeira) aderiu a entendimento segundo o qual a cessão dos direitos patrimoniais de autor não é consectário legal da contratação do projeto, de modo que deve ser expressamente prevista no contrato entabulado entre a Administração Pública e o autor.

Esse entendimento foi externado no bojo da consulta formulada pelo Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Processo n. 013.509/2007-8).

Importante registrar que se reputa equivocado o entendimento no sentido de que a cessão dos direitos patrimoniais não ocorre de maneira automática. Isso porque a norma acomodada no artigo 111 da Lei 8666/1993 impõe essa cessão de maneira expressa e não confere alternativa à Administração Pública e ao contratado.

A falta de previsão contratual expressa acerca dessa cessão significaria a permanência dos direitos patrimoniais atinentes ao projeto ou serviço especializado com seu autor, ou seja, importaria a não assunção desses direitos pela Administração Pública.

Talvez com o propósito de tentar superar essa aparente falha - qual seja, a falta de previsão relativa à transmissão compulsória dos direitos patrimoniais de autor - a norma que habita o artigo 80 da Lei Federal 13.303/2016 afirma que os direitos patrimoniais e autorais serão cedidos à empresa pública contratante.

De todo modo, o problema relacionado com a preservação dos direitos morais relativos à obra no patrimônio jurídico de seu criador não foi enfrentado pelo artigo 111 da Lei Federal 8.666/93 e pelo artigo 80 da Lei Federal 13.303/2016.

Ainda que cedidos os direitos patrimoniais do autor à Administração Pública – como determina o artigo 111 da Lei Federal 8.666/1993 –, os direitos morais de preservar a integridade da obra erigida com base no projeto contratado, bem como de alterá-la em momento futuro permanecem no patrimônio jurídico do autor.

Entende-se, portanto, que a previsão de cessão dos direitos de autor não resolve o problema estudado.

O direito de assegurar a integridade da obra intelectual é um direito moral intransmissível, de modo que não é alcançado pela cessão ordinária dos direitos patrimoniais de autor.

1.4 Projeto autoral e o respectivo suporte material: o que é protegido pelos direitos morais de autor?

A alteração da obra não deve ser impedida por direitos de autor que pairam sobre o respectivo projeto. Tem-se que os direitos morais de autor não dizem respeito propriamente ao bem físico produzido a partir de uma criação intelectual.

Note-se que se um indivíduo adquire um livro em uma livraria e resolve rabisca-lo, não há violação a direito de autor. A obra intelectual permanece íntegra; o que se modificou foi um exemplar do bem material produzido a partir daquela criação intelectual. O mesmo pode ser dito com relação a um “compact disc” (CD).

O projeto de arquitetura e de engenharia pode ser replicado infinitas vezes e guarda de maneira integral o produto da criação intelectual. Sua modificação é que deveria ser alvo de reservas. A situação não se confunde, por exemplo, com a de uma pintura que é, ela própria, o produto da criação intelectual.

Rabiscar uma aquarela significa modificar a obra intelectual. De modo diverso, alterar uma obra construída a partir de um projeto de arquitetura em nada modifica a criação intelectual, que reside no projeto e não na obra, que é apenas sua expressão física, passível de ser replicada infinitas vezes.

A despeito dessas razões, tem-se que o artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010 estende a proteção do direito moral de autor também à obra resultante do projeto de arquitetura.

Já a Lei Federal 5.194/1966 não parece conter norma semelhante. Essa última lei apenas assegura que os projetos e os planos de engenharia - nada fala quanto às obras deles resultantes - não poderão ser modificados por terceiros (artigo 18 da Lei Federal 5.194/1966).

Diante desse quadro, parece razoável defender que o direito moral de autor (direito de alterar projetos com exclusividade) não se aplica à obra resultante do projeto ou plano de engenharia, que pode ser alterada livremente por seu dono.

Apenas a obra decorrente de projeto de arquitetura é que supostamente não poderia ser livremente modificada por seu dono (artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010). Entretanto e conforme se observou, os direitos morais de autor não têm o condão de obstaculizar modificações desejadas pelo proprietário da edificação. Esses direitos inauguram a possibilidade de exercício do direito de repúdio à autoria da criação modificada, mas não impedem que essas alterações sejam realizadas pelo dono da obra.

1.5 Todos os projetos de arquitetura e engenharia são permeados por direitos de autor?

Será que qualquer projeto ou plano de engenharia ou de arquitetura é objeto de proteção pelos direitos de autor?

É preciso aferir se todos os projetos dessas naturezas são protegidos e, em caso negativo, identificar o critério que separa aqueles que são agasalhados pelos direitos de autor, daqueles que não são objeto dessa proteção.

É possível que um projeto de engenharia tenha características singelas ou que represente apenas uma solução técnica para um certo problema. O mesmo pode ser dito com relação aos projetos arquitetônicos.

Imagine-se o projeto (de engenharia ou de arquitetura) de uma casa térrea e bastante simples, com apenas um quarto, um banheiro, uma cozinha e uma sala. É possível impedir que esse projeto seja reproduzido por outros engenheiros ou arquitetos em virtude dos direitos de autor? Esses direitos incidem sobre projetos com essas características?

A intuição parece nos impelir a responder que, em casos como o mencionado, o projeto não é amparado por direitos de autor. Do contrário seria inviável construir obras simples e cada nova construção teria que consagrar elementos novos.

Cabe então perquirir por qual razão alguns projetos de engenharia ou de arquitetura merecem proteção por direitos de autor e outros não.

As leis que conferem proteção a projetos de arquitetura e de engenharia não esclarecem quais características eles devem possuir, para que sejam salvaguardados pelos direitos de autor.

A Lei Federal 5.194/1966 prevê, de modo singelo, que os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia pertencem ao profissional que os elaborar (artigo 17). Não se

identifica, nessa lei, um critério orientado a separar planos e projetos de engenharia em dois grupos, um protegido por direitos de autor e outro desprovido dessa proteção.

A Lei Federal 5.194/1966 trata desses projetos e planos de modo genérico e parece atribuir a todos eles os direitos inerentes à autoria.

Neste ponto é importante anotar que a Lei Federal 9.610/1998 (lei posterior à Lei Federal 5.194/1966) disciplinou os direitos de autor de modo abrangente, consagrando uma espécie de regime geral dos direitos de autor, e adotou um critério destinado a indicar quais obras intelectuais são protegidas por aquela classe de direitos.

Nessa toada, a Lei Federal 9.610/1998 confere proteção às criações de espírito (artigo 7º dessa lei) e abarca, de modo genérico, projetos, esboços e obras plásticas concernentes à engenharia e arquitetura (artigo 7º, inc. X, dessa mesma lei).

Embora essa lei tenha consagrado um requisito da obra intelectual que é permeada por direitos de autor, ela o fez de modo impreciso. Parece difícil definir o que representa uma criação de espírito.

Desse modo, tem-se que o critério gravado na Lei Federal 9.610/1998 pouco contribui para a missão de definir quais projetos arquitetônicos e de engenharia estão abarcados pelos direitos de autor e quais não estão.

Se as criações de espírito são todas aquelas que derivam do pensamento humano (espírito humano), qualquer projeto produzido pela mente humana, ainda que simplório, seria colhido pela proteção que irradia da mencionada lei.

Talvez a linguagem adotada pela Lei Federal 9.610/1998 se relacione com as criações da mente humana qualificadas pela criatividade.

É possível que sejam consideradas criações de espírito aquelas que emanam da criatividade humana, que trazem a nota da originalidade e expressam a individualidade de seus criadores.

Assim, projetos que são ordinariamente encontrados em razão do trabalho de outros profissionais não poderiam ser considerados obras intelectuais protegidas, porque despidos dos elementos criatividade.

Essa falta de descrição legal dos projetos que são protegidos pelos direitos de autor não pode levar à conclusão de que todos os projetos desses segmentos são tutelados pelos direitos de autor.

A Lei Federal 12.378/2010, que trata do exercício da arquitetura e urbanismo, tampouco trouxe critérios claros capazes de definir quais projetos arquitetônicos são protegidos pelos direitos de autor e quais não são.

Veja-se, por exemplo, que essa lei determina que o arquiteto deve registrar seus projetos e demais trabalhos técnicos no CAU do ente federativo onde atua, para fins de comprovação de autoria (artigo 13 da Lei Federal 12.378/2010). Isso leva a crer que qualquer projeto ou trabalho técnico produzido por arquiteto e urbanista poderia ser registrado perante o CAU, de modo a se comprovar a autoria.

Se a utilidade prática desse registro é justamente assegurar os direitos de autor relativos a esses projetos e trabalhos técnicos, a lei em comento permite que se entenda que todos os projetos e trabalhos técnicos dos arquitetos são abarcados por aqueles direitos.

Entretanto, tem-se que essa conclusão é falsa, dado que dispensa um requisito geral dos direitos de autor que está expressamente consagrado pelo “caput” da Lei Federal 9.610/1998, qual seja, o componente da criatividade (vide ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 0065261-18.2009.8.26.0576; Relator: José Carlos Ferreira Alves; Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 5ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 11/03/2014; Data de Registro: 12/03/2014).

Cabe rememorar que as expressões “projeto de arquitetura” e “projeto de engenharia” são empregadas neste trabalho como qualquer uma das etapas relacionadas com o desenvolvimento do projeto de edificações (cf. ABNT NBR 16636-1:2017 e ABNT NBR 16636-2:2017), tais como levantamentos (fases de obtenção de informações para elaboração e desenvolvimento do projeto), programas de necessidades (conjuntos de necessidades humanas, sociais, ambientais e funcionais do contratante/dono da obra), estudos de viabilidade, estudos preliminares (dimensionamentos preliminares dos conceitos dos projetos arquitetônicos e da edificação), anteprojetos (etapas de concepção e representação das informações iniciais do projeto), projeto legal ou para licenciamento (fase de representação das informações necessárias à aprovação do projeto pelas autoridades competentes), projeto básico (conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço, elaborado com base em estudos técnicos preliminares, que possibilita avaliação do custo da obra, definição dos métodos e do prazo de execução), projetos executivos ou para execução (representação final e completa das informações técnicas do projeto, suficiente à execução da obra) e projeto completo.

Tem-se que essas fases de desenvolvimento de projetos de edificações se alinham às normas retratadas nos incisos IX e X do artigo 6º da Lei Federal 8.666/93, bem como à Decisão Normativa 106/2015 do CONFEA e derivam de conceituação proposta pela ABNT (ABNT NBR 16636-1:2017 e ABNT NBR 16636-2:2017), que pode ser aplicada às obras públicas. Considera-se que essas etapas também são compatíveis com a norma NBR 13531/1995 da ABNT (norma já cancelada).

Entretanto, entende-se que nem todas essas etapas são protegidas por direitos de autor.

Ilustrativamente, é possível que um projeto de arquitetura contemple apenas uma etapa inicial de diagnóstico do local em que a obra será realizada. Esse projeto não contém elemento criativo a ensejar incidência dos direitos de autor.

Reputa-se que apenas as etapas efetivamente criativas da concepção de projetos - etapas que representam criações intelectuais originais - é que são tuteladas pelos direitos de autor.

Considera-se que essas etapas criativas de concepção da obra têm início com os estudos preliminares e culminam com o projeto completo.

Desse modo, as fases anteriores aos estudos preliminares, as quais se referem à fase de coleta de informações (levantamentos), ao diagnóstico das necessidades dos usuários da edificação (programas de necessidades), à avaliação prévia de alternativas para a concepção da edificação etc., não são albergadas por direitos de autor, dado que não constituem obras intelectuais criativas e que refletem a individualidade de seus autores.

Para que o projeto de engenharia ou de arquitetura seja protegido por direitos de autor, ele deverá representar produto de criatividade humana minimamente significativa; não pode corresponder a mero trabalho de aplicação de normas técnicas¹⁷.

Neste ponto parece oportuno transcrever o pensamento de José de Oliveira Ascensão:

Se a obra é a forma de uma criação do espírito, necessariamente haverá que exigir nesta o carácter criativo. É difícil determinar o ‘quantum’ desta criação. Não podemos confundir obra com obra de qualidade: uma pornochanchada não deixa de ser uma obra protegida. Mas tem de haver um mínimo de criatividade ou originalidade, que por vezes se torna até essencial para determinar se há violação de direito de autor preexistente. [...] Assim, um texto contendo a mera descrição de um processo não tem o carácter criativo que se exige, como não o tem a locução comum de um jogo de futebol ou outro acontecimento. Quer dizer, quando se passa da criação para a descrição, quando há descoberta e não inovação, quando é o objeto que comanda em vez de o papel predominante ser o da visão do autor - saímos do âmbito da tutela (ASCENSÃO, 1997, pp. 50-51).

A aferição da criatividade dos projetos de arquitetura e engenharia escapa do terreno jurídico; depende de avaliação a ser realizada por profissionais habilitados nas áreas pertinentes (arquitetura ou engenharia).

Veja-se:

¹⁷ Observe-se: “Sabe-se que o fundamento dos direitos autorais para o discurso tradicional corresponde justamente à criação. Sem o requisito da criatividade, sem um mínimo de originalidade a obra não recebe a tutela do Direito Estatal.” (STAUT JÚNIOR, 2006, p. 168).

Entendemos que o intérprete deverá buscar na multidisciplinariedade os critérios objetivos para qualificar uma obra como original ou não, ou seja, se a obra investigada for um soneto, o perito precisará ser qualificado em literatura, talvez até mesmo com especialização no determinado gênero literário. O intérprete (juiz ou o advogado), em muitos casos, precisará trabalhar em conjunto com expertos em artes, música, cinema, literatura e jamais um engenheiro ou um advogado que não tenha formação complementar no gênero da obra investigada (CRIVELLI, 2012, p. 40).

Cabe destacar que para ser protegido por direitos de autor, o projeto de arquitetura ou de engenharia não poderá constituir resultado de mera aplicação de normas técnicas desprovida de criatividade intelectual¹⁸.

Denis Borges Barbosa esclarece quais são os ingredientes necessários para que o projeto arquitetônico seja permeado por direitos de autor. Considera-se que também os projetos de engenharia se submetem ao crivo sugerido por esse autor, dado que igualmente submetidos ao regime geral de proteção aos direitos de autor previsto pela Lei Federal 9.610/1998 (cf. artigo 7º, inciso X, dessa lei).

Observe-se o entendimento de Denis Borges Barbosa:

Dissemos pouco acima que a obra arquitetônica terá proteção pela LDA, não menos nem mais do que as demais criações do espírito sob sua tutela. Assim é que – para tratar igualmente as criações arquitetônicas e as demais criações do espírito que são protegidas pela Lei 9.610/98 -, é preciso considerar: (1) Pela natureza do enunciado, o projeto expressa criação, ou, pelo contrário, apenas solve problemas técnicos ou práticos; (2) Se a contribuição oferecida pelo projeto é nova, no sentido de não se cópia de uma anterior, e (3) se a contribuição é livre, ou seja, não é completamente determinada por normas técnicas ou jurídicas, que não resultem em escolha criativa; (4) se naquilo que é nova tem o mínimo de aporte significativo que mereça proteção; Em seguida, no caso de um projeto em que haja contribuições plúrimas: (5) O que é atribuível a cada partícipe do caminho criativo, apreciando-se quanto a cada um deles as considerações de (1) a (4) acima; e (6) no caso de criação arquitetônica gerada “por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma”, o que resta de direitos patrimoniais para cada autor, que não seja sujeito à autonomia e à fusão das contribuições elementares (BARBOSA, 2013, p. 832).

¹⁸ Veja-se: “Assim é que, para se ver se há obra arquitetônica protegida, é preciso excluir o que é prescrito pelas normas edículas. Só no campo da liberdade se apurará a originalidade, por óbvio.” (BARBOSA, 2013, p. 854).

O que efetivamente importa para que o trabalho seja protegido por direitos de autor é o seu conteúdo criativo, seja qual for a sua forma exterior. Nesse sentido, o conteúdo criativo pode se manifestar das mais diversas formas¹⁹.

De todo modo, as fases anteriores aos estudos preliminares não são permeadas por direitos de autor, dado que nessas etapas iniciais ainda não há resultado criativo permeado pela individualidade de seu criador.

A seguinte explicação de José de Oliveira Ascensão revela que a individualidade é uma característica inerente à criatividade:

Tradicionalmente, exige-se a individualidade ou personalidade como requisito da obra. Quer-se significar que, sendo a obra uma criação personalizada, em toda obra há-de estar impressa a marca do seu autor. [...] Justamente porque é necessário que haja um mínimo de criatividade, não se pode prescindir de um juízo de valor. A proteção é a contrapartida de se ter contribuído para a vida cultural com algo que não estava até então ao alcance da comunidade. [...] Podemos concluir assim que o Direito de Autor não tutela o valor da obra, mas a criação. Na exigência de criatividade está implícita a da individualidade, como marca pessoal dum autor (ASCENSÃO, 1997, pp. 51-53).

Os estudos preliminares de engenharia ou de arquitetura, assim como as etapas seguintes do processo de concepção, elaboração e desenvolvimento do projeto, contam com vocação para a proteção autoral.

Dizendo de outra maneira, os estudos preliminares e as etapas seguintes do processo de desenvolvimento do projeto são propensos a receber proteção dos direitos de autor, dado que essas etapas são vocacionadas a proporcionar o surgimento de produto criativo, original.

Entretanto, apenas avaliação operada por profissional habilitado é que poderá indicar se o projeto de engenharia ou de arquitetura é concretamente um trabalho dotado de criatividade e, portanto, protegido pelos direitos de autor. Essa não é uma análise propriamente jurídica; representa, em verdade, exame pertinente às searas da arquitetura e da engenharia e que, portanto, deve ser realizado por profissional habilitado na área respectiva.

Em conclusão, a definição sobre a incidência ou não de direitos de autor sobre determinado trabalho depende de aferição de níveis de criatividade minimamente significativos. Essa avaliação escapa do âmbito estritamente jurídico e depende de exame que deve ser

¹⁹ Observe-se: “[...] a obra de arquitetura pode ser materializada através de esboços, croquis, projetos, maquetes e da própria edificação. Existem diversos suportes que permitem materializar sua expressão. Estas diversas possibilidades de expressão material da ideia, desde que a obra preencha o requisito da originalidade, serão merecedoras da proteção legal.” (RANGEL, 1998, pp. 56-57).

realizado por profissional da área de arquitetura ou de engenharia, a depender da natureza do projeto.

De todo modo, parece possível reconhecer que as etapas anteriores aos estudos preliminares não recebem proteção dos direitos de autor, dado que não se destinam a traduzir imediatamente um produto criativo.

Levantamentos, programas de necessidades e estudos de viabilidade são etapas de coloração técnica; não representam fases que contêm trabalhos marcados pela nota da criatividade.

Se não revelam obras intelectuais criativas, essas fases iniciais do trabalho não atraem a incidência dos direitos de autor.

1.6 Direitos de autor podem ser desapropriados?

De acordo com entendimento retratado no Acórdão 883/2008, prolatado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (Data da sessão: 14.05.2008)²⁰, a cessão de direitos patrimoniais de autor de que trata o artigo 111 da Lei Federal 8.666/1993 depende de expressa previsão contratual; não é, portanto, resultado automático da contratação celebrada pelo Poder Público.

Desse modo, se não houver previsão expressa no instrumento contratual, os direitos patrimoniais de autor não serão cedidos para o ente público contratante.

O instituto da desapropriação pode ser pensado como solução apta a ser adotada pela Administração Pública, caso a cessão dos direitos de autor não tenha ocorrido, em virtude de omissão do contrato quanto a esse ponto e caso o autor não manifeste interesse em cedê-los voluntariamente. Se o autor da obra intelectual se recusar a ceder os direitos patrimoniais à Administração Pública, poderá o ente público desapropriá-los (artigo 2º do Decreto-Lei 3.365/1941).

Esse meio de aquisição da propriedade pode ser pensado justamente de modo a permitir que a Administração Pública se aproprie dos direitos patrimoniais do autor²¹.

²⁰ Anota-se que a consulta à qual esse Acórdão diz respeito não foi conhecida pelo Tribunal de Contas da União, em virtude de ilegitimidade do consulente. Entretanto, o Ministro Relator optou por consignar seu entendimento em seu voto e o Plenário do Tribunal de Contas da União deliberou por não conhecer da consulta, mas decidiu encaminhar cópia do Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao consulente. Com isso, depreende-se que o Plenário do Tribunal de Contas da União não divergiu das razões retratadas no voto do Ministro Relator e decidiu encaminhá-las ao consulente, para conhecimento. De todo modo, tendo em vista que a consulta não foi conhecida, as conclusões contidas no voto do Ministro Relator não contam com caráter normativo e não constituem prejulgamento da tese (artigo 264, §3º, do Regimento Interno do TCU).

²¹ Veja-se: “A desapropriação, vista pelo ângulo do direito civil, é realmente perda da propriedade; encarada,

Para Kioshi Harada, os direitos patrimoniais de autor podem ser desapropriados:

A Constituição Federal refere-se à propriedade, mas esta deve ser entendida em seu sentido mais amplo, de sorte a não se circunscrever aos bens de natureza imobiliária. Por isso a lei básica de desapropriação, em seu art. 2º, prescreve que “todos os bens” poderão ser desapropriados, o que abarca os bens móveis e imóveis, os direitos autorais (aspecto patrimonial), os privilégios de invenção, os semoventes, as ações de sociedades anônimas, os arquivos e documentos de valor artístico ou histórico, enfim, tudo aquilo que for necessário para atingir uma finalidade de interesse público (necessidade ou utilidade pública e interesse social). (HARADA, 2015, p. 64).

Veja-se, também, entendimento de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho:

Onde há propriedade, aí está a possibilidade de desapropriação. Onde há o direito patrimonial do homem, também há a possibilidade de intervenção do Estado. [...] Direitos autorais e descobertas industriais, fazem o objeto da capacidade desapropriativa do Poder Público (SOBRINHO, 1977, p. 43).

Igualmente nessa linha de pensamento:

Saliente-se, desde logo, que na legislação brasileira a desapropriação pode atingir qualquer tipo de bem, inclusive os incorpóreos, como os direitos autorais, considerados no seu aspecto patrimonial (GOMES, 2009, p. 63).

Entretanto, já se observou que os direitos morais de autor são intransmissíveis²².

Dessa maneira, a desapropriação não parece representar propriamente uma solução para o problema da alteração de projetos de arquitetura e de engenharia pela Administração Pública, em caso de discordância do autor da respectiva obra intelectual.

Assim, a desapropriação não parece constituir medida capaz de assegurar a concretização de eventual intenção da Administração Pública de alterar projeto arquitetônico ou de engenharia protegido por direitos morais de autor. Isso porque essa categoria de direitos não pode ser objeto de desapropriação.

porém, sob o ângulo do direito público, é o procedimento complexo de direito público que leva o Estado à aquisição da propriedade. Objetivamente considerada, é ao mesmo tempo perda e aquisição, tudo dependendo da ótica sob que seja analisada, consistindo na série ordenada de atos mediante os quais o Estado, necessitando de um bem para fins de interesse público, obriga o titular desse bem a desfazer-se da propriedade mediante indenização.” (CRETILLA JÚNIOR, 1980, p. 15).

²² Veja-se, neste ponto: “Direitos patrimoniais podem ser transmissíveis a terceiros e gerar renda ao titular. Direitos morais, por sua vez, são intransmissíveis a terceiros e considerados personalíssimos. Daí porque não cabe falar em desapropriação de direitos morais.” (ARIENTE, 2015, p. 203).

1.7 O exercício do direito de repúdio afasta o dano decorrente da alteração do projeto?

O procedimento correto para se alterar um projeto de arquitetura ou de engenharia é composto por consulta prévia ao respectivo autor, até para que ele possa exercer o direito de repúdio à paternidade da obra, caso discorde das alterações que serão promovidas.

Esse procedimento afasta eventual violação a direito de autor. Confira-se:

Como se viu antes, certos atos a lei não considera ofensivos aos direitos dos autores, porque, sem embargo de consistirem, formalmente, em atos violadores desses direitos, não são reputados danosos e, pois, não autorizam o exercício de direitos autorais, seja para impedi-los, seja para aplicar aos seus agentes alguma sanção pela sua prática. Trata-se, pois, de verdadeiras exceções de direito material (análogas às exceções de direito processual), que se prestam à caracterização de exclusão de ilicitude dos atos que a lei define como limitações aos direitos autorais. São, assim, eficaz matéria de defesa que muitos até consideram verdadeiros direitos contra os direitos autorais (“direito de citação”, por exemplo, é expressão muito comum, embora, de rigor, não muito adequada). Essas limitações consistem em exceções derogatórias do direito dos titulares dos direitos autorais, que resultam de disposições legais e, assim, são fruto de uma política legislativa. Eis algumas delas, com relação aos direitos morais: [...] b) O dono de uma edificação pode modificar o projeto arquitetônico, sem o consentimento do arquiteto (que é o seu autor e, assim, o titular único dos direitos morais sobre tal obra). Este, porém, não poderá impedir as alterações feitas, cabendo-lhe, somente (como respaldo de seus direitos morais), repudiar a autoria, de modo que o dono não mais poderá anunciá-la como sendo criação daquele arquiteto, nem de outro. Há, portanto, clara derrogação do direito moral de defesa da integridade da obra, como previsto no inciso IV do art. 25 da LDA. É o que dispõe o art. 27 dessa mesma lei. c) Depois de aprovado pelo dono da construção, o projeto arquitetônico não mais poderá ser modificado pelo próprio autor da obra, tal como está previsto também no art. 27 da LDA. Isso, como parece evidente, provoca inequívoca derrogação do direito moral do autor, que apenas pode ser exercido quando não sujeito a limitação dessa natureza (MANSO, 1991, pp. 16-17).

Veja-se, também:

Procedendo corretamente, o dono legitima sua faculdade de modificar o projeto. Fora disso, há violação de direito. E havendo violação, tem de haver embargo e ressarcimento. A Lei italiana é digna de menção neste ponto: subordina a faculdade de o dono alterar, à necessidade de modificação. E se a obra for artisticamente notável, só ao autor caberá estudar e executar as alterações (art. 20). (MORAES, 1977, p. 50).

Observe-se, igualmente:

O art. 27 da Lei n. 5.988/73 introduziu o denominado “direito ao repúdio”, também previsto no art. 26 da Lei n. 9.610/98, por meio do qual o autor pode rejeitar a paternidade do projeto arquitetônico quando foi alterada, sem seu

consentimento, a obra que nele se baseia e o retrata. [...] Trata-se de ponderação entre o direito de propriedade e o direito moral do autor do projeto, pois não seria cabível que o conteúdo do direito de propriedade, que já sofre várias restrições, tivesse mais uma, impossibilitando ao proprietário modificar o prédio segundo as necessidades atuais, que podem não ser as mesmas ao tempo da concepção do projeto. A família alarga-se e restringe-se, refletindo-se na adaptação do imóvel onde reside, sendo lícito ao proprietário melhor adequá-lo às suas necessidades. O mesmo se diga quanto a imóveis de fins não-residenciais, inclusive os de fins institucionais. A alteração do projeto arquitetônico não poderá ser impedida, devendo o autor repudiá-lo de forma expressa, para que seu nome não possa mais ser ligado a ele. Para tanto, atitude prudente do proprietário é notificar o autor quanto à intenção de modificar o projeto, dando-lhe, inclusive, a oportunidade de se interessar pela reforma (CHINELLATO, 2008, pp. 197-198).

De todo modo, há autores que entendem que o exercício do direito de repúdio não afasta o dano moral ao criador da obra intelectual modificada. Observe-se, por exemplo:

Creio que a sanção legal teria eficiência se, além do repúdio, cominasse sanção pecuniária. A reparação pecuniária não interfere no direito de dispor da propriedade, não o atinge em si mesmo. Bastaria, então, acrescentar ao art. 27 este apêndice: “sem prejuízo de ressarcimento pelo dano moral”. E da forma como as coisas estão agora, seria descabido pleitear ressarcimento porque o proprietário modificou o projeto contra a vontade do autor? A lei não diz nada. Mas reconhece uma lesão de direito, tanto que propõe um tipo de sanção: o repúdio. Todavia, se oferece uma sanção especial, não elimina necessariamente a sanção geral da obrigação por ato ilícito, que é de reparar o dano, também moral (MORAES, 1977, p. 50).

Essa também parece ser a posição de Eliane Yachouh Abrão, que considera que as leis de direitos de autor estipulam ressarcimento ao repúdio:

Projetos e esboços de Engenharia e Arquitetura, os mais usuais, são resultado de grande esforço intelectual, seja em termos de criatividade, seja de demorados cálculos e medidas, de modo a se adaptarem ao espaço que os delimita. Só existem na medida em que se apóiem num “corpus mechanicum” sobre o qual incide a proteção autoral. O mesmo se aplica às maquetes, verdadeiras obras de escultura. As reproduções idênticas dos projetos e esboços de engenharia e arquitetura sem a autorização do engenheiro ou do arquiteto, devidamente habilitado pelos órgãos reguladores do exercício da profissão, são consideradas violações a seus direitos patrimoniais de autoria. O mesmo projeto, se autorizado para uma única edificação, não pode ser reutilizado, ainda que pelos mesmos encomendantes, para outra edificação, salvo convenção em contrário. Entretanto, reservou o legislador a esse tipo de profissional um direito moral especial, no que concerne ao crédito: reconheceu tão somente o direito ao repúdio da autoria do projeto arquitetônico, alterado sem o seu consentimento, durante ou após a conclusão da construção (art. 26), respondendo o proprietário da construção por danos causados pós-repúdio. Não poderá, em função disso, obstar o prosseguimento da obra com projeto modificado; mas terá o direito de exigir a retificação da autoria, com ampla

divulgação. A norma, que já existia na redação do art. 27 da Lei nº 5.988/73, foi inspirada no artigo 18 da Lei nº 5.194 de 24/12/1966, o estatuto profissional do engenheiro e do arquiteto, que permite, unicamente ao autor do projeto ou plano original, alterá-los. Acrescenta o parágrafo único do art. 27 que, estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações dele poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade do projeto ou plano modificado. Acatam, portanto, ambas as leis o ressarcimento ao repúdio, situado entre violação de direito moral de autor e a ofensa moral (ABRÃO, 2002, pp. 116-117).

O direito de repúdio se presta justamente a preservar a honra e a dignidade do profissional (arquiteto ou engenheiro).

Dessa maneira, eventual alteração realizada depois do exercício do direito de repúdio não deve ser tomada como causadora de dano moral ao antigo autor.

Primeiro, porque ele não mais detém direito de autor sobre a obra repudiada, de modo que não há direito a ser violado pela alteração.

Segundo, porque sua honra e dignidade profissional estão devidamente preservadas da maneira prevista em lei - qual seja, por meio do direito de repúdio -, de modo que não há dano a ser indenizado.

2. O que se pode extrair de julgados sobre a aplicação dos direitos autorais aos projetos de arquitetura e engenharia?

Neste setor da dissertação se pretende observar de que maneira são aplicados, na prática, os direitos de autor relacionados com projetos de arquitetura e engenharia.

A pesquisa se desenvolveu no âmbito do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assim como no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Foram selecionados órgãos do plano federal (TCU e STJ) e do plano estadual em que o autor da pesquisa está profissionalmente inserido (TCE/SP e TJ/SP).

A primeira pesquisa de julgados no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases) se valeu dos seguintes termos (termos pesquisados): “Engenharia” e “Autorais”. Foram obtidos 89 (oitenta e nove) resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Esses resultados estão arrolados no Anexo 1 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 27.08.2018.

A segunda pesquisa realizada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases) se valeu dos seguintes termos: “Engenharia” e “Autorial”. Foram obtidos 48 (quarenta e oito) resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Esses resultados estão arrolados no Anexo 2 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 01.10.2018.

Na terceira pesquisa efetuada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases) foram empregados os seguintes termos: “Arquitetura” e “Autorais”. Foram obtidos 51 (cinquenta e um) resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Esses resultados estão arrolados no Anexo 3 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 16.10.2018.

A quarta pesquisa de julgados realizada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases) lançou mão dos seguintes termos: “Arquitetura” e “Autorial”. Foram obtidos 23 (vinte e três) resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de

pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Esses resultados estão arrolados no Anexo 4 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 23.10.2018.

Todos os julgados encontrados por meio dessas quatro pesquisas no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União foram reunidos e estudados. Desse universo de julgados 9 (nove) foram considerados pertinentes aos problemas estudados nesta dissertação – julgados que abordaram questões enfrentadas neste trabalho – e, portanto, foram examinados no bojo deste trabalho.

Na primeira pesquisa promovida no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foram utilizados os seguintes termos (campo “todas estas palavras”): “Engenharia” e “Autorais”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 61 (sessenta e um) resultados. Esses resultados estão arrolados no Anexo 5 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 24.10.2018.

A segunda pesquisa no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi orientada pelos seguintes termos (campo “todas estas palavras”): “Engenharia” e “Autorial”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 61 (sessenta e um) resultados. Esses resultados estão arrolados no Anexo 6 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 25.10.2018.

Na terceira pesquisa no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foram empregados os seguintes termos (campo “todas estas palavras”): “Arquitetura” e “Autorais”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 18 (dezoito) resultados. Esses resultados estão arrolados no Anexo 7 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 25.10.2018.

A quarta pesquisa no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi realizada com base nos seguintes termos (campo “todas estas palavras”): “Arquitetura” e “Autorial”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 18 (dezoito) resultados. Esses resultados estão arrolados no Anexo 8 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 25.10.2018.

Todos os julgados obtidos por meio dessas quatro pesquisas no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foram reunidos e examinados. Desse universo de julgados 4 (quatro) foram considerados pertinentes aos problemas estudados nesta dissertação – julgados que trataram de questões enfrentadas neste trabalho –, razão pela qual que foram estudados no seio deste trabalho.

Na primeira pesquisa de julgados efetuada no sítio eletrônico oficial do Superior Tribunal de Justiça foram utilizados os seguintes termos (campo “pesquisa livre”): "projeto de engenharia" e "direitos autorais". A busca abarcou as seguintes categorias de resultados: “Acórdãos”, “Súmulas”, “Decisões monocráticas” e “Informativos de jurisprudência”. Não foram obtidos resultados. Essa pesquisa foi realizada em 26.10.2018.

A segunda pesquisa realizada no sítio eletrônico oficial do Superior Tribunal de Justiça se valeu dos seguintes termos (campo “pesquisa livre”): "projeto de arquitetura" e "direitos autorais". Pesquisa realizada sobre a base de Acórdãos, Súmulas, Decisões monocráticas e Informativos de Jurisprudência. Foram obtidos 4 (quatro) resultados, sendo 2 (dois) na categoria “Acórdãos” e outros 2 (dois) na categoria “Decisões monocráticas”. Esses resultados estão arrolados no Anexo 9 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 11.11.2018.

Todos os julgados encontrados por meio dessas duas pesquisas no sítio eletrônico oficial do Superior Tribunal de Justiça foram reunidos e estudados. Desse universo de julgados 2 (dois) foram considerados pertinentes aos problemas estudados nesta dissertação – julgados que abordaram questões enfrentadas neste trabalho – e, portanto, foram examinados no bojo deste trabalho.

A primeira pesquisa de julgados efetuada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo lançou mão dos seguintes termos (campo “pesquisa livre”): "projeto de arquitetura" e "direitos autorais". Origem: 2º grau. Tipo de publicação: “Acórdãos” e “Decisões monocráticas”. Pesquisa ordenada por relevância. Foram obtidos 21 (vinte e um) resultados. Esses resultados estão arrolados no Anexo 10 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 26.10.2018.

Na segunda pesquisa realizada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foram utilizados os seguintes termos (campo “pesquisa livre”): "projeto de engenharia" e "direitos autorais". Origem: 2º grau. Tipo de publicação: “Acórdãos” e “Decisões monocráticas”. Pesquisa ordenada por relevância. Foram obtidos 6 (seis) resultados. Esses resultados estão arrolados no Anexo 11 desta dissertação. Essa pesquisa foi realizada em 26.10.2018.

Todos os julgados obtidos por meio dessas duas pesquisas no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foram reunidos e examinados. Desse universo de julgados 5 (cinco) foram considerados pertinentes aos problemas estudados nesta dissertação – julgados que abordaram questões enfrentadas neste trabalho –, razão pela qual foram examinados no bojo desta dissertação.

Cabe esclarecer que todas as pesquisas tiveram como objetivo possibilitar a reunião e organização dos julgados sobre o assunto estudado neste trabalho, de modo a viabilizar exame dos entendimentos adotados pelos órgãos julgadores.

Será apresentada, nos tópicos seguintes da dissertação, síntese dos entendimentos encontrados nesse julgados e tabela que consolida os posicionamentos identificados.

Por meio dessa abordagem se pretende apresentar ao leitor, de modo simples e objetivo, os entendimentos plasmados nos julgados que enfrentaram os problemas estudados por meio desta dissertação.

A partir do estudo dos julgados encontrados se pretende efetuar reflexão jurídica fundamentada sobre o problema de pesquisa, com o propósito de se formular sugestões de comportamentos e de cláusulas contratuais que podem ser validamente adotados para superar o problema enfrentado.

Importante esclarecer que alguns julgados encontrados contêm termos que foram pesquisados, mas, a despeito disso, não tratam dos problemas envolvendo a aplicação dos direitos de autor aos projetos arquitetônicos e de engenharia. Esses julgados que não cuidam da temática envolvendo a aplicação dos direitos de autor aos projetos de arquitetura e de engenharia foram descartados.

2.1 Entendimentos identificados nos julgados pesquisados

De acordo com dois julgados do TCU, qualquer modificação no projeto básico exige uma nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), sendo que a falta de ART específica para cada obra é considerada irregular (Acórdão 2665/2015 - Plenário do TCU, Data da sessão 21.10.2015 e Acórdão 1309/2014 - Plenário do TCU, Data da sessão: 21.05.2014).

Há julgado do TCU no sentido de que eventual modificação do projeto depende da concordância de seu autor (Acórdão 1309/2014 - Plenário do TCU, Data da sessão: 21.05.2014). Extrai-se desse julgado que caberá ao autor do projeto original realizar as alterações pretendidas pelo dono da obra, salvo se estiver impedido ou se recusar a fazê-las, casos em que outro profissional poderá ser contratado (Acórdão 1309/2014 - Plenário do TCU, Data da sessão: 21.05.2014).

Entretanto, o entendimento de que eventuais modificações dependem de autorização do autor do projeto original (Acórdão 1309/2014 - Plenário do TCU, Data da sessão: 21.05.2014) não parece encontrar abrigo em outros julgados do próprio TCU (vide Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara do TCU, Data da sessão: 10.08.2004, Acórdão 190/2001 - Plenário do TCU,

Data da sessão: 08.08.2001 e Acórdão 1536/2004 - Plenário do TCU, Data da sessão: 06.10.2004). Oportuno pontuar também que o mencionado entendimento não é agasalhado pelo sistema jurídico brasileiro, que autoriza que outros profissionais sejam livremente contratados para realizar as alterações almejadas pelo dono da obra (reservando-se ao autor original o direito de repúdio sobre a obra modificada)²³.

O TCU considerou irregular a contratação direta de arquitetos e engenheiros (autores dos projetos originais que se pretende modificar) para que eles realizem as alterações pretendidas pelo dono da obra, caso os direitos de autor tenham sido cedidos. Segundo julgados do TCU, as cláusulas contratuais de cessão dos direitos de autor autorizam que outros profissionais sejam contratados para modificar os projetos de arquitetura e engenharia (Acórdão 2536/2013 - Segunda Câmara do TCU, Data da sessão: 14.05.2013 e Acórdão 1309/2014 - Plenário do TCU, Data da sessão: 21.05.2014).

Cabe fazer uma observação quanto a esse entendimento do TCU: a cessão dos direitos de autor não implica transferência dos direitos morais, que são irrenunciáveis e inalienáveis, nos termos do artigo 27 da Lei Federal 9.610/1998. Os direitos de conservar a integridade da obra intelectual e de modificá-la contêm índole moral (artigo 24, incisos IV e V, da Lei Federal 9.610/1998), de modo que não podem ser validamente cedidos.

Os direitos de autor pertencerão ao órgão público, caso se trate de trabalho técnico original desenvolvido por servidores públicos no exercício de suas funções (Acórdão 883/2008 - Plenário do TCU, Data da sessão: 14.05.2008).

A cessão dos direitos patrimoniais de autor de que trata o artigo 111 da Lei Federal 8.666/1993 não opera de maneira automática, de modo que depende de expressa previsão contratual (Acórdão 883/2008 - Plenário do TCU, Data da sessão: 14.05.2008).

O entendimento do TCU no sentido de que os direitos de autor não são transferidos automaticamente ao contratante parecem ter sido igualmente acolhidos no Acórdão 2665/2015 – Plenário e no Acórdão 1309/2014 – Plenário.

De acordo com um julgado do TCU, a Administração Pública pode contratar diretamente o detentor dos direitos de autor sobre projeto de engenharia (caso de inexigibilidade

²³ Nesse sentido a seguinte reflexão de Leonardo Machado Pontes: “O legislador brasileiro, tal como o norte-americano, deu prioridade aos interesses do proprietário, pois permite a modificação da obra de arquitetura sem que o arquiteto possa reclamar pela violação de seu direito moral à integridade. Todavia, ao contrário do legislador norte-americano, que não reconhece direitos morais ao arquiteto, o legislador brasileiro os reconhece limitadamente, pois eventuais danos somente poderão, a princípio, ser acionáveis após o repúdio da autoria pela modificação sem autorização da obra, desde que o proprietário persista em utilizar o nome do arquiteto para indicar a obra alterada.” (PONTES, 2012, p. 302).

de licitação), caso opte, de modo fundamentado, por reutilizá-lo em outra construção (Acórdão 596/2008 - Plenário do TCU, Data da sessão: 09.04.2008).

Embora entenda que a realização de licitação para a contratação de projetos represente regra geral que deve ser prestigiada pela Administração Pública, o TCU admitiu a contratação direta para a reutilização de projeto, desde que presentes justificativas inerentes ao exercício da discricionariedade técnica do órgão público e uma vez demonstrado que essa escolha enseja economia de recursos públicos (Acórdão 596/2008 - Plenário do TCU, Data da sessão: 09.04.2008). Considerou-se que essa contratação direta pode abranger a adaptação do projeto para a realidade da nova obra pública (Acórdão 596/2008 - Plenário do TCU, Data da sessão: 09.04.2008).

De acordo com um julgado do TCU, a Lei Federal 5.988/1973 (antiga lei de direitos autorais, que foi revogada pela Lei Federal 9.610/1998) não impede que outros profissionais alterem projetos de arquitetura, cabendo ao autor do projeto original eventual exercício do direito de repúdio com relação à obra modificada sem seu consentimento (Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara do TCU, Data da sessão: 10.08.2004).

Infere-se que o TCU entende que a alteração de projeto de arquitetura deve ser contratada mediante licitação (Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara do TCU, Data da sessão: 10.08.2004).

Entretanto, o TCU parece admitir que eventual alteração do projeto seja contratada diretamente com seu autor, caso a obra tenha sido parcialmente executada e o autor do projeto tenha sido originariamente contratado em virtude de sua excelência profissional, vedada a obtenção de vantagem injustificada e devendo ser realizada prévia pesquisa de preços (Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara do TCU, Data da sessão: 10.08.2004).

Em ao menos dois julgados o TCU entendeu que o autor do projeto de engenharia é obrigado a ceder os direitos de autor à Administração Pública (Acórdão 190/2001 - Plenário do TCU, Data da sessão: 08.08.2001 e Acórdão 1536/2004 - Plenário do TCU, Data da sessão: 06.10.2004).

Ainda de acordo com julgados do TCU, a Administração Pública está autorizada a contratar com terceiro - contratação mediante licitação -, caso queira alterar um projeto de engenharia (Acórdão 190/2001 - Plenário do TCU, Data da sessão: 08.08.2001; Acórdão 1536/2004 - Plenário do TCU, Data da sessão: 06.10.2004; Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara, Data da sessão: 10/08/2004; Decisão 434/2001 - Plenário, Data da sessão: 11/07/2001).

O TCU parece também admitir que o autor do projeto original de engenharia seja contratado para modificá-lo, desde que observados os requisitos legais relativos à alteração dos contratos, tais como obediência ao limite de 25% do valor do contrato original (artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal 8.666/1993) e respeito ao respectivo prazo de vigência (Acórdão 190/2001 - Plenário do TCU, Data da sessão: 08.08.2001 e Acórdão 1536/2004 - Plenário do TCU, Data da sessão: 06.10.2004).

Embora não a tenha considerado regular, o TCU reputou justificada a contratação direta do autor do projeto original para alterá-lo, diante de situação peculiar. Nesse sentido, o TCU teve como justificada essa contratação direta em situação marcada pelas seguintes peculiaridades: o imóvel estava situado em área tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade e havia necessidade de se preservar o estilo arquitetônico original (Acórdão 434/2001 - Plenário do TCU, Data da sessão: 11.07.2001).

Segundo dois julgados do TCE/SP, a contratação de serviços de revisão de projetos executivos deve ser realizada mediante licitação, dado que a Lei Federal 5.194/1966 não impede que outros profissionais modifiquem o projeto (Acórdão prolatado pela Primeira Câmara do TCE/SP no TC-00002224/003/08, Data do julgamento: 25.05.2010 e Acórdão prolatado pelo Plenário do TCE/SP no TC-00002224/003/08, Data do julgamento: 21.03.2012).

O TCE/SP considerou irregular a celebração de contrato para a elaboração de projeto de arquitetura desprovida de previsão de cessão dos direitos patrimoniais de autor (Acórdão prolatado pela Segunda Câmara do TCE/SP no TC-001371/006/02, Data do julgamento: 20.11.2012).

Entretanto, esse entendimento parece ter sido parcialmente alterado pelo TCE/SP, que passou a admitir que os direitos de autor não sejam cedidos, caso o autor se recuse a cedê-los e a própria contratação originária seja realizada sem licitação (inexigibilidade de licitação), inexistindo ambiente de competição (Acórdão prolatado pelo Plenário do TCE/SP no TC-001371/006/02, Data do julgamento: 20.05.2015).

Segundo um julgado do STJ, a cessão dos direitos patrimoniais de autor deve ser disciplinada por meio de contrato e, em caso de dúvida, deve ser interpretada restritivamente, ou seja, em favor do autor/cedente e não do cessionário (Acórdão prolatado pela Quarta Turma do STJ no Resp 1290112/PR, Data de julgamento: 03.05.2016).

O STJ parece encampar entendimento no sentido de que a alteração da obra sem anuência do autor do projeto original não enseja indenização, aplicando-se, como única sanção, a impossibilidade de o proprietário atribuir a obra ao autor original (Acórdão prolatado pela Quarta Turma do STJ no Resp 1290112/PR, Data de julgamento: 03.05.2016).

Importante notar que ao julgar o Resp 1290112/PR, o Relator, Ministro Luis Felipe Salomão, invocou o parágrafo único do artigo 18 da Lei Federal 5.194/1966.

Ainda de acordo com esse julgado do STJ, é verdade que, em princípio, apenas o autor do projeto original pode modificá-lo. Entretanto, uma vez comprovada a solicitação, se o autor estiver impedido ou se recusar a alterar o projeto, outro profissional poderá ser contratado para modificá-lo (Acórdão prolatado pela Quarta Turma do STJ no Resp 1290112/PR, Data de julgamento: 03.05.2016).

Extrai-se de um julgado do STJ que o projeto de arquitetura é resultado de estudo preliminar, anteprojeto e projeto de execução. Essas três etapas são protegidas por direitos de autor, dado que compõem o projeto arquitetônico (Acórdão prolatado pela Terceira Turma do STJ no julgamento do Resp 1423288/PR, Data do julgamento: 10.06.2014).

Ainda segundo esse julgado do STJ, a ocorrência de plágio de obra intelectual depende da intenção do agente (intenção de usurpar projeto alheio), de modo que não basta a presença de semelhança total ou parcial entre projetos (Acórdão prolatado pela Terceira Turma do STJ no julgamento do Resp 1423288/PR, Data do julgamento: 10.06.2014).

Em determinado julgado o TJSP entendeu que se o autor do projeto original não exercer o direito de repúdio, subentende-se que ele concordou tacitamente com as modificações realizadas (Acórdão prolatado pela Sexta Câmara de Direito Privado de Férias do TJSP no julgamento da Apelação com revisão 9055388-03.1998.8.26.0000, Data do julgamento: 03.08.2000).

Também de acordo com julgado do TJSP, eventual entrega de projeto arquitetônico incompleto autoriza que ele seja modificado durante seu processo de finalização, dado que, nesse caso, não há obra intelectual completa, perfeita, acabada e original (Acórdão prolatado pela Sexta Câmara de Direito Privado do TJSP, no julgamento da Apelação com revisão 0076627-27.1995.8.26.0000, Data do julgamento: 11.09.1997).

O TJSP entendeu que é necessário consultar o autor antes de modificar seu projeto, para que ele tenha oportunidade de exercer o direito de repúdio (Acórdão prolatado pela Sexta Câmara de Direito Privado do TJSP no julgamento da Apelação com revisão 0076627-27.1995.8.26.0000, Data do julgamento: 11.09.1997).

Inferre-se do entendimento do TJSP que, se o autor for previamente consultado pelo dono da obra, não terá direito a indenização em razão de sua posterior alteração, dado que respeitado o seu direito de repudiar a autoria da criação intelectual (Acórdão prolatado pela Sexta Câmara de Direito Privado do TJSP no julgamento da Apelação com revisão 0076627-27.1995.8.26.0000, Data do julgamento: 11.09.1997).

O TJSP apresentou também entendimento no sentido de que o projeto e a construção são objetos inconfundíveis, de modo que alteração da obra não significa modificação do projeto (Acórdão prolatado pela Vigésima Sétima Câmara de Direito Privado do TJSP, por oportunidade do julgamento da Apelação 9270970-10.2008.8.26.0000, Data do julgamento: 31.01.2012).

De acordo com um julgado do TJSP, projetos arquitetônicos apenas são protegidos por direitos de autor se contarem com originalidade, ainda que relativa (Acórdão prolatado pela Segunda Câmara de Direito Privado do TJSP no julgamento da Apelação 0065261-18.2009.8.26.0576, Data do julgamento: 11.03.2014).

Por fim, segundo um julgado do TJSP a repetição parcial de elementos de arquitetura (por exemplo, repetição de uma categoria de pilar, de uma espécie de janela etc.) não constitui plágio de projeto arquitetônico (Acórdão prolatado pela Sexta Câmara de Direito Privado do TJSP no julgamento da Apelação 0200807-18.2009.8.26.0100, Data do julgamento: 03.10.2013).

Os entendimentos encontrados podem ser apresentados da seguinte forma consolidada:

Julgados do TCU que indicam que a cessão dos direitos patrimoniais não opera de modo automático:	Acórdão nº 2665/2015 – Plenário. Acórdão nº 1309/2014 – Plenário. Acórdão nº 883/2008 – Plenário.
Julgados do TCU que sinalizam a possibilidade de cláusulas contratuais de cessão de direitos autorais, de modo a autorizar a contratação de terceiros para realizar as modificações e/ou atualizações necessárias nos projetos:	Acórdão nº 2536/2013 - TCU - 2ª Câmara.

<p>Julgados do TCU que indicam que a regra é a contratação dessas alterações mediante licitação:</p>	<p>Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara. Decisão 434/2001 – Plenário. Acórdão 1536/2004 – Plenário. Acórdão 190/2001 – Plenário.</p>
<p>Julgados do TCU que admitem que seja entabulado aditivo para atualização do projeto original, desde que o valor dessa contratação não supere 25% do valor do contrato, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993:</p>	<p>Acórdão 1536/2004 – Plenário. Acórdão 190/2001 – Plenário.</p>
<p>Julgados do TCU que admitem contratação direta dos detentores dos direitos de autor sobre projetos de engenharia (inexigibilidade de licitação), caso a Administração Pública opte fundamentadamente por reutilizar esses projetos em outras obras:</p>	<p>Acórdão 596/2008 – Plenário.</p>
<p>Julgados do TCU que admitem contratação direta do autor do projeto, caso a obra tenha sido parcialmente executada e a contratação original tenha levado em conta a excelência do profissional contratado:</p>	<p>Acórdão 1980/2004 – Primeira Câmara.</p>
<p>Julgados do TCU que consideram imprescindível autorização do autor do projeto para que ele possa ser reutilizado em outra construção:</p>	<p>Acórdão 2665/2015 – Plenário. Acórdão 1309/2014 – Plenário.</p>

Julgados do TCU que consideram imprescindível nova Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para eventual modificação ao projeto:	Acórdão 2665/2015 – Plenário. Acórdão 1309/2014 – Plenário.
Julgados do TCU que indicam que alterações ao projeto dependem de autorização do respectivo autor:	Acórdão 1309/2014 – Plenário.
Julgados do TCU que indicam que alterações ao projeto não dependem de autorização do respectivo autor:	Acórdão 1980/2004 – Primeira Câmara. Acórdão 190/2001 – Plenário. Acórdão 1536/2004 – Plenário.
Julgados do TCU que indicam que a cessão dos direitos de autor permite que outros profissionais sejam contratados para modificar os projetos de arquitetura e engenharia:	Acórdão 2536/2013 – Segunda Câmara. Acórdão 1309/2014 – Plenário.
Julgados do TCU que indicam que o autor do projeto de engenharia é obrigado a ceder os direitos de autor:	Acórdão 190/2001 – Plenário. Acórdão 1536/2004 – Plenário.
Julgados do TCE/SP que indicam que a regra é a contratação dessas alterações mediante licitação:	TC-00002224/003/08 (julgado da Primeira Câmara e, posteriormente, do Plenário).
Julgados do TCE/SP que indicam que a cessão dos direitos patrimoniais não opera de modo automático:	TC-001371/006/2012 - Segunda Câmara.
Julgados do TCE/SP que indicam que o autor do projeto não é obrigado a ceder os direitos de autor:	TC-001371/006/02 – Plenário.

Julgados do STJ que indicam que a modificação da obra sem anuência do autor do projeto original enseja apenas a impossibilidade de se atribuir a autoria da obra alterada a ele:	Resp 1290112/PR – Quarta Turma.
Julgados do STJ que revelam que a obra pode ser alterada por outro profissional, caso o autor do projeto original esteja impedido ou se recuse a modificá-la:	Resp 1290112/PR – Quarta Turma.
Julgados do STJ que revelam que o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução compõem o projeto arquitetônico e são protegidos por direitos de autor:	Resp 1423288/PR – Terceira Turma.
Julgados do STJ que indicam que a ocorrência de plágio depende da intenção do agente de usurpar projeto alheio, não sendo suficiente a mera semelhança total ou parcial entre projetos:	Resp 1423288/PR – Terceira Turma.
Julgados do TJ/SP que demonstram a necessidade de se consultar o autor antes de se alterar projeto de sua autoria (consulta para que o autor tenha oportunidade de exercer o direito de repúdio):	Apelação com Revisão 0076627-27.1995.8.26.0000 – Sexta Câmara de Direito Privado.
Julgados do TJ/SP que revelam que se o autor não exercer o direito de repúdio oportunamente, subentende-se que ele concordou com as alterações ao projeto por ele	Apelação com Revisão 9055388-03.1998.8.26.0000 – Sexta Câmara de Direito Privado de Férias.

criado (julgados que admitem concordância tácita com modificações a projetos):	
Julgados do TJ/SP que permitem inferir que se o autor foi previamente consultado pelo dono da obra, não terá direito a indenização em razão de alteração ao projeto de sua autoria, dado que respeitado o direito de repúdio:	Apelação com Revisão 0076627-27.1995.8.26.0000 – Sexta Câmara de Direito Privado.
Julgados do TJ/SP que admitem que projetos arquitetônicos entregues de forma incompleta sejam modificados durante o respectivo processo de finalização:	Apelação com Revisão 0076627-27.1995.8.26.0000 – Sexta Câmara de Direito Privado.
Julgados do TJ/SP que indicam que o projeto e a construção são objetos inconfundíveis, de maneira que a modificação da obra não significa alteração do projeto:	Apelação 9270970-10.2008.8.26.0000 – Vigésima Sétima Câmara de Direito Privado.
Julgados do TJ/SP que revelam que projetos de arquitetura apenas são protegidos por direitos de autor se contarem com originalidade, ainda que relativa:	Apelação 0065261-18.2009.8.26.0576 – Segunda Câmara de Direito Privado.
Julgados do TJ/SP que revelam que a repetição de elementos de arquitetura (por exemplo, de uma espécie de pilar, de porta ou de janela) não constitui plágio de projeto arquitetônico:	Apelação 0200807-18.2009.8.26.0100 – Sexta Câmara de Direito Privado.

3. Soluções para o problema de pesquisa: alternativas para superação do problema

Este trabalho tem como objetivo central aferir se os direitos de autor sobre projetos arquitetônicos e de engenharia relativos à infraestrutura pública podem dificultar a alteração desses projetos pelo dono da obra, bem como propor padrões de conduta que podem ser adotados para assegurar que esses direitos não comprometam eventual modificação desses projetos.

Neste capítulo da dissertação serão apresentadas alternativas para o enfrentamento do problema estudado, qual seja, a potencial invocação dos direitos morais de autor com vistas a impedir a modificação de projetos de arquitetura e de engenharia sem anuência de seus criadores.

Serão fornecidas sugestões juridicamente fundamentadas, desdobradas em abordagens preventivas (modelagem de contratos) e supervenientes (condutas que podem ser adotadas pelo dono da obra na fase pós-contratual, com vistas a assegurar a alteração dos projetos arquitetônicos e de engenharia).

3.1 Sugestões para prevenção do problema: modelagem de contratos

Já se observou que os direitos morais de autor não se prestam a impedir modificações de projetos de arquitetura e engenharia, sendo reservado ao projetista original eventual exercício do direito de repúdio.

A despeito disso, parece possível formular estratégia capaz de prevenir potencial embate sobre a interpretação dos direitos morais de autor. Dito de outro modo, considera-se viável adotar providência capaz de repelir, por cautela, eventual resistência à alteração desses projetos.

Nesse sentido, se afigura juridicamente viável conceber disposições editalícias ou cláusulas contratuais que enfrentem essas questões preventivamente, incrementando o grau de segurança jurídica atinente à possibilidade de alteração de projetos de arquitetura e de engenharia.

A fase de contratação dos projetos de arquitetura e de engenharia representa uma espécie de janela de oportunidade para ajustes pertinentes aos direitos de autor.

Nesse sentido, os instrumentos contratuais podem prever direitos e obrigações, de modo a deixar claro qual será o regime jurídico aplicável em caso de eventual alteração do projeto contratado.

Esses instrumentos são firmados por partes capazes, inspiradas pela autonomia de suas vontades (artigo 104, inc. I, do Código Civil).

Ademais, esses instrumentos contratuais podem tratar de objetos lícitos, possíveis e determinados, como parecem ser os direitos de autor e o modo como serão exercidos (artigo 104, inc. II, do Código Civil).

Veja-se que o artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010 expressamente admite pactuação sobre alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista. Essa pactuação pode envolver tanto o projeto de arquitetura e urbanismo como a obra dele resultante.

O artigo 17 da Lei Federal 5.194/1966 estabelece que os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia ou agronomia são do profissional que os elaborar. Entretanto, esse mesmo dispositivo consagra que as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados deverão ser respeitadas.

Além disso, o artigo 621 do Código Civil permite que o autor conceda sua anuência ao dono da obra, de modo a autorizá-lo a alterar o projeto que a concebeu.

Nesse ambiente, os instrumentos contratuais representam forma não defesa em lei de pactuação sobre o exercício de direitos de autor (artigo 104, inc. III, do Código Civil).

Os dispositivos legais destacados nas linhas anteriores permitem que os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia disponham sobre a maneira como exercerão os direitos que incidem sobre as obras por eles concebidas.

Com fundamento nesses comandos legais, tem-se que é permitido aos autores de projetos arquitetônicos ou de engenharia conceder ao dono da edificação, por meio de contrato, autorização para que outros profissionais possam alterar suas obras intelectuais. Anota-se que o Tribunal de Contas da União parece admitir essa espécie de autorização (vide Acórdão 1309/2014, prolatado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União²⁴).

Não se vislumbra regra jurídica que inviabilize que os autores concedam essa autorização logo na contratação do projeto original.

²⁴ Veja-se, mais uma vez, trecho de voto prolatado pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues: “Tendo em vista que o uso de repetição de projetos é um ato discricionário da Administração Pública, caso a UFG faça essa opção, é necessário que eles sejam previamente adaptados à nova locação da edificação, o que exige novos registros de ART no Crea/GO e **implica autorização pormenorizada por parte dos respectivos autores quanto à abrangência das adaptações e à definição de quais profissionais podem realizá-las: os próprios autores ou terceiros**, bem como o ônus para a administração pública. Ademais, a UFG deve inserir nos processos de licitação para a contratação da execução das obras de edificação as ARTs atualizadas de todos os projetos, bem como as autorizações de repetição deles.” (sem destaque no original).

O artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010, o artigo 17 da Lei Federal 5.194/1966 e o artigo 621 do Código Civil permitem que os direitos de autor sejam disciplinados por meio de contrato.

Não se detecta regra jurídica a impedir que os autores (arquitetos ou engenheiros) concedam seu consentimento às alterações concebidas por outros profissionais, admitindo que elas sejam implementadas. Esse consentimento poderá ser previamente concedido pelos autores dos projetos de engenharia e arquitetura.

Essa leitura está em linha com a visão de Fábio Vieira Figueiredo. Observe-se:

[...] há de se ter claro que existe a possibilidade de se entabular, com esteio na autonomia privada, pacto em que o autor ceda a terceiro a possibilidade de modificação decorrente do direito extrapatrimonial que tem sobre a obra (FIGUEIREDO, 2012, p. 114).

Mesmo as notas da inalienabilidade e da irrenunciabilidade dos direitos morais de autor não impedem que se pactue sobre o exercício concreto desses direitos; o autor preserva o direito, mas escolhe de que maneira pretende exercê-lo em determinada relação contratual.

Tem-se que a previsão contratual desse consentimento prévio pode incrementar o nível de segurança jurídica sobre o problema estudado, repelindo eventual invocação dos direitos morais de autor com o propósito de obstruir alterações de projeto.

A modelagem contratual pode fulminar eventuais embates quanto à interpretação dos direitos morais de autor, assegurando peremptoriamente a possibilidade de se alterar projetos e arquitetura e de engenharia.

Se o próprio autor admite que alterações sejam feitas, nem mesmo se pode cogitar tese de violação ao direito de preservar a integridade da obra.

Essa estratégia preventiva pode funcionar como uma salvaguarda adicional para os direitos de propriedade, impedindo discussões sobre a necessidade de anuência do autor original para que o projeto possa ser alterado.

Nessa linha de pensamento, se o próprio autor, de antemão, considera que modificações não acarretarão prejuízo à obra intelectual que lhe é atribuída, ou que sua reputação ou honra não serão atingidas por eventuais mudanças, nada impede que ele permita que alterações sejam livremente realizadas pelo dono da obra.

Ilustrativamente, é possível que o autor considere que o exercício do direito de repúdio constitui medida suficiente para preservar sua honra e reputação.

É também possível que o próprio autor aceite que sua obra seja livremente modificada por outros profissionais, seja porque em sua visão - possivelmente mais aberta a influxos de origens externas- isso não prejudicará sua criação, seja porque ele mesmo consente com eventuais prejuízos. Nesses casos não haverá modificação indesejada pelo autor; não haverá violação a direito moral de autor.

Se o autor não vislumbra risco de prejuízo à obra ou simplesmente aceita eventuais agravos à sua criação intelectual, nada impede que ele conceda seu consentimento prévio a eventuais modificações, por meio de contrato.

Esse consentimento antecipado não se confunde com a cessão de direito.

Note-se que o consentimento é conferido justamente por aquele que detém - e continua a deter - o direito. Aquele que cede o direito não mais pode exercê-lo.

Desse modo, se o autor autoriza a alteração do projeto por ele elaborado é porque ele continua a deter o direito moral de autoria. Justamente ao exercer o direito moral de autoria é que pode o autor optar por concordar com modificações de projeto.

Não parece exagerado anotar também que com o exercício do direito de repúdio o autor renuncia à autoria do projeto, de modo que não mais poderá se opor às modificações - ele não mais será titular de direitos de autoria sobre a obra.

Esta é a modelagem contratual sugerida para o caso de consentimento antecipado dos autores dos projetos de engenharia e arquitetura com alterações futuras confeccionadas por outros profissionais:

Cláusula A. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia cedem ao dono da obra todos os direitos autorais patrimoniais sobre a obra intelectual, bem como todos os direitos conexos.

Cláusula B. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia autorizam que o dono da obra realize livremente modificações em suas obras intelectuais, resguardado o direito de repúdio atinente a eventual modificação com a qual discordem.

Cláusula B.1. Essa autorização é conferida pelos autores dos projetos de arquitetura e de engenharia em caráter definitivo, sendo irrevogável e irretratável.

Cláusula C. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia autorizam que outros profissionais sejam contratados pelo dono da obra para conceber e implementar alterações de projeto.

Cláusula D. O direito de repúdio pode ser exercido pelos autores do projeto de arquitetura e de engenharia a qualquer tempo, mas não enseja nenhum tipo de compensação financeira.

Cláusula E. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia reconhecem que o exercício do direito de repúdio constitui medida suficiente para impedir eventual dano moral ou repará-lo em sua integralidade, bem como para remediar inteiramente eventual violação aos direitos morais dos autores.

Cláusula F. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia renunciam expressamente às indenizações relativas aos direitos de autor, ressalvado o exercício do direito de repúdio.

Caso não se adote o entendimento proposto - ou seja, caso se entenda que os autores não podem consentir com alterações promovidas por outros profissionais -, poderá ser empregada outra modelagem contratual que assegure a possibilidade de alterar os projetos, ainda que se conceda aos autores originais espécie de primazia sobre a concepção das alterações.

Nesse sentido, ainda que se considere que os autores originais não podem simplesmente autorizar que outros profissionais modifiquem seus projetos (leitura mais rigorosa do caráter irrenunciável dos direitos morais de autor), é possível formular cláusulas contratuais que disciplinem o exercício do direito moral de modificar a obra, permitindo que outros profissionais projetem as modificações apenas em caso de recusa dos autores originais em prestar suas colaborações profissionais.

O parágrafo único do artigo 18 da Lei Federal 5.194/1966 expressamente prevê que outro profissional poderá realizar as modificações, se o autor do projeto original se recusar a prestar sua colaboração profissional e desde que se comprove a solicitação do dono da obra.

Assim, se o dono da obra solicitar certas modificações ao autor do projeto original e ele se recusar a prestar sua colaboração, outro profissional poderá ser contratado para realizar as alterações almejadas.

Parece então possível pensar em um arranjo contratual que regule o exercício desse direito de prestar colaboração profissional para a alteração do projeto e que assegure que outro profissional possa ser contratado em caso de recusa do autor original.

Também a lei relativa à profissão dos arquitetos e urbanistas acolhe essa possibilidade.

O artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010 determina que alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista apenas poderão ser feitas mediante consentimento por escrito do autor original, salvo pactuação em contrário.

Admite-se, pois, que o autor original conceda seu consentimento escrito, de modo a permitir que outros profissionais alterem sua obra intelectual. O §4º desse mesmo dispositivo confirma essa interpretação. Com efeito, o §4º do artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010 fixa que se a alteração não for concebida pelo autor do projeto original - ou seja, se outro profissional projetar a alteração -, ele e o profissional que concebeu a alteração serão considerados coautores do resultado final, salvo decisão em contrário do autor original, hipótese em que a autoria da obra será apenas do profissional que houver efetuado as modificações.

Essa segunda modelagem contratual também será útil caso a contratação dos autores dos projetos originais de arquitetura e engenharia decorra de inviabilidade de competição, em razão das características singulares da obra.

Esse é o caso de um projeto indiscutivelmente peculiar, desenvolvido por profissional consagrado e que represente um marco arquitetônico ou de engenharia - imagine-se, por exemplo, o caso do Memorial da América Latina, projetado por Oscar Niemeyer.

Foi possível observar que o Tribunal de Contas da União é refratário à contratação direta dos autores dos projetos originais para que realizem também as modificações desejadas pelo dono da obra. Dessa maneira, há risco jurídico nessa forma de contratação, que pode ser considerada ilegal por órgãos de controle.

De todo modo, ao menos em um julgamento o Tribunal de Contas da União considerou justificável a contratação do autor do projeto original, à luz de sua competência e da qualidade de seu trabalho, para que ele pudesse formular as adequações ao projeto de sua autoria (Acórdão 1980/2004, prolatado pela Primeira Câmara do TCU em 10.8.2004).

Diante do risco jurídico que acompanha esta hipótese de contratação direta, afigura-se recomendável que ela seja exaustivamente justificada, de modo a demonstrar a inviabilidade de competição.

Feitas essas observações, tem-se que mesmo nesses casos excepcionais é importante desenhar um arranjo contratual que permita que a Administração Pública contrate outro profissional, caso o autor do projeto original discorde das alterações objetivadas.

É importante assegurar que o projeto poderá ser alterado no futuro, ainda que o autor não concorde com essa modificação. Do contrário, o projeto de arquitetura ou de engenharia pode se tornar perpetuamente imutável, comprometendo a atualização da infraestrutura pública.

Esta é a segunda modelagem sugerida, que prevê uma espécie de ordem de prioridade em favor do autor do projeto original, mas assegura que modificações possam ser implementadas por outro profissional, caso o autor se recuse a desenvolvê-las:

Cláusula A. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia cedem ao dono da obra todos os direitos autorais patrimoniais sobre a obra intelectual, bem como todos os direitos conexos.

Cláusula B. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia autorizam que o dono da obra realize modificações em suas obras intelectuais, resguardado o direito de repúdio atinente a eventual modificação com a qual discordem.

Cláusula B.1. Essa autorização é conferida pelos autores dos projetos de arquitetura e de engenharia em caráter definitivo, sendo irrevogável e irretratável.

Cláusula C. O dono da obra deverá consultar os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia, de modo a verificar se eles aceitam prestar suas colaborações profissionais para conceber alterações de projeto.

Cláusula C.1. A consulta de que trata esta cláusula poderá ser realizada por meio de carta com aviso de recebimento ou por correspondência eletrônica.

Cláusula C.2. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia contarão com prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestar se aceitam

prestar suas colaborações profissionais para a concepção da alteração de projeto.

Cláusula C.3. O prazo mencionado na cláusula anterior será contado individualmente a partir do primeiro dia útil imediatamente seguinte à data da entrega da carta ou da correspondência eletrônica.

Cláusula C.4. Se os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia não se manifestarem de modo inequívoco e por escrito, dentro do prazo de quinze dias úteis assegurado por esta cláusula, considerar-se-á que eles não aceitaram prestar colaboração profissional para a concepção de alterações de projeto.

Cláusula D. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia autorizam que outros profissionais sejam contratados pelo dono da obra, caso se recusem a prestar suas colaborações profissionais para conceber alterações de projeto.

Cláusula D.1. Essa autorização também se aplica caso os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia permaneçam em silêncio durante o prazo de quinze dias úteis previsto na cláusula C.2.

Cláusula E. O direito de repúdio pode ser exercido pelos autores do projeto de arquitetura e de engenharia a qualquer tempo, mas não enseja nenhum tipo de compensação financeira.

Cláusula F. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia reconhecem que o exercício do direito de repúdio constitui medida suficiente para impedir eventual dano moral ou repará-lo em sua integralidade, bem como para remediar inteiramente eventual violação aos direitos morais dos autores.

Cláusula G. Os autores dos projetos de arquitetura e de engenharia renunciam expressamente às indenizações relativas aos direitos de autor, ressalvado o exercício do direito de repúdio.

Em resumo, entende-se que o autor pode autorizar o dono da obra a contratar outros profissionais para modificar suas criações (neste caso, para modificar projetos de arquitetura ou de engenharia) e que essa autorização pode ser disciplinada por contrato, nos termos dos artigos 17, “caput”, da Lei Federal 5.194/1966, 621 do Código Civil e 16, “in fine”, da Lei Federal 12.378/2010.

Caso o autor opte por não conceder essa autorização por meio de contrato, é juridicamente viável disciplinar a maneira segundo a qual ele deverá ser consultado pelo dono da obra, para que este último possa exercer o direito de contratar outros profissionais em caso de discordância do autor com eventuais modificações pretendidas. Também essa solução parece encontrar amparo na liberdade de contratar prevista nos três dispositivos mencionados (artigos 17, “caput”, da Lei Federal 5.194/1966, 621 do Código Civil e 16, “in fine”, da Lei Federal 12.378/2010) e se ajusta à regra estampada no artigo 18, parágrafo único, da Lei 5.194/1966, bem como ao artigo 26 da Lei Federal 9.610/1998, que prevê o direito de repúdio à autoria de projetos de arquitetura alterados por terceiros sem consentimento do autor original.

Finalmente, caso a relação contratual contemple a possibilidade de subcontratação ou o fornecimento de projetos arquitetônicos e de engenharia por terceiros, é possível sugerir a utilização das seguintes cláusulas:

Cláusula A. Eventual contrato celebrado com terceiros e que tenha como objeto a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia deverá prever expressamente a cessão dos direitos patrimoniais de autor em benefício do dono da obra.

Cláusula A.1. A parte que contratar terceiros para elaborar projetos de arquitetura e de engenharia será responsável por suportar todas as despesas decorrentes dos direitos de autor, caso não tenha sido prevista cessão dos direitos de autor em favor do dono da obra.

Cláusula B. Eventual contrato celebrado com terceiros e que tenha como objeto a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia deve

prever expressamente que o criador intelectual da obra autoriza que ela seja livremente modificada pelo proprietário do imóvel, a seu exclusivo critério.

Cláusula C. A parte que contratar terceiros para elaborar projetos de arquitetura ou de engenharia e que não observar as cláusulas anteriores assumirá responsabilidade integral por todas as despesas e indenizações devidas em virtude do exercício dos direitos de autor.

Considera-se que essas modelagens contratuais podem ser estrategicamente adotadas pelas partes, com o objetivo de robustecer o nível de segurança jurídica sobre o problema da alteração de projetos, afastando-se, preventivamente, eventual embate sobre a extensão dos direitos morais de autor.

3.2 Recomendações fundamentadas de condutas que podem ser adotadas na fase pós-contratual

Como foi possível observar a partir do exame dos julgados encontrados com base nos critérios de pesquisa propostos, o Tribunal de Contas da União exige que eventuais alterações em projetos sejam contratadas por meio de licitação. Essa é a conclusão que se extrai dos seguintes julgados: Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara, Decisão 434/2001 – Plenário, Acórdão 1536/2004 – Plenário e Acórdão 190/2001 – Plenário.

Entretanto, há julgado do Tribunal de Contas da União que sinaliza no sentido de que eventual modificação do projeto deve, em princípio, ser realizada pelo respectivo autor (Acórdão 1309/2014 - Plenário do TCU, Data da sessão: 21.05.2014).

Conforme razões já apresentadas neste trabalho e que serão brevemente revisitadas mais adiante, esse entendimento do Tribunal de Contas da União contraria o sistema jurídico brasileiro, que admite que a obra seja livremente alterada pelo respectivo proprietário, assegurado ao autor original o direito de repúdio. Observou-se que o autor do projeto original não conta com um suposto direito de ser diretamente contratado para realizar a alteração, de modo que, em regra, essa contratação deve ser realizada mediante licitação.

Destaca-se que o TCU não enfrenta diretamente essa questão em seu Manual de Direitos Autorais (PANZOLINI, 2017).

Interessante observar, ainda, que em 23 de março de 2017 a Presidência da Câmara Municipal de Campinas/SP formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-268/003/17, Protocolo nº 8771-7592-6486-9772), fundamentada no artigo 2º, XXV, da Lei Complementar de São Paulo de nº 709/93, e nos artigos 53, parágrafo único, item “8”, 114, inc. III, “b”, 226 e 233, todos do Regimento Interno do TCE/SP. Essa consulta foi feita ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com o objetivo de ver respondidas as seguintes indagações: “a) a Administração Pública pode reformar prédios pertencentes a seu patrimônio sem o consentimento do autor do projeto arquitetônico original?; b) Em caso negativo, é obrigatório consultar o autor do projeto original sobre a reforma?; É inviável a reforma, caso o arquiteto que elaborou o projeto arquitetônico original dela discorde?; d) Caso o arquiteto que elaborou o projeto arquitetônico original concorde com a reforma, a existência de direito autoral é fundamento para a Administração Pública contratá-lo por inexigibilidade para realização de reformas que demandem adaptação desse projeto?”.

Entretanto, essa consulta não chegou a ser apreciada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dado que seu processamento foi liminarmente indeferido pela Presidência desse Tribunal (decisão prolatada em 29.11.2017 e publicada no D.O.E. em 20.12.2017), que concluiu que a matéria não se ajusta à regra do artigo 226 do Regimento Interno do TCE/SP e que a consulta representa pedido de assessoramento jurídico, que não constitui atribuição da Corte de Contas.

Caso o projeto original tenha sido contratado sem licitação, em razão da singularidade do objeto e das características especiais do profissional (profissional dotado de notória especialização), se mostra razoável entender que a contratação subsequente, voltada a viabilizar alteração desse projeto – alteração que envolva o aspecto criativo da obra, segundo avaliação técnica a ser realizada por profissional da seara da arquitetura ou da engenharia, conforme o caso –, deverá também ser feita por inexigibilidade (artigo 25, inc. II, da Lei Federal 8.666/93), desde que o dono da obra pretenda conservar o aspecto criativo original (singularidade do objeto) e a autoria do projeto original.

Se o projeto desenvolvido é realmente único e foi concebido por profissional de qualificação ímpar, seria paradoxal contratar eventual alteração do projeto por meio de licitação, caso se pretenda preservar o aspecto criativo original.

Suponha-se, por exemplo, que uma obra tal qual o Memorial da América Latina, situada no Município de São Paulo, seja contratada sem licitação, para ser desenvolvida por um profissional do porte de Oscar Niemeyer. Se a Administração Pública desejar alterar o projeto em momento futuro e preservar seu aspecto criativo original, a hipótese, ao que parece, será de

contratação direta desse mesmo profissional – conservação da característica singular da obra desenvolvida por profissional de notória especialização²⁵.

Importante mencionar que o preço da contratação deve ser justificado também nos casos de inexigibilidade de licitação (artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal 8.666/1993).

Há entendimento no sentido de que essa justificativa é representada pela própria proposta de preço apresentada pelo profissional que será contratado - essa proposta constituiria declaração de que aquele é o preço justo -, pois apenas ele tem condições de aferir qual é o valor adequado para sua contratação. Veja-se, por exemplo:

Qual critério possibilita à Administração ‘justificar’ o preço contratado? Afinal de contas, está-se diante de especiarias, de bens e serviços os quais não estão sujeitos à competição - em que os futuros contratados realizam os próprios preços segundo os critérios autorizados por sua própria boa fama no respectivo mercado profissional. Nesses casos diferenciados, quem justifica o preço é o profissional a ser contratado - que há de ter idoneidade e boa-fé suficientes para apresentar propostas que correspondam ao trabalho a ser executado. Se o bem ou o serviço forem extraordinariamente complexos, o preço a ser justificado pode ser mais elevado do que o usualmente praticado pelo profissional: é ele, em razão de sua qualificação diferenciada, honradez, estrutura, equipe técnica, experiência, que pode formar o próprio preço. E isso é demonstrado quando da apresentação da proposta de contratação: lá está a declaração de que aquele é o preço justo e necessário para que o profissional, escolhido de forma personalíssima, execute aquele contrato extravagante (MENDES; MOREIRA, 2016, pp. 186-187).

Entretanto, esse entendimento não reverbera no Tribunal de Contas da União, que exige comparação do preço proposto com aqueles praticados pelo próprio fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. Veja-se:

Quanto ao preço, é certo que, mesmo nos casos de contratações diretas, deve ser justificado, a teor do art. 26, III, da Lei 8.666/93. Ressalte-se que este Tribunal tem entendido que a apresentação de cotações junto ao mercado é a forma preferencial de se justificar o preço em contratações sem licitação (dispensa de licitação), devendo ser cotadas, no mínimo, 3 propostas válidas de empresas do ramo; ou, caso não seja viável obter esse número de cotações, deve-se apresentar justificativa circunstanciada (Informativo TCU 188/2014). E, nos casos de inviabilidade de licitação, este Plenário se manifestou, conforme subitem 9.1.3 do Acórdão 819/2005, no sentido de que, para atender o disposto no inciso III do art. 26 da Lei de Licitações, poder-se-ia fazer uma

²⁵ Quanto à característica atinente à notória especialização, observe-se: “Notoriedade não se confunde com habilitação profissional. Esta é a autorização legal obtida por pessoas físicas ou jurídicas para o exercício profissional; aquela é o reconhecimento público e generalizado da alta capacidade técnica no desempenho da profissão e, em particular, da especialidade. Todo profissional dispõe de habilitação para o desempenho de sua atividade, mas nem todos têm notoriedade na profissão.” (CRETELLA JÚNIOR, 2008, p. 245).

comparação entre os preços praticados pelo fornecedor exclusivo junto a outras instituições públicas ou privadas (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1.565/2015 - Plenário, Relator: Ministro VITAL DO RÊGO, Processo: 031.478/2011-5, Data da sessão: 24/06/2015 - trecho de voto prolatado pelo Relator, Ministro Vital do Rêgo, que foi acompanhado pelos demais Ministros, tendo o julgado integrado o Boletim de Jurisprudência 088/2015 do Tribunal de Contas da União).

Também por esse caminho o pensamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

Mesmo os objetos de natureza singular têm um preço estimado no âmbito da razoabilidade, e, para ilustrar, basta lembrar que os leilões para objetos de arte iniciam-se com uma avaliação prévia e fixação de um lance mínimo. Todos os bens e atividades humanas possuem um valor que pode ser traduzido em moeda, pois, se não tiverem valor econômico, não podem ser objeto de contrato. Um possível parâmetro é verificar o preço que o notório especialista cobra de outros órgãos para realizar idêntico ou assemelhado. Essa verificação pode ser feita pelas publicações no Diário Oficial de inexigibilidade ou pelas cópias de recibo fornecidas pelo agente a ser contratado. É a regra de ouro que consta do art. 15, inciso V, da Lei nº 8.666/1993, aplicável tanto a compras como por analogia a obras e serviços (JACOBY FERNANDES, 2014, pp. 675-676).

Interessante registrar também antigo entendimento no sentido de que a contratação de projetos de engenharia e arquitetura deveria invariavelmente se dar de modo direto (sem licitação), em virtude do artigo 83 da Lei Federal 5.194/66, que impedia a concorrência de preços para tais contratações²⁶.

²⁶ Observe-se: “Quanto à complementação do projeto arquitetônico com os serviços de engenharia também não é passível de qualquer modalidade licitatória, isto porque a concorrência de preço é vedada por lei (art. 83 da Lei 5.194/66), e a de técnica e o concurso são juridicamente inaplicáveis por não haver possibilidade de se classificar cálculos matemáticos por sua maior ou menor exatidão, de tal forma que se pudesse julgar uma proposta numérica superior a outra. Quais seriam os elementos de confronto, os fatores de valoração, o critério objetivo de julgamento de cálculos matemáticos? Não há possibilidade de fixá-los no edital, e, não os havendo, torna-se inviável a concorrência de técnica para cálculos numéricos, mesmo porque – repita-se – não seria juridicamente possível valorar cálculos matemáticos por critério pessoal subjetivo, ou por sua maior ou menor exatidão, visto que tais operações não admitem gradação valorativa: ou são certas ou erradas. Por isso mesmo tais trabalhos não permitem licitação sob qualquer modalidade ou tipo, só podendo ser contratados diretamente com quem tenha habilitação profissional para realizá-los. Além disso, não se pode esquecer que os serviços de engenharia, complementares do projeto arquitetônico, são ‘trabalhos profissionais relativos a projetos’, para os quais o art. 83 da Lei 5.194/66 proíbe concorrência de preço. E, não havendo outra forma de competição licitatória para tais trabalhos, só resta a contratação direta, para qualquer projeto de arquitetura, de engenharia ou de agronomia. 15. Nem se alegue que o Decreto-lei 200/67, sendo posterior à Lei 5.194/66, e silenciando sobre a proibição de concorrência ‘para trabalhos profissionais relativos a projeto’ teria revogado o art. 83 desta Lei. Absolutamente, não. Basta atentarmos para a Lei de Introdução ao Código Civil (Lei 4.657/42) que resolve o aparente conflito de normas, nestes termos: ‘A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior’ (art. 2º, §2º). No presente caso, as disposições do Decreto-lei 200/67, regedoras das concorrências em geral, não conflitam com a vedação especial do art. 83 da Lei 5.194/66, nem o revogam expressamente. Coexistem ambos os diplomas legais – Decreto-lei 200/67 e Lei 5.194/66 – sem qualquer atrito, porque cada qual rege aspectos diferentes da matéria legislada. O Decreto-lei 200/67 disciplina genericamente as licitações; a Lei 5.194/66 proíbe especificamente a concorrência de preço para ‘trabalhos profissionais relativos a projetos’ de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Assim, coexistem a lei geral com a especial, sem que uma revogue ou derogue a outra. O intérprete aplicará nas licitações em geral o Decreto-lei 200/67, e, nos casos especiais abrangidos pela Lei

Entretanto, o artigo 83 da Lei Federal 5.194/1966 foi revogado pelo artigo 126 da Lei Federal 8.666/1993, de modo que não mais subsiste tal interpretação favorável à contratação direta de todos os projetos de engenharia e arquitetura. Aliás, o Decreto Federal 10.024/2019, que regulamenta o pregão eletrônico, expressamente engloba os serviços comuns de engenharia (vide artigos 1º e 3º, inc. VIII, ambos do mencionado Decreto Federal).

Possível então afirmar que no contexto jurídico atual nem toda elaboração de projeto deve ser contratada sem licitação. Confira-se:

Não é qualquer serviço que permite a contratação sem licitação, mas, tão somente, aquele que exija especialização tal que requeira empresa ou profissional de inquestionável reputação na respectiva área. Na realidade, a lógica que se vislumbra nessa hipótese de inexigibilidade [inciso II do artigo 25 da Lei n. 8.666/93] é a seguinte: por ser um serviço muito especial, diferenciado e complexo, o seu prestador também deve possuir as qualificações equivalentes, ou seja, deve ser muito capacitado, com alto grau de conhecimento técnico e atuar em meio a uma infra-estrutura acima da média (ROCHA, 2005, p. 131).

Veja-se, também:

Ausentes os requisitos exigidos pelo art. 25, II – natureza singular do serviço e execução por profissional de notória especialização – aplica-se §1.º do art. 13, que exige a realização de concurso para os casos descritos nos incisos. A singularidade pode ser entendida como uma característica intrínseca do serviço, imprimida por quem o prestou. É o que se nota em trabalhos de natureza eminentemente intelectual. [...] Já a notória especialização é definida pela própria Lei, no § 1.º do art. 25, como uma característica pessoal de quem presta o serviço, que teria uma qualidade indiscutível e reconhecida pelo mercado em que atua e por seus pares de profissão. [...] O objeto que se busca obter pela contratação direta prevista no art. 25, II, combinado com o art. 13, não se encerra com a entrega de algo que preencha determinados requisitos estabelecidos em detalhe previamente à celebração do ajuste. Ao vincular o objeto da contratação à figura do agente executor, há clara intenção de que o autor do serviço influencie, com as suas características e capacidades pessoais, no resultado final (JURKSAITIS, 2013, p. 70-71).

De todo modo, mesmo que o objeto a ser contratado (serviço de alteração de projeto arquitetônico ou de engenharia) não seja singular e que não dependa da contratação de profissional de notória especialização, para que se realize licitação é imprescindível ter a certeza de que não há exigência legal de que a modificação apenas pode ser concebida pelo autor do projeto original.

5.194/66, atenderá às proibições desta Lei especial dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos.” (MEIRELES, 1982, pp. 92-93).

As diversas normas pertinentes aos direitos de autor podem gerar certa dificuldade de interpretação ao gestor público, conduzindo-o – equivocadamente, segundo se defende neste trabalho – a contratar diretamente o projetista original, justamente em razão dos direitos morais de autor.

Esse parece ter sido o caso relativo à reforma do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, levada a termo com o objetivo de evitar novos episódios de suicídio naquele edifício.

Depreende-se que a contratação da alteração do projeto arquitetônico do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, situado no Município de São Paulo/SP, foi realizada pela Administração Pública Federal sem licitação, por se ter considerado que a hipótese era de inexigibilidade decorrente dos direitos de autor sobre o projeto original (invocou-se, nesse caso, o artigo 25, inc. II, da Lei Federal 8.666/1993)²⁷.

O gestor público não tem o dever de contratar o autor do projeto original diretamente, ou seja, sem licitação (suposto caso de inexigibilidade de licitação pela inviabilidade de competição, nos termos do “caput” do artigo 25 da Lei Federal 8.666/1993).

Bem pensadas as coisas, tem-se que a previsão legal do direito de repúdio revela que a contratação do projetista original não é obrigatória, tocando ao criador da obra repudiar a autoria, caso discorde das modificações implementadas.

Conforme salientado anteriormente, a legislação atinente aos direitos de autor acolhe o direito de repúdio, deslocando a responsabilidade pelo projeto modificado ao autor das alterações efetuadas (artigo 18, parágrafo único, da Lei Federal 5.194/1966, artigo 26, “caput”, da Lei Federal 9.610/1998 e artigo 16, §4º, da Lei Federal 12.378/2010).

O direito de repúdio soluciona a tensão entre o direito de propriedade e o direito de autor, indicando que as obras podem ser livremente alteradas por terceiros e que ao autor original será dado se desvencilhar da autoria, caso não concorde com essas modificações.

Esse é o entendimento de José Roberto Fernandes Castilho:

²⁷ Com o objetivo de examinar de modo detalhado essa contratação, apresentou-se à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região pedido de cópia integral do procedimento administrativo atinente a essa reforma (pedido formulado com fundamento no artigo 10 da Lei Federal 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação). Esse pedido de acesso à informação foi protocolizado junto ao protocolo administrativo do TRT da 2ª Região às 14h20min do dia 15/08/2017, sob o número 005060. O pedido de acesso a informação para produção de cópia integral do procedimento administrativo mencionado foi acolhido pela Presidência daquele Tribunal Regional do Trabalho. Assim, providenciou-se a produção de cópia integral do aludido expediente administrativo, analisado nesta dissertação. Consulta a esse procedimento permite observar que o Contrato CCL-CT nº138/2015, juntado a fls. 94-101 do Processo de inexigibilidade de licitação nº CD-208/2015 e que teve como objeto a contratação de projeto conceitual a ser elaborado pelo arquiteto detentor dos direitos autorais do projeto do edifício que abriga o Fórum Ruy Barbosa (contratação de projeto atinente à instalação de contenção nos gradis no imóvel situado na Avenida Marquês de São Vicente, nº 235, Barra Funda, São Paulo/SP), foi celebrado com fundamento no artigo 25, inc. II, da Lei Federal 8.666/1993.

No caso da obra acabada, considerando que o direito moral de autor é inalienável e irrenunciável, se o proprietário tiver necessidade de fazer alterações, da mesma forma, o arquiteto deve ser consultado antes: ele não terá direito de impedir as alterações (o que fica na esfera das faculdades do domínio) mas terá direito de repudiar o resultado se (i) a reforma tiver sido feita sem a sua consulta e (ii) não concordar com ela (CASTILHO, 2012, p. 132).

De modo objetivo, a existência do direito de repúdio demonstra que a obra pode ser alterada livremente por seu proprietário.

O direito de repudiar a autoria é a consequência que a legislação atribui à alteração de projeto sem o consentimento do projetista original; preserva, a um só tempo, o direito de construir e a reputação profissional do autor original.

Diante disso, o autor deve ser consultado sobre a modificação de projeto pretendida pela Administração Pública, que o informará sobre a futura abertura de licitação. Essa consulta tem por objetivo justamente viabilizar o exercício do direito de repúdio.

Anota-se, neste ponto, que não se considera possível realizar a licitação, sem antes consultar o autor do projeto que se pretende modificar²⁸.

Há, inclusive, entendimento doutrinário no sentido de que o dever de comunicação prévia ao arquiteto decorre do princípio da boa-fé objetiva e não propriamente de norma de direito de autor²⁹.

Eventual discordância do autor com as modificações objetivadas pelo dono da obra não impede que elas sejam feitas; autoriza, apenas, o exercício do direito de repúdio (vide, por exemplo, artigo 26 da Lei Federal 9.610/1998).

²⁸ Veja-se: “Primeira questão: o proprietário tem de pedir licença ao autor para as modificações, ou não? Muito embora saiba que se o consentimento não vier, a modificação poderá ser feita assim mesmo? Ou estará ele, pelo art. 27, autorizado a proceder desde logo à mudança? Observe-se que o texto “pune” o dono que modifica sem consentimento. Significa que para uma alteração de projeto juridicamente normal, seria necessária a licença. Se o proprietário modifica, porém, sem sequer consultar o autor, cria-se esta situação: a) se modificar e continuar a usar o nome do arquiteto, estará violando direito, pois, usará indevidamente o nome; b) se modificar e, por própria conta remover o nome do autor (se isto fosse possível), também poderá estar cometendo violação, pois, o autor pode ter interesse de manter seu nome, não obstante a modificação. Segue que o único comportamento isento de ilicitude é o de pedir o consentimento de que fala a Lei. Recusar a necessidade de uma comunicação prévia ao autor do projeto seria o mesmo que entender como vã a sanção legal, porque se o arquiteto nem sequer sabe das modificações de seu projeto, como poderá decidir sobre o repúdio?” (MORAES, 1977, p. 49-50).

²⁹ Confira-se: “A Lei Autoral não determina, mas por força da cláusula geral da boa-fé objetiva, no Código Civil, que protege os deveres do tráfego e da informação, o proprietário é obrigado a comunicar ao arquiteto da modificação que pretende realizar, desde que a mesma possa desnaturar esteticamente a obra. Nesse sentido, se o proprietário não comunicar ao arquiteto, responde por culpa ‘post factum finitum’. Contudo, isso diz respeito à teoria da boa-fé objetiva e não do direito autoral.” (PONTES, 2012, p. 302, nota de rodapé 99).

Assim, ao autor é assegurado manifestar sua concordância com a alteração de projeto ou dela discordar, caso em que poderá exercer o direito de repúdio.

Caso o autor concorde com a modificação pretendida, a Administração Pública poderá contratá-lo, desde que ele vença a licitação realizada.

Se o autor da obra original não vencer a licitação, outro profissional (licitante vencedor) deverá ser contratado.

Importante dizer que a necessidade de licitação subsiste, mesmo que eventualmente se discorde das conclusões anteriormente enunciadas.

Nesse sentido, ainda que se entenda que ao autor original é assegurado direito moral de alterar a obra com exclusividade, tal direito não é incompatível com o processo licitatório.

Cabe esclarecer que embora não se concorde com a existência de um direito moral de alterar a obra com exclusividade, a mera possibilidade de se ventilar tal linha de pensamento torna oportuno seu enfrentamento.

Neste ponto a explicação se vale de reflexões extraídas de julgado do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1290112/PR) – julgado que indicou que a recusa em prestar colaboração profissional e o impedimento de ser contratado constituem circunstâncias que autorizam que outro profissional altere o projeto.

No âmbito do processo licitatório, eventual apresentação de proposta desvantajosa pelo autor do projeto original pode ser tomada como recusa de prestar colaboração profissional em condições que possam ser validamente aceitas pela Administração Pública, não havendo outra alternativa que não contratar terceiro (proposta vencedora apresentada no processo licitatório) para prestar os serviços em comento.

O fato de o autor da obra original não ter vencido a licitação ou dela não ter participado poderá ser interpretado como espécie de recusa dele em prestar sua colaboração profissional, em termos que poderiam ser aceitos pela Administração Pública.

Assim, a Administração Pública poderá contratar terceiro (licitante vencedor), ficando reservado ao autor eventual exercício do direito de repúdio.

É possível também que se entenda que ao não vencer a licitação, o autor da obra original incide em impedimento legal, não podendo ser contratado pela Administração Pública.

Aquele que não vence a licitação está impedido de celebrar o contrato dela decorrente, em virtude de previsão legal (vedação à preterição da ordem de classificação da licitação, que deriva do artigo 37, XXI, da CRFB/1988, do artigo 50 da Lei Federal 8.666/1993, do artigo 4º, incisos XXI e XXII da Lei Federal 10.520/2002 etc).

Para Maria Helena Diniz, outro profissional habilitado poderá alterar o projeto em caso de impedimento ou recusa do autor. Veja-se:

O profissional que elaborar o projeto de engenharia, arquitetura ou agronomia terá direito de autoria sobre ele; logo, apenas ele poderá alterá-lo. Se estiver impedido ou não quiser alterar o plano por ele elaborado, comprovada a solicitação, este poderá ser alterado por outro profissional habilitado, que então assumirá a responsabilidade pelo plano modificado (DINIZ, 2006, v. 3: p. 647).

Se impedimento representa qualquer obstáculo ou oposição legal à prática de um ato³⁰, a regra que impõe que o vencedor da licitação deve ser contratado pela Administração Pública pode ser enxergada justamente como uma causa legal de impedimento à contratação do autor do projeto original (profissional que não venceu a licitação).

Entende-se que a recusa em prestar colaboração profissional e o impedimento de ser contratado autorizam que outro profissional modifique o projeto. É isso que se infere de julgado prolatado pelo Superior Tribunal de Justiça já abordado neste trabalho (cf. Resp 1290112/PR).

Outra interpretação possível consiste em afastar a aplicação das regras acomodadas no artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010, artigo 18 da Lei Federal 5.194/1966, artigo 621 do Código Civil e artigo 24, inciso IV, da Lei Federal 9.610/1998, do ambiente público, que seria disciplinado por leis especiais.

Entretanto, considera-se que essa visão pode ser questionada, dado que as leis relativas aos direitos de autor podem ser vistas como leis especiais em relação às leis que disciplinam processos de contratação pública. Além disso, as leis relativas aos direitos de autor não fazem restrição quanto à aplicação de suas regras em terreno de contratações públicas.

Mencione-se também que as leis que orientam contratações públicas reconhecem a aplicação dos direitos de autor no setor público. Exemplo disso é o artigo 111 da Lei Federal 8.666/1993, que determina que se proceda à cessão dos direitos patrimoniais de autor em benefício da Administração Pública contratante; reconhece, portanto, que também a Administração Pública deve obediência às regras relativas aos direitos de autor.

Possível também pensar em afastamento das restrições legais à modificação de projetos de arquitetura e engenharia atinentes a bens públicos, em virtude do domínio eminente exercido pelo Estado sobre esses eles.

³⁰ Vide DINIZ, 2008, v. 2: p. 840.

Assim, os projetos de arquitetura e engenharia, embora protegidos por direitos de autor, estariam também submetidos a restrições frente ao Estado, em razão de seu domínio eminente³¹ perante todas as coisas presentes em seu território.

A possibilidade de contratar - por meio de licitação, diga-se - outro profissional para alterar esses projetos poderia ser enxergada como reflexo do domínio eminente do Estado sobre as criações intelectuais existentes em seu território.

Essa visão pode ser criticada por diversas razões.

Em primeiro lugar, o domínio eminente não representa uma espécie de justificativa genérica para o afastamento dos direitos detidos pelos cidadãos. O domínio eminente pode ensejar a criação de institutos jurídicos específicos, capazes de interferir em direitos privados, tais como a desapropriação e o tombamento³².

Tem-se que esse domínio geral não funciona como justificativa ampla que pode ser genericamente utilizada pelo Estado para restringir direitos de particulares. Não se conhece previsão legal que atribua ao domínio eminente o efeito de repelir direitos morais de autor, mesmo que relacionados com obras públicas. Aliás, há normas legais que reconhecem a existência desses direitos, inclusive frente à Administração Pública (vide artigo 111 da Lei Federal 8.666/1993 e artigo 80 da Lei Federal 13.303/2016).

Possível também pensar que o direito de autor não pode ser exercido a ponto de obstruir a realização de licitação, dado que, nesse caso, o autor incorreria em abuso de direito.

Se a licitação representa instrumento destinado a assegurar a observância do princípio constitucional da isonomia, bem como a promover a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (artigo 3º da Lei Federal 8.666/1993), o direito de autor não poderia ser exercido justamente para impedi-la; não haveria, nesse caso, justificativa social para esse exercício, que se mostraria abusivo.

Confira-se pensamento que poderia ser invocado para justificar esse entendimento:

³¹ Quanto às características do domínio eminente, veja-se: “O domínio eminente reflete a prerrogativa geral de ascendência do poder público sobre todas as coisas, mormente imóveis, existentes dentro dos lindes do seu território. Cuida muito mais de uma relação de autoridade do poder político sobre o território do que de propriedade destes bens. Assim se pode dizer que o domínio eminente não confere qualquer titularidade sobre os bens existentes no território, mas em alguma medida submete todos os titulares do domínio destes bens à autoridade estatal. O domínio eminente não enseja o apoderamento, pelo Estado, dos bens a ele submetidos, mas autoriza condicionamentos ou restrições ao exercício do domínio por entes públicos e privados sobre os bens de seu patrimônio, desde que observados os pressupostos da lei e da finalidade de interesse geral.” (MARQUES NETO, 2014, p. 79).

³² Observe-se: “O domínio eminente é sem dúvida um legado do Estado absolutista e se traduz num domínio abstrato do Estado sobre todas as coisas contidas no território. Ele decorreria diretamente da soberania, do poder do Estado de concentrar a autoridade, da prerrogativa que o poder público possui sobre pessoas e coisas dentro do seu território. [...] Dele advêm inclusive alguns institutos de direito público de intervenção sobre a propriedade privada, como a desapropriação, a requisição ou mesmo o tombamento.” (MARQUES NETO, 2014, pp. 79-80).

O monopólio legal dos direitos autorais e patentes somente encontra justificativa social e jurídica na exata medida em que servirem ao interesse público de incentivo à leitura, à divulgação da cultura e da educação, à promoção da saúde e acesso às invenções tecnológicas para a coletividade. No entanto, quando tais direitos exclusivos são utilizados de modo preponderante para proteção de posições de mercado, impedimento de atuação de possíveis concorrentes ou forma de privatização do conhecimento humano, passam a desvirtuar as diretrizes constitucionais da PI [propriedade intelectual] e representar abuso de direito (ARIENTE, 2015, p. 196).

Também essa postura merece críticas, porque restringe o exercício de direitos de personalidade (direitos morais de autor são direitos inerentes à sua personalidade) com arrimo em valores abstratos (justificativa social, interesse público etc.), produzindo insegurança jurídica.

Além disso, essa visão coloca a própria existência do direito em perigo, sempre que ele for invocado perante o Estado. Soa desarrazoado considerar abusivo o exercício de um direito de personalidade, apenas porque ele não prestigia os interesses públicos supostamente plasmados no processo licitatório.

Caso o prazo de vigência do contrato ainda não tenha esgotado, é possível cogitar a alteração do contrato de modo unilateral pela Administração Pública (artigo 58, inciso I, c.c. o artigo 65, ambos da Lei Federal 8.666/1993)³³.

³³ Veja-se: “Importa, contudo, estabelecer uma premissa fundamental: existem duas espécies de alterações de projeto possíveis, oriundas de fatores em tudo distintos, que, por essa razão, repercutem de maneira igualmente antagônica no vínculo contratual travado entre as partes. São elas as alterações de projeto realizadas em prol do interesse público e as alterações de projeto de interesse exclusivo do particular contratado. A primeira categoria de alterações, como se pode depreender da própria expressão, diz respeito aos casos nos quais o projeto básico, quando cotejado com a realidade da obra, revela incongruências cuja manutenção tornaria sua execução desvantajosa para o Poder Público, gerando-se, pois, a necessidade de sua modificação. Diversos são os fatores capazes de desencadear alterações desse jaez. É possível, por exemplo, que o projeto básico não tenha sido minucioso a ponto de refletir, de modo fiel, o perfil do solo sobre o qual se assentará a construção. Em consequência disso, pode-se descobrir, quando da realização de sondagens ou mesmo já durante os processos executivos de escoramento de maciços de terra ou das fundações do empreendimento, obstáculos como material rochoso próximo à superfície, ou, no extremo oposto, camadas de argila extremamente mole e permeável num ponto do terreno não abarcado pelos ensaios previamente realizados. Em ambas as hipóteses, é evidente que a solução construtiva presente no projeto básico não é a mais adequada, cabendo ao Poder Público, na condição de contratante dos serviços, aditar tal projeto de modo a espelhar, com a fidelidade necessária, as reais condições de campo. Em outras situações, embora a execução dos trabalhos nos exatos termos do projeto básico licitado seja tecnicamente factível, o contratante constata que a manutenção da solução construtiva nele prevista produz impacto indesejável sobre a coletividade que transita em volta da obra e, em virtude dessa externalidade negativa, deve ser modificada. É muito comum a ocorrência de casos desse tipo em empreendimentos realizados em ambientes intensamente urbanizados, situados em meio a edifícios comerciais e residenciais, grandes avenidas, corredores de ônibus, passeios públicos, redes aérea e subterrânea de infraestrutura já instaladas etc. Percebe-se, com facilidade, que a complexidade do entorno aumenta exponencialmente os riscos associados à execução da obra e, ademais, transforma em verdadeiro pesadelo para a comunidade qualquer interferência, por mínima que seja, na circulação de pessoas e veículos ao seu redor. Cabe à Administração, então, atuar, alterando o projeto básico licitado de sorte a contemplar uma metodologia de execução capaz de mitigar tais transtornos. Dos dois casos – constatação fática de que a solução de projeto originalmente prevista é inadequada do ponto de vista técnico, ou, por outro lado, afeta

Em síntese, a licitação será considerada inexigível se a alteração que se pretende contratar se referir a projeto que foi originalmente contratado sem licitação, dadas as características singulares do objeto e a notória especialização do contratado, e caso seja necessário preservar o perfil criativo do bem (hipótese em que essa preservação apenas pode ser assegurada por meio da contratação do autor do projeto original) e a autoria original do projeto.

Entende-se que é necessário realizar licitação nos demais casos – exceto em caso de dispensa de licitação em razão do valor.

Nesse sentido, ao dono da obra é dado alterá-la livremente, podendo contratar terceiros para conceber eventual alteração de projeto. Prova disso é a previsão legal do direito de repúdio, que serve como remédio para eventual discordância do autor do projeto alterado sem seu consentimento.

Mesmo caso se discorde dessa linha de pensamento, entendendo-se que o projetista original conta com espécie de monopólio jurídico sobre o direito de alterar a obra, a contratação deverá derivar de licitação.

Nessa hipótese, caso o autor do projeto original não se submeta à licitação, considera-se que ele terá se recusado a colaborar com a alteração pretendida pela Administração Pública, ainda que tacitamente.

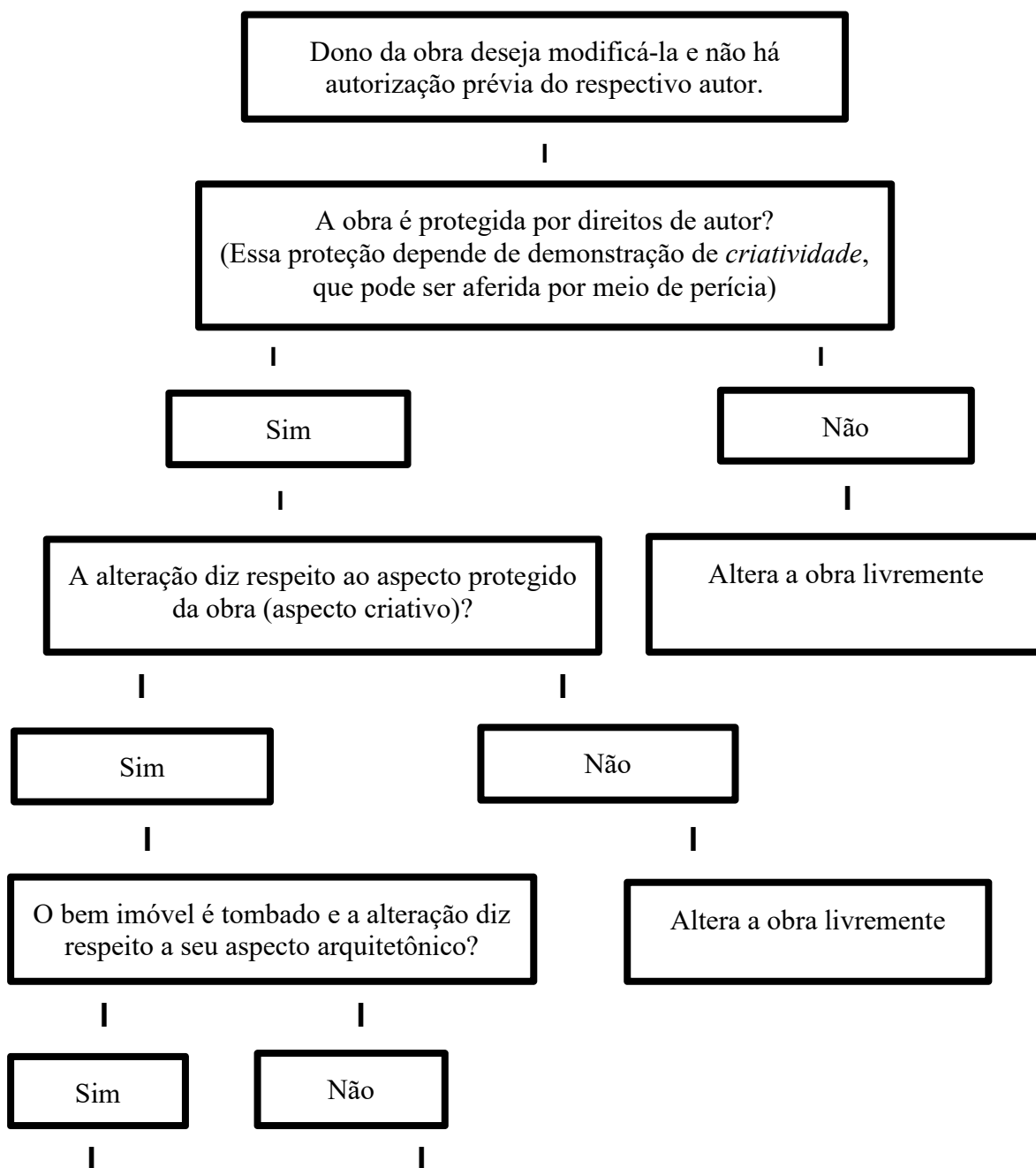
Se o autor original participar da licitação, mas não se sagrar vencedor do procedimento, tem-se que incidirá causa legal de impedimento a obstaculizar sua contratação (vedação à preterição da ordem de classificação no processo licitatório, que emana do artigo 37, XXI, da

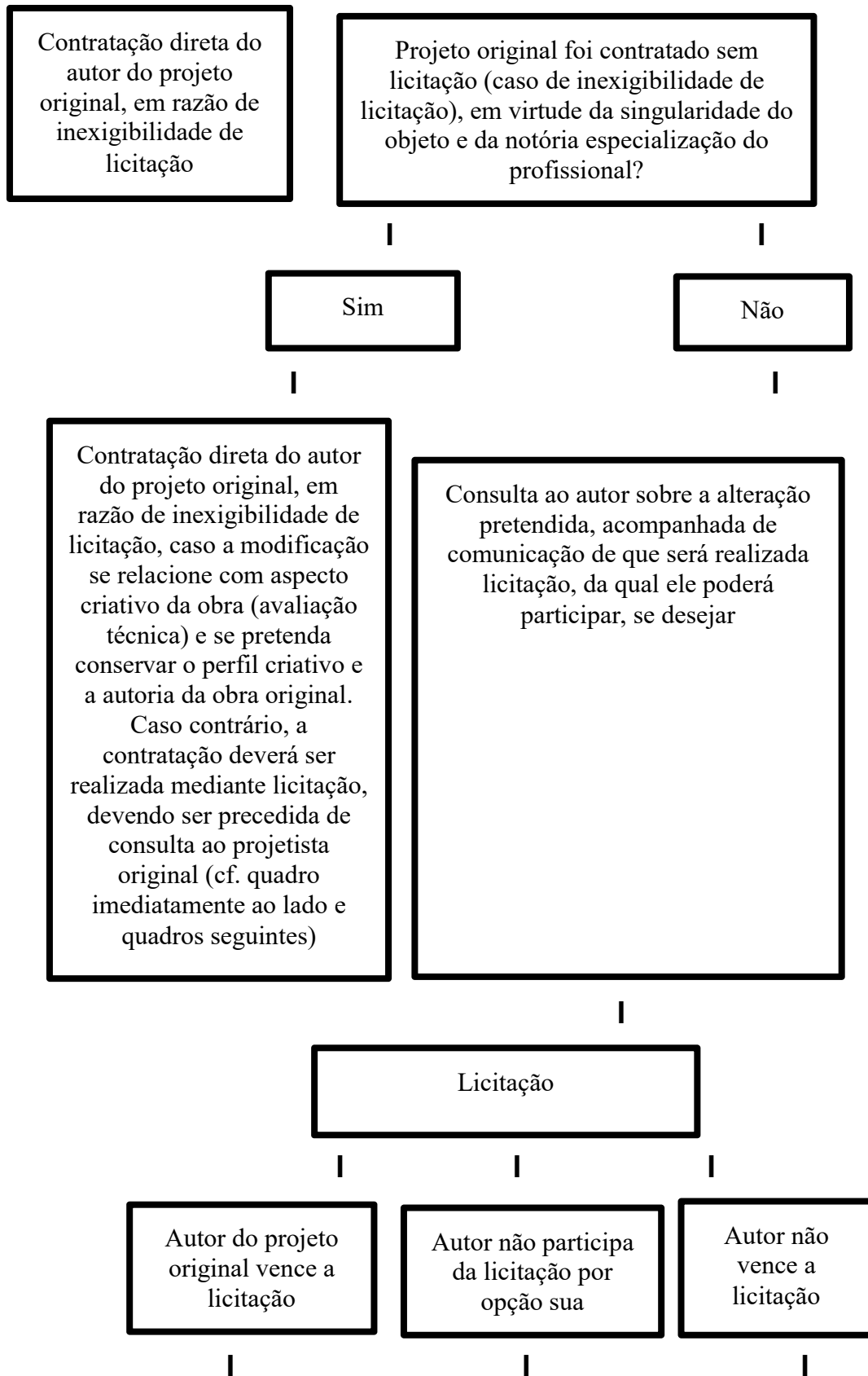
negativamente o dia a dia da população que reside e circula em torno da obra – deve-se extrair uma conclusão relevante: está-se diante, tanto num quanto noutro, de hipóteses em que a alteração do projeto se impõe como mecanismo apto a garantir a satisfação do interesse público, ameaçado por contingências não contempladas quando da elaboração do projeto básico. Em outras palavras, trata-se de um poder natural, do qual a Administração Pública não pode abrir mão, tendo em vista a exigência, pela realidade fática, de aprimoramentos aptos a dar conta seja de equívocos de projeto, seja de impactos negativos dele decorrentes. É importante insistir nesse ponto: as alterações de projeto até aqui abordadas dão-se no interesse do contratante! Nessas situações, como ocorre em todo contrato administrativo, a Administração, na condição de parte especialmente dedicada à cura do interesse público, tem o poder de modificar unilateralmente o contrato, com vistas a nele contemplar os acréscimos, alterações ou supressões que se mostrem necessários. Ao contratado cumpre apenas e tão somente atender às exigências da Administração, nos termos e nos limites legais. Isso, aliás, é o que prescreve o art. 65, I, a, da Lei n. 8.666/93. [...] No caso dos contratos de obra por empreitada a preços unitários, cada obrigação adicional gera, ao contratado, o correlato direito de perceber remuneração adicional por isso. Esse direito do particular contratado está arrimado na proteção ao inicial equilíbrio econômico-financeiro da avença.” (SUNDFELD; CAMPOS, 2012, pp. 217-219). Também nessa linha a seguinte lição estrangeira: “A possibilidade de introdução de modificações ao plano de trabalhos, pelo dono de obra, é comum no contrato de empreitada de direito civil e de direito público, mas, neste, não pode deixar de ser vista à luz do poder de modificação unilateral do contrato administrativo. Este poder, a par do poder de fiscalização, do poder de direcção, do poder sancionatório e do poder de rescisão unilateral é expressamente anunciado, no artigo 180º do Cód. Proc. Adm. como poder da Administração na execução de qualquer contrato administrativo [...]” (MARTINEZ; PUJOL, 1995, p. 225).

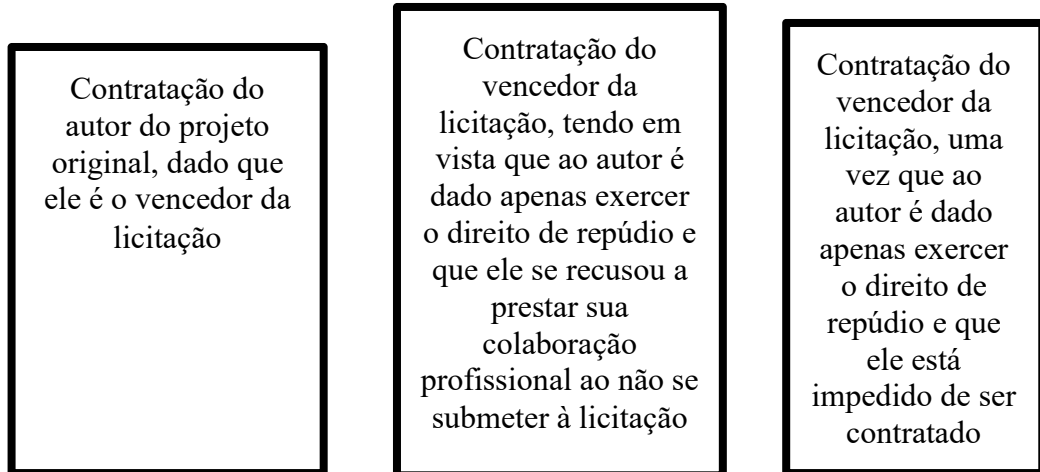
CRFB/1988, do artigo 50 da Lei Federal 8.666/1993, do artigo 4º, incisos XXI e XXII da Lei Federal 10.520/2002 etc.).

Possível também considerar que ao não apresentar a melhor proposta o autor do projeto original se recusa a prestar sua colaboração profissional, em termos que poderiam ser validamente aceitos pela Administração Pública.

3.3 Fluxograma sugerido para enfrentamento do problema







3.4 Modelos-padrão de contratos de engenharia e direitos de autor sobre projetos de arquitetura e engenharia

Há grande variedade de modelos contratuais relativos à construção civil que foram consolidados pela prática internacional.

Se o contrato-padrão adotado pelas partes é regido pela lei brasileira, que conta com normas específicas de proteção aos direitos de autor - por exemplo, normas que restringem a alteração de projetos assinados -, parece importante analisar de que maneira ele disciplina o exercício e a cessão dos direitos de autor sobre projetos arquitetônicos e de engenharia.

Entende-se que eventual omissão da minuta-padrão sobre o regime dos direitos de autor relativos a projetos contratados merece ser vista com cautela pelas partes.

Caso os direitos de autor sejam relevantes no contexto do negócio travado, as partes poderão enfrentar dificuldades no futuro, se o instrumento contratual não disciplinar o assunto.

Se, por exemplo, o contrato envolver a elaboração de um projeto de arquitetura, o dono da obra construída a partir dele poderá experimentar dificuldades caso deseje reformar o bem em ocasião futura - eventual debate sobre a adequada interpretação do direito moral de autor de se opor a modificações de projeto (artigo 16 da Lei Federal 12.378/2010 e artigo 7º, inc. X, c.c. o artigo 24, inc. IV, ambos da Lei Federal 9.610/1998).

De outro lado, considera-se que modelos-padrão não devem ser alterados intensamente pelas partes, sob pena de se colocar em risco a essência desses instrumentos padronizados - que permitem que qualquer pessoa familiarizada com seus termos gerais conheça seu conteúdo de antemão, mesmo sem se debruçar sobre um contrato específico - e até mesmo de gerar incoerência entre cláusulas do próprio contrato. Em outras palavras, alterações aos contratos-

padrão devem sempre ser evitadas, para que não se desconfigure um arranjo contratual que oferece segurança e facilidade para as partes justamente em razão de seu conteúdo padronizado.

De todo modo, caso o contrato-padrão utilizado pelas partes não contenha disposições sobre a cessão e o exercício dos direitos de autor, é possível que esse instrumento contratual seja pontualmente ajustado, de modo a evitar controvérsias e prejuízos futuros.

Com isso, não apenas é possível se valer das facilidades que as minutas internacionais propiciam, como também incrementar o nível de segurança jurídica que elas proporcionam³⁴.

Se uma minuta-padrão internacional tem como fundamento original um certo sistema jurídico estrangeiro, é possível que um conflito surgido no âmbito de um contrato concretamente regido pelas leis brasileiras possa constranger as partes a ter que demonstrar que aquelas regras estrangeiras não são diferentes daquelas vigentes no Brasil, ou que as cláusulas contratuais padronizadas não conflitam com as normas jurídicas brasileiras.

Isso pode gerar um custo adicional para as partes, que possivelmente não estão familiarizadas com a legislação estrangeira que inspirou a formulação do instrumento contratual padronizado, bem como produzir um ambiente de insegurança jurídica.

Seja qual for o modelo-padrão utilizado pelas partes, a elas é permitido modificá-los naquilo que se mostrar conveniente a seus interesses comuns³⁵.

Dessa maneira, entende-se que cláusulas que disciplinem a cessão e o exercício dos direitos de autor podem ser incluídas pelas partes também em minutas-padrão de contratos de construção. Considera-se que ao disciplinar o exercício e a cessão dos direitos de autor sobre os projetos de engenharia e arquitetura, as partes podem incrementar o grau de segurança jurídica produzido pelo contrato-padrão.

³⁴ Veja-se, quanto a esse ponto: “Modelos-padrão de contratos desenvolvidos para o mercado internacional de construção e engenharia não podem levar em conta todas as leis, costumes ou convenções de cada país. Não obstante os contratos FIDIC (assim como outros contratos de engenharia civil) serem elaborados para uso em qualquer sistema jurídico, eles são redigidos de uma perspectiva do direito inglês. É feita uma disposição para as partes inserirem a lei do país ou outra jurisdição (por exemplo, um Estado dentro de um país) que eles elejam para reger seu contrato. É importante lembrar que o contrato precisa ser coordenado com a lei aplicável.” (SMITH, 2012, p. 212).

³⁵ Confirme-se: “Existem vários contratos internacionais populares sobre construção publicados por diversos órgãos como o ICE (Instituto de Engenheiros Cívicos, Reino Unido), o Instituto Americano de Arquitetos (AIA) e a Autoridade para o Avanço da Engenharia do Japão (ENAA). Porém, os produzidos pela Fédération Internationale des Ingénieurs-Conseils (Federação Internacional de Engenheiros Consultores) (FIDIC) são os mais comumente usados. Uma das principais vantagens de se usar um modelo-padrão de contrato é que todas as partes geralmente estão familiarizadas com ele. Contratos-padrão preparados por um órgão profissional geralmente são bem equilibrados entre as partes em termos de alocação de riscos, assim como quanto às obrigações gerais das partes entre si. Como alternativa, as partes podem usar os modelos-padrão como um parâmetro e emendá-los conforme apropriado.” (SMITH, 2012, pp. 181-182).

Note-se que mesmo a utilização de contratos padronizados não exclui a possibilidade de que certas adaptações sejam feitas ao instrumento contratual, com vistas a harmonizá-los com cada legislação aplicável.

Entretanto, insiste-se que alterações ao contrato-padrão merecem ser pensadas com cuidado pelas partes e evitadas, sempre que possível.

Se o benefício do contrato-padrão é disponibilizar um esquema de negócio completo, exaustivamente estudado e testado pela comunidade internacional, sua alteração merece ser evitada, até mesmo para que ele não seja desnaturado. Eventual modificação desse esquema padronizado pode gerar incoerências dentro do próprio contrato, produzir solução jamais testada em outras contratações - e, por isso mesmo, inseguras - e trazer uma perda no que diz respeito à homogeneidade e previsibilidade das minutas padronizadas (se cada minuta for alterada pelas partes, não haverá mais contrato-padrão).

Conclusão

Os contornos jurídicos do direito moral de autores de projetos arquitetônicos e de engenharia – direito moral de preservar a integridade de sua criação intelectual – são objeto de controvérsia.

Ao longo do trabalho foi possível constatar entendimentos doutrinários que admitem modificação da obra, mesmo sem a concordância do autor do projeto que a concebeu, dado que ao criador intelectual do projeto é assegurado exercer o direito de repúdio.

De outro lado, foi também possível identificar entendimentos no sentido de que esse direito moral impede que o dono da obra a modifique, caso não haja anuência do autor do projeto original – entendimentos que consideram que o exercício do direito de repúdio ao projeto modificado não afasta a violação ao direito moral de autor de preservar a integridade de sua criação intelectual.

Por meio de interpretação sistemática do ecossistema normativo sobre direitos morais de autor se demonstrou que os projetos arquitetônicos e de engenharia podem ser livremente modificados pelo dono da construção, mesmo em caso de discordância do projetista original, sendo assegurado a este último eventual exercício do direito de repúdio (medida apta a afastar a produção de dano moral ao autor).

Ainda com fundamento no quadro normativo analisado se propôs que o exercício dos direitos morais de autor pode ser validamente disciplinado por meio de contrato.

De todo modo, tendo em vista que o sistema jurídico permite que a construção seja livremente alterada por seu proprietário, mesmo contra a vontade do autor do respectivo projeto original (reservando-se a esse autor o exercício do direito de repúdio), cláusulas contratuais representam apenas uma salvaguarda adicional e, por essa razão, são absolutamente dispensáveis.

Buscou-se depurar uma série de julgados atinentes ao tema e selecionados com rigor metodológico, de modo a avaliar de que maneira ele tem sido enfrentado pelos órgãos de controle externo – julgados do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A partir dos entendimentos identificados nesses julgados foram apresentadas reflexões voltadas a contribuir para a solução do problema de pesquisa, tendo sido formulada sugestão de comportamento passível de ser adotado pelo dono da obra, caso o contrato relativo ao projeto arquitetônico ou de engenharia não tenha disciplinado a cessão e o exercício dos direitos de autor.

Estas são as orientações formuladas para enfrentamento do problema pelo dono da obra:

1. O autor deve ser consultado sobre a modificação de projeto almejada pela Administração Pública, que o informará sobre a futura abertura de licitação.
2. Potencial discordância do autor com as modificações pretendidas pelo dono da obra não impede que elas sejam feitas; autoriza, apenas, o exercício do direito de repúdio (artigo 18, parágrafo único, da Lei Federal 5.194/1966, artigo 26, “caput”, da Lei Federal 9.610/1998 e artigo 16, §4º, da Lei Federal 12.378/2010). A tensão entre o direito de propriedade e os direitos morais de autor foi solucionada pelo sistema jurídico brasileiro por meio do direito de repúdio, que assegura ao projetista original renunciar à autoria de obra modificada sem seu consentimento.
3. Assim, ao autor é assegurado manifestar sua concordância com a alteração de projeto ou dela discordar, caso em que poderá exercer o direito de repúdio.
4. Se o autor concordar com a modificação pretendida, a Administração Pública poderá contratá-lo, desde que ele vença a licitação.
5. Se o autor da obra original não vencer a licitação, outro profissional (licitante vencedor) deverá ser contratado.
6. A licitação não impede que o autor do projeto original seja contratado para alterar a obra intelectual por ele gerada. Entretanto, caso o autor não demonstre interesse em participar da licitação, ou caso não ofereça a melhor proposta, a Administração Pública deverá contratar outro profissional para prestar os serviços.
7. O sistema jurídico brasileiro prevê o direito de repúdio, que revela a possibilidade de modificação de projetos por terceiros. As normas de direitos de autor que indicam que o projetista original deve ser obrigatoriamente contratado devem ser aplicadas apenas aos casos em que o dono da construção pretende preservar a autoria inicial. Caso não se pretenda conservar a autoria original, a obra poderá ser livremente alterada por outros profissionais, reservado ao projetista original o exercício do direito de repúdio (linha de entendimento que preserva o direito de construir, inerente ao direito constitucional de propriedade, bem como protege a imagem e reputação profissional do projetista original). Caso se discorde desse entendimento, sustentando-se um suposto direito moral de alterar a obra com exclusividade, o fato de o autor da criação original não ter vencido a licitação ou dela não ter participado pode ser interpretado como espécie de recusa dele em prestar sua colaboração profissional, em termos que poderiam ser validamente aceitos pela Administração Pública. Assim, a Administração Pública

poderá contratar terceiro (licitante vencedor), ficando reservado ao autor eventual exercício do direito de repúdio. É possível também que se entenda que ao não vencer a licitação, o autor da obra original incide em impedimento legal, não podendo ser contratado pela Administração Pública (impedimento correspondente à vedação à preterição da ordem de classificação no processo licitatório, que deriva do artigo 37, XXI, da CRFB/1988, do artigo 50 da Lei Federal 8.666/1993, do artigo 4º, incisos XXI e XXII da Lei Federal 10.520/2002 etc.). Essas linhas de pensamento se alinham ao entendimento plasmado em julgado do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1290112/PR), que admite a contratação de terceiros em caso de recusa ou impedimento do projetista original.

8. Caso o projeto original tenha sido contratado sem licitação (singularidade do objeto e profissional dotado de notória especialização), a contratação seguinte, voltada a viabilizar alteração desse projeto, deverá também ser realizada por inexigibilidade (artigo 25, inc. II, da Lei Federal 8.666/93), desde que, cumulativamente, a modificação envolva o aspecto criativo da obra (avaliação técnica a ser realizada por profissional do campo da arquitetura ou da engenharia, conforme o caso) e a Administração Pública pretenda conservar as características da criação original (singularidade do objeto), bem como a respectiva autoria original (notório especialista). Caso não se pretenda preservar o perfil criativo da obra e a autoria original, a alteração do projeto deverá ser contratada mediante licitação, reservado ao projetista original eventual exercício do direito de repúdio.

Por fim, entende-se que alterações aos contratos-padrão de engenharia devem ser evitadas, para que não se desconfigure um arranjo contratual que oferece segurança e facilidade para as partes justamente em razão de seu conteúdo padronizado. Entretanto, caso o contrato-padrão utilizado pelas partes não compreenda disposições sobre a cessão e o exercício dos direitos de autor, é possível que esse instrumento contratual seja pontualmente modificado, de sorte a prevenir controvérsias e prejuízos futuros em virtude dos direitos de autor sobre projetos de arquitetura e de engenharia.

Referências

ABRÃO, Eliane Yachouh. *Direitos de autor e direitos conexos*. São Paulo: Editora do Brasil, 2002.

ARIENTE, Eduardo Altomare. *A função social da propriedade intelectual*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP. 2015.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Civil, Direito de Autor e Direitos Conexos*. Coimbra Editora, 2012.

_____. *Direito autoral*. 2ª ed., ref. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BARBOSA, Denis Borges. *Direito de autor: questões fundamentais de direito de autor*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. *O arquiteto e a lei: elementos de direito da arquitetura*. São Paulo: Editora Pillares, 2012.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. *Direito de autor e direitos da personalidade: reflexões à luz do Código Civil*. Tese para concurso de Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Tratado geral da desapropriação*. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

_____. *Tratado do domínio público*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. *Das licitações públicas: comentários à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CRIVELLI, Ivana Có Galdino. *Direito de autor: exceções, com ênfase em normas técnicas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientadora: Professora Titular Silmara Juny de Abreu Chinellato. 2012.

COSTA NETTO, José Carlos. *Direito autoral no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2008.

DINIZ, Maria Helena. *Tratado teórico e prático dos contratos*, 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Dicionário jurídico*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DO CARMO, Lie Uema. *Contratos de construção de grandes obras*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP. Ano de apresentação: 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-18022013-113746/pt-br.php>. Último acesso em 18.8.2017.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira. *Direito de autor: proteção e disposição extrapatrimonial*. São Paulo: Saraiva, 2012.

FLÔRES, Leandro Vanderlei Nascimento. *Arquitetura e engenharia com direitos autorais*. 2ª ed. São Paulo: Editora Pillares, 2013.

GOMES, Wilton Luis da Silva. *Inovações no regime jurídico das desapropriações*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da USP. 2009.

HAMMES, Bruno Jorge. *O direito de propriedade intelectual*. 3ª ed. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2002.

HARADA, Kiyoshi. *Desapropriação: doutrina e prática*. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JABUR, Wilson Pinheiro; SANTOS, Manoel J. Pereira dos. Interface entre propriedade industrial e direito de autor, in “Direito Autoral” / Manoel J. Pereira dos Santos e Wilson Pinheiro Jabur (coordenadores). Série GVLaw: propriedade intelectual. São Paulo: Saraiva, 2014.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. *Contratação direta sem licitação: dispensa de licitação: inexigibilidade de licitação: comentários às modalidades de licitação, inclusive o*

pregão: procedimentos exigidos para a regularidade da contratação direta. 9ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

JURKSAITIS, Guilherme Jardim. *Contratação direta: análise crítica do sistema e o caso dos serviços advocatícios*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da USP. 2013.

MANSO, Eduardo J. Vieira. *Violações aos direitos morais*. In: *A tutela jurídica do direito de autor*. Georgette N. Nazo (Coordenadora). São Paulo: Saraiva, 1991.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. *Bens públicos: função social e exploração econômica: o regime jurídico das utilidades públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

_____. *O Regime Jurídico das Utilidades Públicas - Função Social e Exploração Econômica dos Bens Públicos*. Tese de livre-docência. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, Biblioteca Depositária: Faculdade de Direito da USP, 2008.

MARTINEZ, Pedro Romano; PUJOL, José Manuel Marçal. *Empreitada de obras públicas: comentários ao Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro*. Coimbra: Almedina, 1995.

MARRARA, Thiago. *Bens públicos, domínio urbano e infra-estruturas*. São Paulo: Editora Fórum, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Estudos e pareceres de direito público Vol. VI: assuntos administrativos em geral*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1982.

_____. *Direito de construir*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MENDES, André. *Aspectos Polêmicos de Licitações e Contratos de Obras Públicas*. São Paulo: Pini Editora, 2013.

MENDES, Renato Geraldo / MOREIRA, Egon Bockmann. *Inexigibilidade de licitação. Repensando a contratação pública e o dever de licitar*. Curitiba: Zênite, 2016.

MORAES, Válder. *Questões de direito de autor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

PANZOLINI, Carolina. *Manual de direitos autorais* / Carolina Panzolini, Silvana Demartini. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Administração, 2017.

PONTES, Leonardo Machado. *Direito do autor: a teoria da dicotomia entre a ideia e a expressão*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

RANGEL, Luciana Freire. *O direito de autor na obra de arquitetura*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 1998.

ROCHA, Regina Bernardes. *Dispensa e inexigibilidade – exceções legais à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório nas contratações efetuadas pela Administração Pública*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da USP. 2005.

SILVEIRA, Lilian de Melo. Desenho e projeto arquitetônico: proteção autoral, in *Propriedade imaterial: direitos autorais, propriedade industrial e bens de personalidade*. (org. Eliane Yachouh Abrão). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

SMITH, Peter. “Contratos internacionais: usando os modelos-padrão para contratos FIDIC”, in *Direito e infraestrutura* (coord. Leonardo Toledo da Silva). São Paulo: Saraiva, 2012.

SOBRINHO, Manoel de Oliveira Franco. *Desapropriação*. 2ª ed. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1977.

STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações jurídicas*. Curitiba, Moinho dos Ventos, 2006.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de Direito Público*. 4º ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____; CAMPOS, Rodrigo Pinto de. *Contratos administrativos de obras e o problema de sua alteração*. In: *Direito e Infraestrutura*. Coordenação Leonardo Toledo da Silva. São Paulo: Saraiva, 2012.

Julgados

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2665/2015 – Plenário, Relator: BRUNO DANTAS, Processo: 022.596/2013-5, Data da sessão: 21.10.2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1309/2014 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 003.183/2014-9, Data da sessão: 21/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão de relação 2536/2013 – Segunda Câmara, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 032.859/2011-2, Data da sessão: 14/05/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão de relação 883/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 013.509/2007-8, Data da sessão: 14/05/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão de relação 596/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 014.528/2003-5, Data da sessão: 09/04/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 012.222/2001-0, Data da sessão: 10/08/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 190/2001 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 009.580/1999-9, Data da sessão: 08/08/2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1536/2004 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 009.580/1999-9, Data da sessão: 06/10/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 434/2001 - Plenário, Relator: ADYLSO MOTA, Processo: 009.096/2000-2, Data da sessão: 11/07/2001.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Processo: TC-00002224/003/08, Órgão julgador: Primeira Câmara, Relator: Cláudio Ferraz de Alvarenga, Data do julgamento: 25.5.2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Processo: TC-00002224/003/08, Órgão julgador: Plenário, Relator: ROBSON MARINHO, Data do julgamento: 21.3.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02, Relator: Substituto de Conselheiro ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS (voto vencedor, vencido o Presidente em exercício, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues), Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02, Relator: Conselheiro RENATO MARTINS COSTA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 20.5.2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1290112/PR, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Órgão julgador: Quarta Turma, Data do julgamento: 03/05/2016, Data da publicação/Fonte: DJe 09/06/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1423288/PR, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Órgão julgador: Terceira Turma, Data de julgamento: 10/06/2014, Data da publicação/Fonte: DJe 20/06/2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação com Revisão 9055388-03.1998.8.26.0000; Relatora: Testa Marchi; Órgão Julgador: Sexta Câmara de Direito Privado de Férias; Foro de Indaiatuba – 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 3/8/2000; Data de Registro: 28/08/2000.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação com Revisão 0076627-27.1995.8.26.0000; Relatora: Luzia Galvão Lopes da Silva; Órgão Julgador: Sexta Câmara de Direito Privado; Foro de São Carlos - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 11/9/1997; Data de Registro: 12/11/1997.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 9270970-10.2008.8.26.0000; Relatora: Berenice Marcondes Cesar; Órgão Julgador: Vigésima Sétima

Câmara de Direito Privado; Foro de Jundiaí - 6ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 31/01/2012; Data de Registro: 08/02/2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 0065261-18.2009.8.26.0576; Relator: José Carlos Ferreira Alves; Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 5ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 11/03/2014; Data de Registro: 12/03/2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 0200807-18.2009.8.26.0100; Relator: Vito Guglielmi; Órgão Julgador: Sexta Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 39ª Vara Cível; Data do Julgamento: 03/10/2013; Data de Registro: 04/10/2013.

Sítios eletrônicos de periódicos

<<http://www.conjur.com.br/2016-ago-29/expediente-forum-ruy-barbosa-sp-suspenso-devido-suicidio>> Acesso em 22.8.2017.

<<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/08/mais-uma-morte-no-predio-dos-suicidas-em-sao-paulo.html>> Acesso em 18.8.2017.

<<http://istoe.com.br/pai-mata-o-filho-e-se-suicida-em-forum-de-sao-paulo/>> Acesso em 22.8.2017.

<<https://www.radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps/casa-paulista-estado-de-sao-paulo/>> Acesso em 17.11.2018.

<<http://veja.abril.com.br/brasil/o-predio-do-trt-sp-um-suicidio-a-cada-seis-meses/>> Acesso em 22.8.2017.

Sítios eletrônicos oficiais

<<http://www.pf.gov.br/>> Acesso em 25.8.2017.

<<http://portal.tcu.gov.br/inicio/index.htm>> Acesso em 23.8.2017.

<<http://www4.tce.sp.gov.br/>> Acesso em 23.8.2017.

<<http://www.tjsp.jus.br/>> Acesso em 23.8.2017.

Anexo 1

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases). Termos pesquisados: “Engenharia” e “Autorais”. Foram obtidos 89 resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Pesquisa realizada em 27.08.2018. Estes foram os Acórdãos encontrados:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1406/2018 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 022.596/2013-5, Data da sessão: 20/06/2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1181/2018 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 023.333/2017-0, Data da sessão: 23/05/2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3777/2018 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, Processo: 015.016/2015-3, Data da sessão: 15/05/2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2645/2017 - Plenário, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, Processo: 008.837/2013-9, Data da sessão: 29/11/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão de relação 1869/2017 - Plenário, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 017.006/2007-7, Data da sessão: 30/08/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1003/2017 - Plenário, Relator: VITAL DO RÊGO, Processo: 032.863/2012-8, Data da sessão: 17/05/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3232/2017 - Segunda Câmara, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 031.409/2015-6, Data da sessão: 11/04/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3070/2016 - Plenário, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 019.074/2015-8, Data da sessão: 30/11/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2523/2016 - Plenário, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, Processo: 008.389/2016-0, Data da sessão: 05/10/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2150/2016 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 014.543/2010-9, Data da sessão: 17/08/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2133/2016 - Plenário, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 017.006/2007-7, Data da sessão: 17/08/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1750/2016 - Plenário, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 017.006/2007-7, Data da sessão: 06/07/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1723/2016 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 013.501/2008-8, Data da sessão: 06/07/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1220/2016 - Plenário, Relator: BRUNO DANTAS, Processo: 003.330/2015-0, Data da sessão: 18/05/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 5197/2016 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 006.888/2013-5, Data da sessão: 03/05/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2665/2015 - Plenário, Relator: BRUNO DANTAS, Processo: 022.596/2013-5, Data da sessão: 21/10/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1602/2015 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 033.438/2013-7, Data da sessão: 01/07/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 472/2015 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 007.535/2008-0, Data da sessão: 11/03/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 288/2015 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 017.817/2014-5, Data da sessão: 25/02/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1316/2014 - Plenário, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 022.807/2012-8, Data da sessão: 21/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1309/2014 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 003.183/2014-9, Data da sessão: 21/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1221/2014 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 009.763/2013-9, Data da sessão: 14/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1155/2014 - Plenário, Relator: WEDER DE OLIVEIRA, Processo: 012.687/2013-8, Data da sessão: 07/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 549/2014 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 015.207/2012-9, Data da sessão: 12/03/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3107/2013 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 20/11/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2952/2013 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 005.910/2011-0, Data da sessão: 30/10/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2746/2013 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 09/10/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1544/2013 - Plenário, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 013.957/2012-0, Data da sessão: 19/06/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1254/2013 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 035.903/2011-2, Data da sessão: 22/05/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão de relação 2536/2013 - Segunda Câmara, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 032.859/2011-2, Data da sessão: 14/05/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1221/2013 - Segunda Câmara, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 014.688/2009-8, Data da sessão: 19/03/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2760/2012 - Plenário, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 014.017/2012-1, Data da sessão: 10/10/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2527/2012 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 028.956/2011-7, Data da sessão: 19/09/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2315/2012 - Plenário, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 015.036/2011-1, Data da sessão: 29/08/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 5994/2012 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 017.168/2005-9, Data da sessão: 14/08/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1703/2012 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 04/07/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1698/2012 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 003.334/2012-0, Data da sessão: 04/07/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1528/2012 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 003.334/2012-0, Data da sessão: 20/06/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1344/2012 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 029.512/2011-5, Data da sessão: 30/05/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1052/2012 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 004.871/2012-0, Data da sessão: 02/05/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 690/2012 - Segunda Câmara, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 011.420/2007-0, Data da sessão: 07/02/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3236/2011 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 020.472/2004-1, Data da sessão: 07/12/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2430/2011 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 012.952/2010-9, Data da sessão: 14/09/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2600/2011 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 014.688/2009-8, Data da sessão: 26/04/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 207/2011 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 007.254/2003-9, Data da sessão: 02/02/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 575/2011 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 007.694/2010-5, Data da sessão: 01/02/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 7502/2010 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 007.890/2007-0, Data da sessão: 07/12/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3233/2010 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 019.444/2005-2, Data da sessão: 01/12/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2925/2010 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 007.562/2008-8, Data da sessão: 03/11/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2127/2010 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 028.290/2006-1, Data da sessão: 25/08/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 901/2010 - Plenário, Relator: WEDER DE OLIVEIRA, Processo: 003.296/2006-5, Data da sessão: 28/04/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 875/2010 - Segunda Câmara, Relator: AROLDI CEDRAZ, Processo: 018.776/2008-2, Data da sessão: 09/03/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2510/2009 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 006.322/2002-8, Data da sessão: 28/10/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4740/2009 - Segunda Câmara, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 010.288/2004-7, Data da sessão: 08/09/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4385/2009 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 012.755/2006-9, Data da sessão: 25/08/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4039/2009 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 010.298/2002-7, Data da sessão: 04/08/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3022/2009 - Segunda Câmara, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 013.890/2003-3, Data da sessão: 09/06/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2545/2008 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 025.153/2008-5, Data da sessão: 12/11/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1909/2008 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 023.598/2007-1, Data da sessão: 03/09/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2347/2008 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 009.019/2002-0, Data da sessão: 22/07/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 974/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 023.195/2007-8, Data da sessão: 28/05/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 883/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 013.509/2007-8, Data da sessão: 14/05/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 596/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 014.528/2003-5, Data da sessão: 09/04/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 430/2008 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 012.040/2005-0, Data da sessão: 19/03/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 204/2008 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 015.938/2005-4, Data da sessão: 20/02/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2603/2007 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 05/12/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1015/2007 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 30/05/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 469/2007 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 008.210/2005-5, Data da sessão: 28/03/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3559/2006 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 010.631/2003-8, Data da sessão: 05/12/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2063/2006 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 08/11/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1656/2005 - Segunda Câmara, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 012.086/2003-2, Data da sessão: 06/09/2005.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1659/2004 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 002.510/2002-0, Data da sessão: 27/10/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 012.222/2001-0, Data da sessão: 10/08/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1045/2004 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 015.028/2001-6, Data da sessão: 04/05/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1521/2003 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 003.789/1999-3, Data da sessão: 08/10/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1353/2003 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 003.718/2001-5, Data da sessão: 17/09/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1335/2003 - Plenário, Relator: LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Processo: 006.697/2003-3, Data da sessão: 10/09/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 880/2003 - Primeira Câmara, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 016.927/2000-4, Data da sessão: 06/05/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 1687/2002 - Plenário, Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA, Processo: 929.399/1998-6, Data da sessão: 04/12/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 1459/2002 - Plenário, Relator: ADYLSO MOTA, Processo: 014.003/2001-2, Data da sessão: 30/10/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 408/2002 - Plenário, Relator: IRAM SARAIVA, Processo: 016.229/1999-1, Data da sessão: 24/04/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 825/2001 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 009.580/1999-9, Data da sessão: 10/10/2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 108/2001 - Plenário, Relator: IRAM SARAIVA, Processo: 016.919/2000-7, Data da sessão: 14/03/2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 386/2000 - Segunda Câmara, Relator: LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Processo: 575.517/1997-2, Data da sessão: 19/10/2000.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 340/2000 - Plenário, Relator: HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO, Processo: 014.752/1999-9, Data da sessão: 26/04/2000.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 219/1999 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 008.837/1996-1, Data da sessão: 12/05/1999.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 214/1997 - Segunda Câmara, Relator: ADHEMAR PALADINI GHISI, Processo: 424.079/1994-1, Data da sessão: 19/08/1997.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 742/1996 - Plenário, Relator: ADHEMAR PALADINI GHISI, Processo: 011.861/1995-9, Data da sessão: 20/11/1996.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 87/1996 - Plenário, Relator: ADHEMAR PALADINI GHISI, Processo: 014.825/1995-3, Data da sessão: 12/06/1996.

Anexo 2

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases). Termos pesquisados: “Engenharia” e “Autorial”. Foram obtidos 48 resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Pesquisa realizada em 01.10.2018. Estes foram os Acórdãos encontrados:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2582/2017 - Plenário, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, Processo: 019.602/2015-4, Data da sessão: 22/11/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2360/2017 - Plenário, Relator: VITAL DO RÊGO, Processo: 017.416/2015-9, Data da sessão: 18/10/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 9635/2017 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 022.166/2016-5, Data da sessão: 10/10/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1003/2017 - Plenário, Relator: VITAL DO RÊGO, Processo: 032.863/2012-8, Data da sessão: 17/05/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3232/2017 - Segunda Câmara, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 031.409/2015-6, Data da sessão: 11/04/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 473/2015 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 010.308/2009-2, Data da sessão: 11/03/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2329/2014 - Segunda Câmara, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 025.528/2010-6, Data da sessão: 27/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2206/2014 - Segunda Câmara, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 001.178/2014-8, Data da sessão: 20/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4790/2013 - Segunda Câmara, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 020.190/2010-7, Data da sessão: 13/08/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3795/2013 - Segunda Câmara, Relator: AROLD0 CEDRAZ, Processo: 012.998/2005-9, Data da sessão: 02/07/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 573/2013 - Plenário, Relator: VALMIR CAMPELO, Processo: 001.159/2013-5, Data da sessão: 20/03/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3358/2012 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 029.560/2011-0, Data da sessão: 05/12/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 5954/2012 - Primeira Câmara, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 018.946/2009-2, Data da sessão: 02/10/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 5827/2012 - Segunda Câmara, Relator: AROLD0 CEDRAZ, Processo: 013.250/2005-1, Data da sessão: 07/08/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1703/2012 - Plenário, Relator: AROLD0 CEDRAZ, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 04/07/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1052/2012 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 004.871/2012-0, Data da sessão: 02/05/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1801/2012 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 022.983/2009-2, Data da sessão: 20/03/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 7273/2011 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 001.260/2009-8, Data da sessão: 30/08/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2780/2011 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 033.288/2010-0, Data da sessão: 03/05/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1743/2011 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 008.916/2005-7, Data da sessão: 22/03/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 207/2011 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 007.254/2003-9, Data da sessão: 02/02/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3233/2010 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 019.444/2005-2, Data da sessão: 01/12/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 883/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 013.509/2007-8, Data da sessão: 14/05/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 596/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 014.528/2003-5, Data da sessão: 09/04/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 204/2008 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 015.938/2005-4, Data da sessão: 20/02/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2014/2007 - Plenário, Relator: VALMIR CAMPELO, Processo: 007.498/2007-7, Data da sessão: 26/09/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 211/2007 - Segunda Câmara, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 012.448/2005-0, Data da sessão: 27/02/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2062/2006 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 019.444/2005-2, Data da sessão: 08/11/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 247/2006 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 001.282/2003-6, Data da sessão: 08/03/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1007/2005 - Primeira Câmara, Relator: VALMIR CAMPELO, Processo: 013.934/2004-8, Data da sessão: 24/05/2005.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 395/2005 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 015.654/2004-3, Data da sessão: 13/04/2005.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1858/2004 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 010.028/2003-0, Data da sessão: 24/11/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1536/2004 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 009.580/1999-9, Data da sessão: 06/10/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 012.222/2001-0, Data da sessão: 10/08/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 696/2004 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 020.173/2003-4, Data da sessão: 09/06/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 631/2004 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 011.764/1999-6, Data da sessão: 26/05/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1521/2003 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 003.789/1999-3, Data da sessão: 08/10/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 518/2003 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 009.457/2002-2, Data da sessão: 14/05/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 1687/2002 - Plenário, Relator: MARCOS VINICIOS VILAÇA, Processo: 929.399/1998-6, Data da sessão: 04/12/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 1384/2002 - Plenário, Relator: LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Processo: 375.274/1997-9, Data da sessão: 16/10/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 250/2002 - Segunda Câmara, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 013.308/1999-8, Data da sessão: 28/05/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 190/2001 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 009.580/1999-9, Data da sessão: 08/08/2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 434/2001 - Plenário, Relator: ADYLSO MOTA, Processo: 009.096/2000-2, Data da sessão: 11/07/2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 108/2001 - Plenário, Relator: IRAM SARAIVA, Processo: 016.919/2000-7, Data da sessão: 14/03/2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 4/1999 - Segunda Câmara, Relator: ADHEMAR PALADINI GHISI, Processo: 650.148/1996-7, Data da sessão: 28/01/1999.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 184/1998 - Plenário, Relator: LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Processo: 004.860/1995-0, Data da sessão: 22/04/1998.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 742/1996 - Plenário, Relator: ADHEMAR PALADINI GHISI, Processo: 011.861/1995-9, Data da sessão: 20/11/1996.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 6/1995 - Plenário, Relator: JOSÉ ANTÔNIO BARRETO DE MACEDO, Processo: 007.603/1994-0, Data da sessão: 25/01/1995.

Anexo 3

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases). Termos pesquisados: “Arquitetura” e “Autorais”. Foram obtidos 51 resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Pesquisa realizada em 16.10.2018. Estes foram os Acórdãos encontrados:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1406/2018 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 022.596/2013-5, Data da sessão: 20/06/2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2645/2017 - Plenário, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, Processo: 008.837/2013-9, Data da sessão: 29/11/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1003/2017 - Plenário, Relator: VITAL DO RÊGO, Processo: 032.863/2012-8, Data da sessão: 17/05/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3232/2017 - Segunda Câmara, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 031.409/2015-6, Data da sessão: 11/04/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2904/2016 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 034.896/2015-5, Data da sessão: 16/11/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2523/2016 - Plenário, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, Processo: 008.389/2016-0, Data da sessão: 05/10/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 5197/2016 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 006.888/2013-5, Data da sessão: 03/05/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 555/2016 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 000.394/2014-9, Data da sessão: 09/03/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3022/2015 - Plenário, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 008.801/2015-0, Data da sessão: 25/11/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 6957/2015 - Primeira Câmara, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 008.667/2015-2, Data da sessão: 03/11/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2665/2015 - Plenário, Relator: BRUNO DANTAS, Processo: 022.596/2013-5, Data da sessão: 21/10/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1881/2015 - Plenário, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 002.860/2015-5, Data da sessão: 29/07/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 288/2015 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 017.817/2014-5, Data da sessão: 25/02/2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1309/2014 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 003.183/2014-9, Data da sessão: 21/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2952/2013 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 005.910/2011-0, Data da sessão: 30/10/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 5684/2013 - Primeira Câmara, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 003.150/2012-7, Data da sessão: 20/08/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão de relação 2536/2013 - Segunda Câmara, Relator: AROLDI CEDRAZ, Processo: 032.859/2011-2, Data da sessão: 14/05/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1221/2013 - Segunda Câmara, Relator: AROLDI CEDRAZ, Processo: 014.688/2009-8, Data da sessão: 19/03/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2527/2012 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 028.956/2011-7, Data da sessão: 19/09/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1703/2012 - Plenário, Relator: AROLDI CEDRAZ, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 04/07/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1698/2012 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 003.334/2012-0, Data da sessão: 04/07/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1528/2012 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 003.334/2012-0, Data da sessão: 20/06/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1052/2012 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 004.871/2012-0, Data da sessão: 02/05/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2430/2011 - Plenário, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Processo: 012.952/2010-9, Data da sessão: 14/09/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2600/2011 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 014.688/2009-8, Data da sessão: 26/04/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 7502/2010 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 007.890/2007-0, Data da sessão: 07/12/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3233/2010 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 019.444/2005-2, Data da sessão: 01/12/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4381/2010 - Segunda Câmara, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 012.283/2008-2, Data da sessão: 10/08/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 17/2010 - Plenário, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 022.059/2008-0, Data da sessão: 20/01/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4385/2009 - Segunda Câmara, Relator: JOSÉ JORGE, Processo: 012.755/2006-9, Data da sessão: 25/08/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4039/2009 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 010.298/2002-7, Data da sessão: 04/08/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 906/2009 - Plenário, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 002.985/2008-1, Data da sessão: 06/05/2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2545/2008 - Plenário, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Processo: 025.153/2008-5, Data da sessão: 12/11/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1909/2008 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 023.598/2007-1, Data da sessão: 03/09/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2347/2008 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 009.019/2002-0, Data da sessão: 22/07/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 596/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 014.528/2003-5, Data da sessão: 09/04/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1480/2007 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 006.030/2007-4, Data da sessão: 01/08/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 814/2007 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 012.614/2005-2, Data da sessão: 09/05/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 71/2007 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 003.293/2006-3, Data da sessão: 31/01/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3559/2006 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO NARDES, Processo: 010.631/2003-8, Data da sessão: 05/12/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1386/2006 - Plenário, Relator: VALMIR CAMPELO, Processo: 015.001/2005-5, Data da sessão: 09/08/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 789/2006 - Primeira Câmara, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 010.123/2003-9, Data da sessão: 04/04/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1659/2004 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 002.510/2002-0, Data da sessão: 27/10/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 012.222/2001-0, Data da sessão: 10/08/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1045/2004 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 015.028/2001-6, Data da sessão: 04/05/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 64/2004 - Plenário, Relator: HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO, Processo: 009.477/2003-3, Data da sessão: 04/02/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1335/2003 - Plenário, Relator: LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Processo: 006.697/2003-3, Data da sessão: 10/09/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 1687/2002 - Plenário, Relator: MARCOS VINICIOS VILAÇA, Processo: 929.399/1998-6, Data da sessão: 04/12/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 1459/2002 - Plenário, Relator: ADYLSO MOTA, Processo: 014.003/2001-2, Data da sessão: 30/10/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 386/2000 - Segunda Câmara, Relator: LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Processo: 575.517/1997-2, Data da sessão: 19/10/2000.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 340/2000 - Plenário, Relator: HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO, Processo: 014.752/1999-9, Data da sessão: 26/04/2000.

Anexo 4

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (pesquisa de jurisprudência sobre todas as bases). Termos pesquisados: “Arquitetura” e “Autorial”. Foram obtidos 23 resultados, todos na categoria “Acórdãos” (não foram encontrados enunciados de jurisprudência selecionada, boletim de pessoal, boletim de jurisprudência, informativo de licitações e contratos ou súmulas). Pesquisa realizada em 23.10.2018. Estes foram os Acórdãos encontrados:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 897/2018 - Plenário, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 010.724/2018-4, Data da sessão: 25/04/2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1003/2017 - Plenário, Relator: VITAL DO RÊGO, Processo: 032.863/2012-8, Data da sessão: 17/05/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3232/2017 - Segunda Câmara, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 031.409/2015-6, Data da sessão: 11/04/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2206/2014 - Segunda Câmara, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 001.178/2014-8, Data da sessão: 20/05/2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 4790/2013 - Segunda Câmara, Relatora: ANA ARRAES, Processo: 020.190/2010-7, Data da sessão: 13/08/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 573/2013 - Plenário, Relator: VALMIR CAMPELO, Processo: 001.159/2013-5, Data da sessão: 20/03/2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1703/2012 - Plenário, Relator: AROLDO CEDRAZ, Processo: 008.884/2006-0, Data da sessão: 04/07/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1052/2012 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 004.871/2012-0, Data da sessão: 02/05/2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2780/2011 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 033.288/2010-0, Data da sessão: 03/05/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1743/2011 - Segunda Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 008.916/2005-7, Data da sessão: 22/03/2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 3233/2010 - Plenário, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Processo: 019.444/2005-2, Data da sessão: 01/12/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 17/2010 - Plenário, Relator: ANDRÉ DE CARVALHO, Processo: 022.059/2008-0, Data da sessão: 20/01/2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 596/2008 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 014.528/2003-5, Data da sessão: 09/04/2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2014/2007 - Plenário, Relator: VALMIR CAMPELO, Processo: 007.498/2007-7, Data da sessão: 26/09/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1795/2007 - Plenário, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 007.000/2002-9, Data da sessão: 05/09/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 235/2007 - Plenário, Relator: MARCOS BEMQUERER, Processo: 005.203/2006-5, Data da sessão: 28/02/2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2062/2006 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 019.444/2005-2, Data da sessão: 08/11/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 789/2006 - Primeira Câmara, Relator: GUILHERME PALMEIRA, Processo: 010.123/2003-9, Data da sessão: 04/04/2006.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1858/2004 - Plenário, Relator: UBIRATAN AGUIAR, Processo: 010.028/2003-0, Data da sessão: 24/11/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1980/2004 - Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Processo: 012.222/2001-0, Data da sessão: 10/08/2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 1687/2002 - Plenário, Relator: MARCOS VINICIOS VILAÇA, Processo: 929.399/1998-6, Data da sessão: 04/12/2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 434/2001 - Plenário, Relator: ADYLSO MOTA, Processo: 009.096/2000-2, Data da sessão: 11/07/2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão 6/1995 - Plenário, Relator: JOSÉ ANTÔNIO BARRETO DE MACEDO, Processo: 007.603/1994-0, Data da sessão: 25/01/1995.

Anexo 5

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Termos pesquisados (campo “todas estas palavras”): “Engenharia” e “Autorais”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 61 resultados. Pesquisa realizada em 24.10.2018. Estes foram os resultados encontrados:

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-014887/026/06, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, Órgão julgador: Plenário, Data da sessão: 25/09/2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-024197/026/10, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 14/12/2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-021939/026/10, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 28/9/2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-626.989.17-2, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 08/03/2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-027146/026/11, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 29/05/12.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00002224/003/08, Relator: Conselheiro Robson Marinho, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 29/2/2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001257/004/07, Relator: CONSELHEIRO EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 09/02/2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Órgão julgador: despacho monocrático, Data do despacho: 23.11.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/2012, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002623/006/02, Acompanha o Processo TC-001371/006/2012, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001091/003/06, Relator: CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 15.09.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003276-989-16-7, Relator: EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: despacho monocrático, Data do despacho: 03.02.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-029999/026/05, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 28.4.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000795.989.12-8, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 15.8.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC -034344/026/05, Relator: Conselheiro -Substituto Márcio Martins de Camargo, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 1.2.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-013978.989.18-4, Relator: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 25.7.2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002907.989.15-6, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 17.6.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-011566/026/13, Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 25.2.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Relator: Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 8.3.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-1382/005/09, Julgador: AUDITOR SAMY WURMAN, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 8.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-018043/026/10, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO DR. SAMY WURMAN, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 18.3.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-007871/026/09, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 16.05.2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002805.989.14-2, Relator: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 27.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000126/007/10, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 21.2.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003021/989/13-2, Relator: Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 27.11.2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002717/026/08, Relator: CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.3.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000022/003/04, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003095/003/02, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003131/003/02, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-9960.989.15-0, Relator: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 3.2.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000307/026/09, Relator: CONSELHEIRO MARCOS RENATO BÖTTCHER, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.5.2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001631/026/08, Relator: CONSELHEIRO EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 20.7.2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003131/003/02 - Notas taquigráficas, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002489/003/08, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 26.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-026785/026/08, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 26.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002693/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002693/126/10 - Acessório 1 Acompanhamento da Gestão Fiscal, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003193/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC005998/026/12, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-011258/026/12, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-015132/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-015354/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-015481/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-016124/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017371/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017405/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-022832/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-028274/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-030263/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-033450/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-036631/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-036632/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-036633/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-042467/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC -000471/026/14, Relator: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 22.3.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003507/026/07, Relatora: SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO MARIA REGINA PASQUALE, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.11.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003507/126/07, Relatora: SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO MARIA REGINA PASQUALE, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.11.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003507/326/07, Relatora: SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO MARIA REGINA PASQUALE, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.11.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00195/026/11, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 15.4.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-538.989.12-0, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 13.6.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-538.989.12-0 - Notas taquigráficas, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 13.6.2012.

Anexo 6

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Termos pesquisados (campo “todas estas palavras”): “Engenharia” e “Autorial”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 61 resultados. Pesquisa realizada em 25.10.2018. Estes foram os resultados encontrados:

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-014887/026/06, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, Órgão julgador: Plenário, Data da sessão: 25/09/2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-024197/026/10, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 14/12/2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-021939/026/10, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 28/9/2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-626.989.17-2, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 08/03/2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-027146/026/11, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 29/05/12.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00002224/003/08, Relator: Conselheiro Robson Marinho, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 29/2/2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001257/004/07, Relator: CONSELHEIRO EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 09/02/2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Órgão julgador: despacho monocrático, Data do despacho: 23.11.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/2012, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002623/006/02, Acompanha o Processo TC-001371/006/2012, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001091/003/06, Relator: CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 15.09.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003276-989-16-7, Relator: EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: despacho monocrático, Data do despacho: 03.02.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-029999/026/05, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 28.4.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000795.989.12-8, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 15.8.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC -034344/026/05, Relator: Conselheiro -Substituto Márcio Martins de Camargo, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 1.2.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-013978.989.18-4, Relator: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 25.7.2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002907.989.15-6, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 17.6.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-011566/026/13, Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 25.2.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Relator: Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 8.3.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-1382/005/09, Julgador: AUDITOR SAMY WURMAN, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 8.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-018043/026/10, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO DR. SAMY WURMAN, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 18.3.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-007871/026/09, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 16.05.2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002805.989.14-2, Relator: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 27.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000126/007/10, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 21.2.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003021/989/13-2, Relator: Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 27.11.2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002717/026/08, Relator: CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.3.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000022/003/04, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003095/003/02, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003131/003/02, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-9960.989.15-0, Relator: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 3.2.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000307/026/09, Relator: CONSELHEIRO MARCOS RENATO BÖTTCHER, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.5.2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001631/026/08, Relator: CONSELHEIRO EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 20.7.2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003131/003/02 - Notas taquigráficas, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 9.5.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002489/003/08, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 26.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-026785/026/08, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 26.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002693/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002693/126/10 - Acessório 1 Acompanhamento da Gestão Fiscal, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003193/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC005998/026/12, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-011258/026/12, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-015132/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-015354/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-015481/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-016124/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017371/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017405/026/11, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-022832/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-028274/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-030263/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-033450/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-036631/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-036632/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-036633/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-042467/026/10, Relator: CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 25.9.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC -000471/026/14, Relator: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 22.3.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003507/026/07, Relatora: SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO MARIA REGINA PASQUALE, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.11.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003507/126/07, Relatora: SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO MARIA REGINA PASQUALE, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.11.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003507/326/07, Relatora: SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO MARIA REGINA PASQUALE, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.11.2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00195/026/11, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 15.4.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-538.989.12-0, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 13.6.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-538.989.12-0 - Notas taquigráficas, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 13.6.2012.

Anexo 7

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Termos pesquisados (campo “todas estas palavras”): “Arquitetura” e “Autorais”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 18 resultados. Pesquisa realizada em 25.10.2018. Estes foram os resultados encontrados:

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-32536/026/08, Relator: CONSELHEIRO CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Plenário, Data da sessão: 17.9.2008.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-4663/026/14 referenciado ao TC-025012/026/11, Julgador: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 16.3.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-025012/026/11, Julgador: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 16.3.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Julgador: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: não se aplica (despacho), Data do julgamento: 23.11.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000354/013/08, Relator: CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 16.9.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00002224/003/08, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 29.2.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-626.989.17-2, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 8.3.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 8.3.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02 - Notas taquigráficas, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002623/006/02, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02, Relator: CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 20.5.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-1382/005/09, Julgador: AUDITOR SAMY WURMAN, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 8.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002623/006/02, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003021/989/13-2, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 27.11.2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000307/026/09, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO MARCOS RENATO BÖTTCHER, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.5.2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-007871/026/09, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 16.5.2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00195/026/11, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 15.4.2014.

Anexo 8

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Termos pesquisados (campo “todas estas palavras”): “Arquitetura” e “Autorial”. Tipo de busca: “Documento”. Foram obtidos 18 resultados. Pesquisa realizada em 25.10.2018. Estes foram os resultados encontrados:

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-32536/026/08, Relator: CONSELHEIRO CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, Órgão julgador: Plenário, Data da sessão: 17.9.2008.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-4663/026/14 referenciado ao TC-025012/026/11, Julgador: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 16.3.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-025012/026/11, Julgador: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 16.3.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Julgador: CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Órgão julgador: não se aplica (despacho), Data do julgamento: 23.11.2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000354/013/08, Relator: CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 16.9.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00002224/003/08, Relator: CONSELHEIRO ROBSON MARINHO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 29.2.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-626.989.17-2, Relatora: CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 8.3.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-017666.989.16-5, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 8.3.2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02 - Notas taquigráficas, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002623/006/02, Relator: Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02, Relator: CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 20.5.2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-1382/005/09, Julgador: AUDITOR SAMY WURMAN, Órgão julgador: não se aplica (sentença), Data do julgamento: 8.8.2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-001371/006/02, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-002623/006/02, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS, Órgão julgador: Segunda Câmara, Data da sessão: 20.11.2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003021/989/13-2, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 27.11.2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000307/026/09, Relator: SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO MARCOS RENATO BÖTTCHER, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 17.5.2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-007871/026/09, Relator: CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Data da sessão: 16.5.2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-00195/026/11, Relator: CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO, Órgão julgador: Primeira Câmara, Data da sessão: 15.4.2014.

Anexo 9

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Superior Tribunal de Justiça. Termos pesquisados (campo “pesquisa livre”): "projeto de engenharia" e "direitos autorais". A busca abarcou as seguintes categorias de resultados: “Acórdãos”, “Súmulas”, “Decisões monocráticas” e “Informativos de jurisprudência”. Não foram obtidos resultados. Pesquisa realizada em 26.10.2018.

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Superior Tribunal de Justiça. Termos pesquisados (campo “pesquisa livre”): "projeto de arquitetura" e "direitos autorais". Pesquisa realizada sobre a base de Acórdãos, Súmulas, Decisões monocráticas e Informativos de Jurisprudência. Foram obtidos 4 (quatro) resultados, sendo 2 (dois) na categoria “Acórdãos” e outros 2 (dois) na categoria “Decisões monocráticas”. Pesquisa realizada em 11.11.2018. Estes foram os resultados encontrados:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1290112/PR, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Órgão julgador: Quarta Turma, Data do julgamento: 03/05/2016, Data da publicação/Fonte: DJe 09/06/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1423288/PR, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Órgão julgador: Terceira Turma, Data do julgamento: 10/06/2014, Data da publicação/Fonte: DJe 20/06/2014, RSTJ vol. 235 p. 338.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1540743 (Decisão monocrática), Relator: Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Data da decisão: 14/03/2018, Data da publicação: 16/03/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RESP 264105 (Decisão monocrática), Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Data da decisão: 25/10/2004, Data da publicação: 12/11/2004.

Anexo 10

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Termos pesquisados (campo “pesquisa livre”): "projeto de arquitetura" e "direitos autorais". Origem: 2º grau. Tipo de publicação: “Acórdãos” e “Decisões monocráticas”. Pesquisa ordenada por relevância. Foram obtidos 21 (vinte e um) resultados. Pesquisa realizada em 26.10.2018. Estes foram os resultados encontrados:

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0009050-80.2010.8.26.0008, Relator(a): Maria Lúcia Pizzotti, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 09/12/2015, Data de publicação: 15/12/2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9230206-84.2005.8.26.0000, Relator(a): Renato Sartorelli, Comarca: Birigüi, Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 24/11/2009, Data de registro: 10/12/2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9055388-03.1998.8.26.0000, Relator(a): Testa Marchi, Comarca: Indaiatuba, Órgão julgador: Sexta Câmara de Direito Privado de Férias, Data do julgamento: 3.8.2000, Data de registro: 28.8.2000.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0053394-68.2013.8.26.0000, Relator(a): Walter Barone, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 03/07/2013, Data de publicação: 05/07/2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0100001-38.2010.8.26.0100, Relator(a): Araldo Telles, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 06/12/2016, Data de publicação: 08/12/2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1055651-06.2014.8.26.0100, Relator(a): Mary Grün, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 07/03/2016, Data de publicação: 07/03/2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1008724-79.2014.8.26.0100, Relator(a): José Aparício Coelho Prado Neto, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 30/09/2014, Data de publicação: 07/10/2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1009979-72.2014.8.26.0003, Relator(a): Mary Grün, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 18/09/2015, Data de publicação: 18/09/2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0076627-27.1995.8.26.0000, Relator(a): Luzia Galvão Lopes da Silva, Comarca: São Carlos, Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 11.9.1997, Data de registro: 12.11.1997.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1011870-31.2014.8.26.0003, Relator(a): Silvia Maria Facchina Esposito Martinez, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 24/02/2016, Data de publicação: 10/03/2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0035293-27.2009.8.26.0451, Relator(a): Mary Grün, Comarca: Piracicaba, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 19/08/2015, Data de publicação: 21/08/2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0275597-79.2009.8.26.0000, Relator(a): Edson Luiz de Queiróz, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 26/03/2014, Data de publicação: 29/03/2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1008201-68.2016.8.26.0562, Relator(a): Mary Grün, Comarca: Santos, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 23/05/2018, Data de publicação: 23/05/2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0169148-83.2012.8.26.0100, Relator(a): Fábio Podestá, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 16/04/2015, Data de publicação: 17/04/2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1081898-58.2013.8.26.0100, Relator(a): Alexandre Coelho, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 24/09/2018, Data de publicação: 24/09/2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9270970-10.2008.8.26.0000, Relator(a): Berenice Marcondes Cesar, Comarca: Jundiaí, Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 31/01/2012, Data de publicação: 08/02/2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0065261-18.2009.8.26.0576, Relator(a): José Carlos Ferreira Alves, Comarca: São José do Rio Preto, Órgão julgador: 2ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 11/03/2014, Data de publicação: 12/03/2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9218365-58.2006.8.26.0000, Relator(a): A.C.Mathias Coltro, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 09/11/2011, Data de publicação: 21/11/2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0200807-18.2009.8.26.0100, Relator(a): Vito Guglielmi, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 03/10/2013, Data de publicação: 04/10/2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9068667-22.1999.8.26.0000, Relator(a): Guerrieri Rezende, Comarca: Santos, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Público, Data do julgamento: 18.8.2003, Data de registro: 19/09/2003.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0026109-59.2007.8.26.0114, Relator(a): Tasso Duarte de Melo, Comarca: Campinas, Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 04/03/2015, Data de publicação: 05/03/2015.

Anexo 11

Pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Termos pesquisados (campo “pesquisa livre”): "projeto de engenharia" e "direitos autorais". Origem: 2º grau. Tipo de publicação: “Acórdãos” e “Decisões monocráticas”. Pesquisa ordenada por relevância. Foram obtidos 6 (seis) resultados. Pesquisa realizada em 26.10.2018. Estes foram os resultados encontrados:

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 4000341-49.2013.8.26.0568, Relator(a): Carlos Alberto de Salles, Comarca: São João da Boa Vista, Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 17/01/2017, Data de publicação: 17/01/2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0013057-60.2011.8.26.0597, Relator(a): Francisco Loureiro, Comarca: Sertãozinho, Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data do julgamento: 19/10/2016, Data de publicação: 21/10/2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0065777-50.2005.8.26.0100, Relator(a): Romeu Ricupero, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 36ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 07/04/2011, Data de registro: 13/04/2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1078607-16.2014.8.26.0100, Relator(a): Hamid Bdine, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data do julgamento: 20/04/2016, Data de publicação: 28/04/2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1034762-63.2016.8.26.0002, Relator(a): João Pazine Neto, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: 37ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 07/03/2017, Data de publicação: 07/03/2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0040992-14.1997.8.26.0000, Relator(a): José Luiz Fonseca Tavares, Comarca: Limeira, Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 10/6/1999, Data de registro: 17/06/1999.